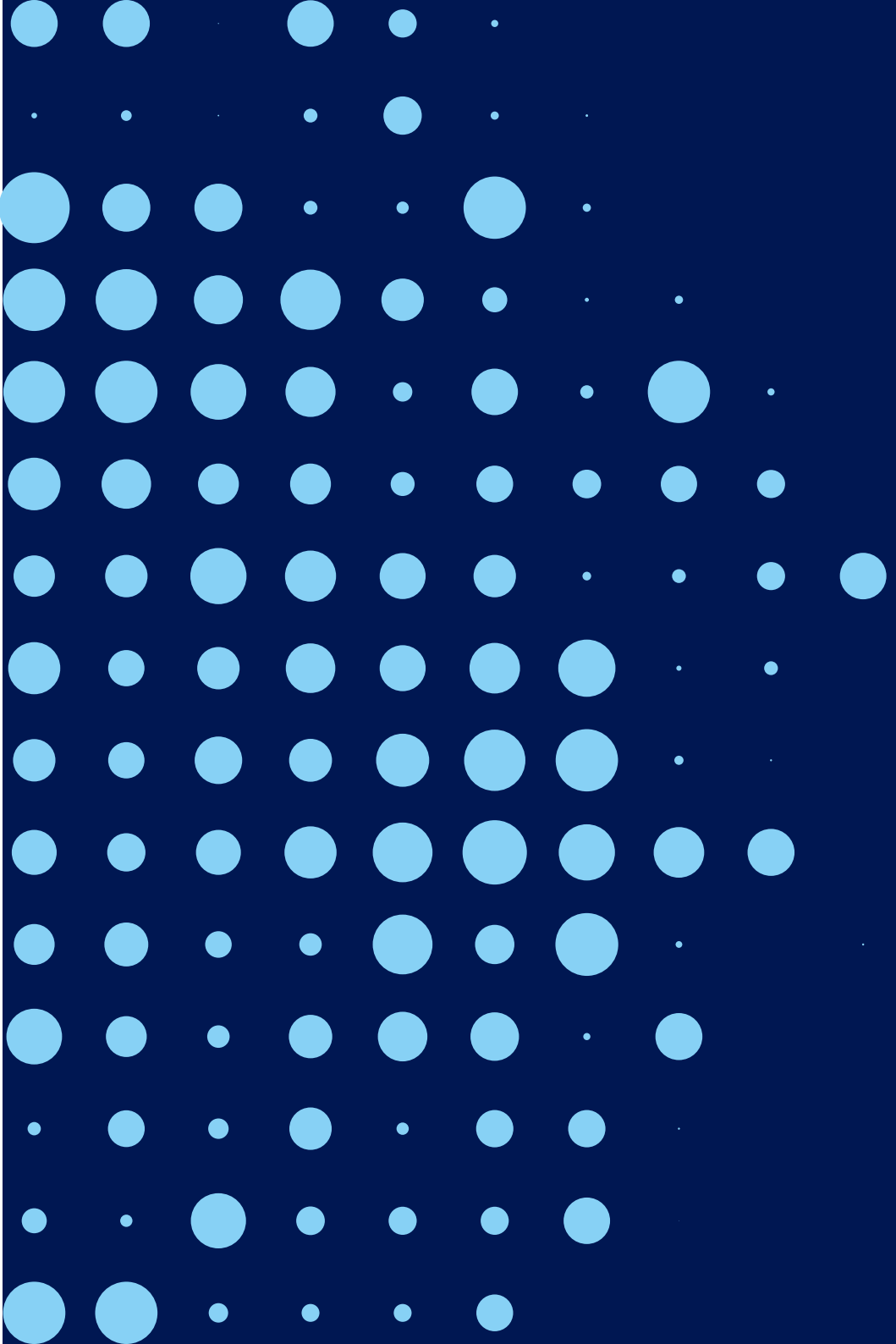




DIVERSIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

José Márcio Barros (Org.)

OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL





EXPEDIENTE

Observatório da Diversidade Cultural | ODC

Márcia Maria Pinto de Moura Barros
Diretora-presidente

Dayse Lúcia de Oliveira Rodrigues
Diretora-administrativa

Carlos Henrique Gerken
Diretor de Projetos

José Márcio Barros
Coordenador Geral

Lucimar Ladeia Colen
Míriam Monteiro de Aguiar
Conselho Fiscal

Expediente

José Márcio Barros
Organização

Carolina Lima
Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural
Acesso CNPq: <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3985438719203277>

Crédito das Imagens: Pixabay

Direitos desta edição reservados ao Observatório da Diversidade Cultural.
Rua da Bahia, 1148 - sala 1729, Centro, Belo Horizonte - MG. CEP: 30160-906
(31) 98469 2181 | e-mail: info@observatoriodadiversidade.org.br
www.observatoriodadiversidade.org.br



LEI ESTADUAL
DE INCENTIVO
À CULTURA

CA: 2018.13609.0056

PATROCÍNIO:

USIMINAS 

REALIZAÇÃO:

CULTURA E
TURISMO



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



DIVERSIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

José Márcio Barros (Org.)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável
[livro eletrônico] / organização José Márcio
Barros. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG :
Observatório da Diversidade Cultural, 2020.
PDF

ISBN 978-65-992246-0-7

1. Diversidade cultural 2. Desenvolvimento
sustentável 3. Metodologia I. Barros, José Márcio.

20-43610

CDD-306.446

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável
:
Sociologia 306.446

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
José Márcio Barros
- 10** **Proteger e promover a diversidade ou o desenvolvimento? Interpelações para uma nova utopística**
Maria Dione Carvalho de Moraes
- 42** **Diversidade cultural e desenvolvimento**
Giuliana Kauark
- 62** **Diversidade cultural, sustentabilidade e economia: qual a relação entre economia solidária e cultura?**
Genauto França Filho
Luana Vilutis
- 88** **A contribuição da cultura para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**
Giselle Dupin
- 129** **“Ocupar, resistir e festejar”: arte pela democratização do espaço urbano**
Eduardo Sarmiento
- 157** **Diagnósticos participativos, desenvolvimento e diversidade cultural: desafios conceituais e metodológicos**
José Márcio Barros



APRESENTAÇÃO

José Márcio Barros

A relação entre a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável configura-se como um complexo campo político, conceitual e institucional que assume crescente interesse, importância e complexidade nas últimas décadas. Desde o final da década de 1980, intelectuais, ativistas e gestores da cultura buscam compreender a relação e formular propostas sobre as possíveis articulações entre cultura, diversidade e desenvolvimento. Em todo o variado espectro de abordagens, uma questão parece ser consensual: a relação não pode ser encarada de forma linear e mecânica. Por um lado, a Diversidade Cultural constitui-se como encontro e embate de opostos, e não como convivência harmoniosa entre os diferentes. Por outro lado, as concepções e práticas de desenvolvimento estão longe de apontarem para consensos e convergências. O relatório da UNESCO intitulado “Nossa diversidade criadora” (1997) é um marco político e institucional na busca da superação de concepções que excluía a cultura e sua diversidade do debate sobre o desenvolvimento. Ora tomada como uma dimensão imaterial da existência humana que não poderia ser reduzida a componente do desenvolvimento econômico, ora considerada uma barreira ao próprio desenvolvimento, apenas no final do século passado é que se começou a entender e defender a cultura enquanto elemento importante e até mesmo condição e contexto ideal para o desenvolvimento humano.

Concomitante a este processo de ressemantização da cultura e da diversidade, o próprio desenvolvimento econômico passa a ser alvo de críticas, fazendo emergir novas concepções amparadas nas perspectivas do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável.

Seja pelas constantes ameaças à diversidade cultural, seja pelos processos que ameaçam a vida no planeta, em decorrência do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista, o debate crítico, o reconhecimento de boas práticas e a atualização dos papéis dos diferentes agentes governamentais e não governamentais sobre a relação entre cultura e sustentabilidade se mostram sempre necessários e urgentes.

Essa é a contribuição que este livro procura trazer ao reunir trabalhos de oito pesquisadores e especialistas da área, integrantes e parceiros do Observatório da Diversidade Cultural, uma organização não governamental e um grupo de pesquisa que, desde 2005, busca contribuir na formação e produção sobre a diversidade cultural. Questões conceituais e metodológicas sobre a relação entre diversidade cultural e desenvolvimento sustentável unem os 6 capítulos que integram a obra, e que tem sua origem no Simpósio Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável, realizado no XIV ENECULT, em Salvador/BA. A arguição sobre os conceitos de desenvolvimento e diversidade cultural, a abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a explicitação da relação entre economia solidária e a diversidade, os impactos de grandes projetos de desenvolvimento e a questão metodológica sobre a realização de diagnósticos e a participação social, são temas aqui debatidos de forma criteriosa e crítica.

Em seu conjunto esta obra procura apresentar reflexões de diversas matrizes conceituais e metodológicas, de forma a fortalecer os vínculos prospectivos que possam fazer emergir historicamente alternativas concretas para uma sociedade mais justa e igualitária, ancorada na sustentabilidade e no pluralismo cultural.





Proteger e promover a diversidade ou o desenvolvimento? Interpelações a uma nova utopística

Maria Dione Carvalho de Moraes¹

Introdução

Provocada pelo enigma, acima, proposto por José Márcio Barros, no Simpósio “A Diversidade Cultural e o Desenvolvimento Sustentável”, no XIV ENECULT, conclamo, de início, Victor Vich em seu apelo para “desculturalizar a cultura” na América Latina, no sentido de *“una larga estrategia de pensamiento y acción [...] promovida en América Latina desde hace décadas y que debería consistir al menos en dos proposiciones: posicionar a la cultura como un agente de transformación social y revelar las dimensiones culturales de fenómenos aparentemente no culturales”* (VICH, 2013, p.130. Grifo meu). No entanto, sem a pretensão de oferecer uma resposta, proponho refletir sobre os termos acionados nesta provocação.

Com isto, refiro termos como desenvolvimento, sustentabilidade e diversidade, propostos pelo Simpósio, de forma articulada, como expressões de um campo de ideologias e utopias com implicações em nossas formas de pensar e agir, considerando que, no campo dos fenômenos sociais, culturais e políticos, a relação entre o mundo e os termos com os quais o referimos é complexa, pois falamos de fenômenos, também, complexos. Demarcar tensões conceituais e políticas subjacentes aos referidos termos e às relações, entre estes, sob o poder simbólico de doutrinações paradigmáticas², desafia-

1 Doutora em Ciências Sociais, com pós-doutorado em Sociologia. Especialista em Gestão da Cultura. Profa. da Universidade Federal do Piauí. Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP, Doutorado e Mestrado) e Sociologia (PPGS, Mestrado)/UFPI. E-mail: mdione@uol.com.br

2 “Um paradigma contém, para todos os discursos que se realizam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras de inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração, repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre esses conceitos e categorias”. (MORIN, 2001, p. 259)

nos em termos conceituais, políticos, e éticos relativos à pergunta-título que retrata um dilema latente sob formas variadas nas discursividades sobre diversidade cultural, desenvolvimento e sustentabilidade.

A elasticidade, a polissemia ou até o esvaziamento desses termos, sob o influxo das revoluções culturais de nosso tempo, traduzem transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, que impelem à busca de interpretações, outras, na compreensão de problemas contemporâneos tal o da relação entre desenvolvimento – ideia básica da cultura moderna ocidental – e temas como diversidade e sustentabilidade que emergem como novas ideologias e utopias contemporâneas e, como tal, questionam a própria ideia de desenvolvimento.

Para além de definições simplificadoras, a articulação desses termos em uma relação de recursividade³ ultrapassa determinismos lineares. Embora possa iniciar por qualquer um deles, escolho o que traduz a ideia-força da modernidade: o termo desenvolvimento⁴, cada vez mais polissêmico, com uma variedade de adjetivos que traduzem disputas políticas e conceituais, resultando em expressões como desenvolvimento local, integrado, sustentável, territorial; endógeno, exógeno; global, regional, local, econômico, social, cultural, ambiental, humano, dentre outras. Além do mais, deve-se ter em conta a crítica teórica e prática da abordagem do pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 1995; 2007).

Por seu turno, o termo sustentabilidade, diz Redcliff (2000), que atingiu o centro da política ambiental internacional, requer exame mais detalhado das agendas política e intelectual correlatas. De fato, seu poder parece vir mais da discursividade sobre o que nomeia que de algum valor heurístico, substantivo, compartilhado. Sobre “diversidade cultural enquanto discurso global” (RIBEIRO, 2009, p. 1), os sentidos e significados acionados são multifacetados e, mesmo, paradoxais. Em parte, acionam elementos de debates antropológicos acerca de cultura no singular, e culturas, no plural, presentes na arena política e acadêmica globais, a par do crescimento da sensibilidade (em sentidos nem sempre convergentes) em relação à diferença.

3 Sobre processo recursivo, ver Morin (1990).

4 Do verbo desenvolver. Termo de origem latina *volvere*, que significa “rolar, fazer girar”.

Desenvolvimento: ponto de partida

Como categoria do pensamento, o termo desenvolvimento funciona como um slogan para falar da vida social, como uma das principais ideias do mundo ocidental, presente em sistemas filosóficos, científicos (biologia⁵, psicologia, ciências sociais e econômicas), no pensamento religioso cristão, e no senso comum. Na teoria social sua origem é relacionada, muitas vezes, ao vocabulário biológico, devido à expressão “darwinismo social”, do século XIX – uma analogia com a teoria da “sobrevivência dos mais fortes” –, para referir o cenário industrial e sua lógica econômica concorrencial⁶.

No entanto, neste campo teórico, seu emprego nasce relacionado à ideia ocidental de progresso (RIBEIRO, 1991) com origens na filosofia grega e na teologia, sobretudo, do cristianismo, em seu ideário de esperança de gratificação e em uma filosofia teológica otimista sobre a condição dos seres humanos neste mundo e pós-morte. Expressões de teorias do desenvolvimento nas ciências sociais (August Comte, Karl Marx, Herbert Spencer, dentre outros) são caudatárias de trabalhos embrionários de pensadores europeus do século XVIII⁷ acerca de questões sobre como a sociedade⁸ progride e quais seus motores subjacentes (NISBET, 2007; 1986).

Do século XVII para o XVIII, a ideia de desenvolvimento ganharia corpo, sobretudo, com o movimento intelectual conhecido como iluminismo na Europa, que afirmava a racionalidade científica moderna de base antropocêntrica (humanismo). No século XIX, a ideia burguesa do liberalismo político tornou-se doutrina política e econômica e,

5 A ideia de desenvolvimento na ciência biológica, desde o século XVII, tornou-se regra geral para espécies animais, nos séculos XVII e XVIII, fecundando teorias sobre estágios iniciais e progressão. No século XIX, descobertas da embriologia, da síntese da teoria celular, da genética de Gregor Johann Mendel, e da teoria de Charles Darwin, o termo ganhou o significado de transformação na direção da forma mais apropriada de evolução orgânica rumo à maturidade biológica.

6 As miradas evolucionistas de pensadores sociais como Herbert Spencer e Thomas Malthus antecedem a obra de Charles Darwin. A propósito, ver Nisbet (2007:1986)

7 Jean Jacques Rousseau no século XVIII (“O Discurso Sobre a Origem da Desigualdade, obra sobre evolucionismo social); Adam Smith (“Ensaio sobre a linguagem”), Nicolas Condorcet (“Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano”) (NISBET, 1986).

8 “Sociedade é um termo cujo uso corrente na história e nas ciências sociais é contemporâneo do advento institucional da moderna ciência social no século XIX”. (WALLESTEIN, 1999, p. 457).

no amplo curso do ideário do liberalismo econômico e no que ficou conhecido como Revolução Industrial, termos como desenvolvimento, evolução e progresso tornaram-se intercambiáveis para referir crescimento econômico⁹. Nos anos 1940, disciplinas como economia e sociologia do desenvolvimento¹⁰ traçaram arcabouços teóricos e metodológicos para análise de sociedades industriais urbanas sem, contudo, explicar as contradições do mundo capitalista na conjunção de distintas ideologias que sobrecarregaram de esperanças e ambições irrealistas países ditos subdesenvolvidos.

A outra face da moeda, o chamado subdesenvolvimento, emerge como problemática teórica, econômica e política – e mesmo enviezadamente culturalista – no pós-segunda guerra, com países sendo classificados como desenvolvidos e subdesenvolvidos, na mirada dos, então, considerados desafios à industrialização dos países “atrasados”. Na primeira conferência da arena multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1943, o objetivo declarado de definir a política internacional relativa à agricultura e à alimentação tinha como base a sumária classificação: “países industriais ricos”, “países agrícolas ricos” e “países agrícolas pobres”. Esta taxonomia era central nas relações de influência ou força política da chamada “guerra fria”, como se lê na Carta da ONU, de 1945, e em resoluções subsequentes. Em meados do século XX, a concretização da assistência técnica dos EUA a países «subdesenvolvidos», deslancharia o que ficou conhecido como “Revolução Verde”, na agricultura, iniciada no México nos anos de 1950¹¹.

Por outro lado, emergiam as chamadas “democracias populares”, com ideias de desenvolvimento inspiradas no socialismo e na planificação, sobretudo, na descolonização. Uma série de emancipações políticas em países como Filipinas, Índia, Indonésia, Ghana, entre os anos de 1946 e 1950, e da maioria das colônias africanas da França, nas décadas

9 Clássicos como Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, e Karl Marx trataram do tema desenvolvimento das forças produtivas na consolidação do capitalismo. Smith e Ricardo teorizaram sobre a associação entre crescimento econômico e desenvolvimento. (NISBET, 1986).

10 Rostow (1958) apresenta uma teoria do desenvolvimento, na história moderna, por etapas: 1. Sociedade tradicional; 2. Pré-condições para o arranco; 3. O arranco; 4. Marcha para a maturidade; 5. Era do consumo de massa.

11 O debate entre propostas de “fomento agrícola” e de “industrialização de países subdesenvolvidos” pendeu a favor desta última, em resoluções e relatórios sobre intervenções em países ditos subdesenvolvidos, e cujos economistas versavam sobre problemas como inflação e desenvolvimento. Mas a modernização da base técnica da agricultura prevaleceu, como estratégia de avanço dos EUA na América Latina.

seguintes, fez emergirem políticas públicas orientadas por novas teorias do desenvolvimento, e revolucionárias, além de críticas contundentes ao racismo e ao colonialismo. O “fato colonial” foi exposto em obras como as de Fanon (1952/2008); Césaire (1978) e Memmi (2007), desnudando as estruturas sociais coloniais como produtoras de ontogêneses baseadas na diferença e em raça/racismo, gênero e trabalho/classe.

Em 1951 foi publicado o relatório da ONU sobre medidas para desenvolvimento econômico de países tidos como insuficientemente desenvolvidos. Em 1955, O Manifesto de Bandung, da Conferência Afro-asiática condenaria o colonialismo, ainda em boa parte da África, e o sistema racista do apartheid, na África do Sul, em um chamamento para a cooperação mundial na luta contra subdesenvolvimento e pobreza. O crescente peso da problemática do desenvolvimento, na agenda internacional, levou à mudança da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) para Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos anos 1960. Em 1961, foi inaugurada a “Década da ONU para o Desenvolvimento”; e em 1962, o congresso sobre “Tecnologia e Desenvolvimento” reuniu-se em Genebra (BELTRÃO, 1963).

Também no mundo acadêmico, entre as décadas de 1950 e 1960, cresceu o interesse pela problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, sobretudo, na economia e na sociologia. Subdesenvolvimento era tido como crescimento econômico insuficiente e instável; mercado reduzido; alto grau de analfabetismo; instabilidade política; elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil; baixa produtividade; economia predominantemente primária; insuficiência de capital e de “recursos naturais”.

O debate sobre perspectivas de superação do subdesenvolvimento, pela revolução ou pela industrialização, deu-se, nas ciências sociais, como lembra Escobar (1995), por orientações teoricamente contrastantes: 1. Teoria da modernização das décadas de 1950 e 1960 com a defesa dos efeitos benéficos do capital, da ciência, da tecnologia e da capacidade gerencial para promover desenvolvimento, centrada nos fundamentos da economia política clássica e neoclássica. Assim, orientava políticas públicas e intervenção tanto

dos Estados nacionais e seus governos, quanto de países centrais incidindo nas relações entre nações, através de políticas monetárias e fiscais, sob o rótulo da “cooperação”; 2. Teoria da dependência: por volta dos anos de 1960 e 1970, argumentando que as raízes do subdesenvolvimento jazem na conexão entre dependência externa e exploração interna e não sobre a suposta falta de capital, tecnologia ou “valores modernos”. Na América Latina, a discussão ganhou força com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), com contribuições do pensamento estruturalista conduzidas por Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Celso Furtado, e outros.

No contexto, surge nova classificação dos países em “ricos” e “pobres”; “industrializados” e “agrícolas”; “desenvolvidos e subdesenvolvidos”; “do norte” e “do sul”; “modernos” e “atrasados”; de “primeiro mundo” e de “terceiro mundo”¹²; e “em vias de desenvolvimento”. Os desafios de um quadro de mudanças e transformações que interpelavam às ciências sociais quanto à direção do processo de expansão da urbanização decorrente do avanço do capitalismo, levaram à incorporação de dimensões não-econômicas do desenvolvimento no debate (WALLERSTEIN, 2006; 1999), questionando a autorrepresentação da racionalidade ocidental.

Nessa autorrepresentação, o ocidente é o berço do “renascimento” (mudanças culturais; ciência; filosofia humanista), do “descobrimento” (expansão territorial colonialista), e da “modernidade”, conjunto de transformações que se inicia no século XV e estende-se até o XX, envolvendo mudanças culturais e políticas - surgimento do Estado nacional absolutista moderno e da racionalidade científica - e econômicas, como o capitalismo industrial e o financeiro. A modernidade¹³, tida como fruto das revoluções francesa e industrial, é representada sob o manto de um estilo e de uma organização social ditas universais, na racionalidade, na produtividade, e na ideia de progresso/

12 A denominação Terceiro Mundo, com inspiração na proposição do Terceiro Estado da Revolução Francesa sofreria inflexões no contexto da guerra fria, passando a referir países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não alinhados. Adotada por países asiáticos e africanos que se emanciparam em 1955, cairia em desuso após a o fim da URSS, sendo substituída por outras (países “em desenvolvimento”, “emergentes”, “subdesenvolvidos”).

13 Para uma outra leitura, da perspectiva decolonial, sobre as origens da modernidade como associada à invasão/colonização das Américas, ver Mingnolo (2005) e Dussel (1993).

desenvolvimento. O mundo ocidental constrói uma genealogia que remete à civilização greco-romana, à Europa e ao cristianismo, enquanto o mundo oriental, nessa leitura, finca raízes em civilizações antigas (egípcia, indiana e chinesa), na África e Ásia de onde teriam vindo a agricultura, o comércio e o socialismo (BECK, 1997; SANTOS, et al, 2012). Como diz Said (1990, p. 13), “o Oriente era quase uma invenção europeia”.

Ainda nesse imaginário, sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento de produção, consumo e renda. Seu modelo ideal, difundido para regiões “menos avançadas” (África, Ásia e América Latina), em um processo civilizador¹⁴, replicado no interior do Estado-nação, é o da colonização e seu consequente modelo de sociedade urbano-industrial. Esta visão “eurocêntrica, etnocêntrica e tecnocrática [...]” (ESCOBAR, 1995, p. 44) vigorou, como mecanismo de cooptação política, tanto no capitalismo quanto do socialismo. Embora ideário-guia de nações emergentes, no pós-guerra, esta ideia de desenvolvimento tornou-se obsoleta, como mostram tanto as adjetivações ao termo quanto a crítica teórica e prática do pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2007).

Desenvolvimento e sustentabilidade: paradoxos

A chamada crise ambiental impôs-nos pensar sobre a relação entre cultura e natureza, na finitude dos bens naturais versus os padrões de produção e de consumo desenfreados em sociedades nas quais se vendem produtos e ideais de felicidade e de modos de vida, através da publicidade e da propaganda, influenciando a formação de desejos e da subjetividade de crianças, jovens e pessoas adultas. A ecologia, ciência nascida no século XIX, seria esgrimida politicamente em meados do século XX, questionando nossa arrogância humanista. Esta ferida narcísica interpela-nos com vistas à sustentabilidade, inicialmente, em termos das ideias de desenvolvimento sustentado e sustentável¹⁵.

A crítica ambientalista à sinonímia entre desenvolvimento e crescimento econômico

14 Sobre processo civilizador, ver Elias (1994a; 1994b)

15 Para uma abordagem antropológica dos termos, ver Ribeiro (1991)

mostra que economia não é um sistema dissociado da natureza. E indica a necessidade de deslocar a ênfase no crescimento desenfreado e na ideia de recursos infinitos, para um modelo ancorado em compromissos com o mundo natural (SANTOS, et al, 2012), o que supõe incremento sustentável de desenvolvimento humano e de responsabilidade ambiental.

Na “Primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano”, em 1972, em Estocolmo, iniciou-se a discussão sobre proteção dos “recursos” [sic] naturais e seus sinais de finitude. A publicação de “Os Limites do Crescimento”, do Clube de Roma sobre a exaustão da capacidade de suporte no século XXI, se se mantivesse o ritmo do crescimento econômico, demarcaria um novo patamar nos debates das teses de crescimento demográfico versus esgotamento dos “recursos” naturais, e de formas alternativas à predatória, praticada. O conceito de meio ambiente foi ampliado, incluindo seres humanos e as ideias de conservação e de ecodesenvolvimento colocaram-se para além do conteúdo preservacionista.

A polarização entre defesa de desenvolvimento a qualquer preço e atenção à problemática ambiental está na origem do conceito de ecodesenvolvimento – proposto por Maurice Strong, secretário da conferência – difundido, a partir de 1974, por Ignacy Sachs, com a incorporação das dimensões social, econômica, e cultural da sustentabilidade, e da gestão participativa e ética, além da ambiental. Princípios do ecodesenvolvimento deram origem à ideia de desenvolvimento sustentável (DS)¹⁶.

Assim, dentre as adjetivações ao termo desenvolvimento, duas delas comportam a ideia de sustentabilidade: ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. A primeira relativa aos movimentos preservacionistas da natureza, na defesa do congelamento do crescimento da população, do capital industrial e das formas de consumo, com a finalidade de alcançar a estabilidade econômica e ecológica das nações, liderada pelo Clube de

¹⁶ Termo de influência anglo-saxônica (*Sustainable Development*) usado pela *International Union for Conservation Nature* (IUCN). Ver sítio [Eco Desenvolvimento.org](http://www.ecodesenvolvimento.org) - Informação para um mundo sustentável. Disponível em <<http://www.ecodesenvolvimento.org.br>>

Roma, com a tese do “crescimento zero”¹⁷. A segunda tem origem em ações da ONU, em 1983, com a criação da Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, com relatórios sobre crescimento econômico com preservação da natureza (SANTOS, et al, 2012), como em Nosso Futuro Comum (ONU, 1991).

Em 1986, na Conferência Mundial sobre Conservação e o Desenvolvimento, da IUCN, em Ottawa, o conceito de DS foi referido como um novo paradigma com base nos princípios de integração entre conservação da natureza e desenvolvimento; satisfação de necessidades humanas fundamentais; busca de equidade, justiça social, autodeterminação social e da diversidade cultural; manutenção da integridade ecológica. Em 1987, o “Relatório Brundtland”¹⁸, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz referência a um “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (ONU, 1991).

Mas, como se viu, em 1989, a ideia de DS defendida pelo chamado Consenso de Washington, fortemente influenciada pelo viés economicista, ainda tinha força. E, mesmo no 55º Fórum Global de ONGs, paralelo à Conferência Rio-92, o termo sustentabilidade limitava-se a consumo consciente e sustentável, responsável, não-supérfluo, com vistas ao desenvolvimento econômico com respeito aos meios físico e social¹⁹.

A partir dos anos 1990, a discussão transbordaria o foco ambiental, incorporando debates relativos a processos de descolonização e independência; projetos de desenvolvimento nacional; diferenças entre economias nacionais e concentração da renda e da riqueza nos países industrializados; disparidade social dos povos e regiões que provocaram interpretações, explicações, teorias e práticas políticas (FRANTZ, 2010). O termo sustentabilidade, no final dos anos 1990, é acionado na crítica aos limites do

17 Ver “Os limites do crescimento”, de um grupo de pesquisa liderado por Dennis L. Meadows, em 1972, com projeção para 100 anos (sem considerar progresso tecnológico e descoberta de novos materiais). Sua repercussão direcionou debates na Conferência da ONU.

18 Nos anos 1980, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland foi indicada pela ONU para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e para estudar o assunto.

19 Para detalhes das proposições, ver em <<https://fboms.org.br/>>

conceito de DS e ganha corpo na “Carta da Terra” que advoga a ética do cuidado e da responsabilidade²⁰. A carta propõe-se como uma declaração de princípios para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, visando inspirar um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada no presente e por gerações futuras, na transição para um futuro sustentável com indivisibilidade entre proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz. O projeto iniciado na ONU desenvolveu-se como iniciativa global da sociedade civil. Em 2000, a Comissão da Carta da Terra, entidade internacional independente, concluiu e divulgou a “Carta dos Povos”.

A carta aprofunda críticas, como diz Foladori (2007), ao paradoxo entre sustentabilidade ecológica e (in)sustentabilidade social quando, de fato, observa-se por um lado o avanço em ações voltadas a aspectos físicos da sustentabilidade (redução na emissão de gases poluentes, economia de água, diminuição de resíduos, matérias primas renováveis e energias limpas) de caráter técnico e limitado à sustentabilidade ecológica; por outro, a distância de alcance da sustentabilidade sociocultural (distribuição de renda, justiça social e melhoria nas condições de vida, democracia cultural) da maior parte da população mundial. Como associar sustentabilidade, cidadania planetária, e diversidade cultural?

Nos anos 2000, no conceito de DS acionado pela UNESCO (2005), observam-se diferenças e convergências entre concepções de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável sobretudo no campo político e no que respeita a técnicas de produção. No campo político, encontram-se divergências quanto à qualidade do meio ambiente e às diferenças sociais: no campo das técnicas de produção, encontram-se no que diz respeito ao progresso técnico e ao seu papel em relação à pressão sobre “recursos” naturais (MONTIBELER, FILHO, 1993). No que tange às convergências, além da visão holística e

²⁰ Tema tratado pelo filósofo alemão, Hans Jonas (JONAS, 2006). No 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos humanos, na 53ª Assembléia Geral da ONU, em 1999, foi lançada a Declaração Universal das Responsabilidades Humanas. Dois dos 19 princípios desta declaração reportam-se ao meio ambiente.

da crítica ao reducionismo economicista, nota-se preocupação com o bem estar social e a solidariedade com gerações futuras.

A ideia-força da dimensão ambiental e da gestão de “recursos” renováveis prevalece na perspectiva da reprodutibilidade das relações das sociedades humanas e com seu ambiente natural e construído, priorizando o tempo geológico em vez do econômico e valorizando o plano local (sem perder referência ao global). A noção de meio ambiente, assim tida como inseparável daquelas de complexidade e diversidade biocultural, quer referir a um todo complexo que exige novas maneiras de pensar a economia no prolongamento de um duplo movimento geral: de um lado, a luta contra a entropia; do outro, a ideia de evolução versus a de hegemonia da especialização, da segmentação, da homogeneização. Tais convergências tornam comum o uso de um termo pelo outro (MONTIBELER FILHO, 1993).

Se a partir do Relatório Brundtland o conceito de DS foi amplamente difundido e incorporado nas pautas de países ditos “desenvolvidos” ou “em processo de desenvolvimento”, isto não significa superação de contradições relativas ao tema como a questão da sua aplicabilidade no atual contexto de produção capitalista com suas profundas desigualdades. O debate sobre implicações teóricas e práticas, portanto, políticas, volta-se sobretudo à inadequação da racionalidade moderna como propositora de respostas a questões decorrentes das estruturas econômicas e sociais, seja no que diz respeito a problemas de equidade social, seja no que concerne a formas históricas de apropriação dos “recursos” naturais.

Nesta direção, um projeto de DS não se pode resumir a uma política de gestão estratégica nos principais nichos ecológicos mundiais, identificados a partir da divisão ecológica internacional, e com um arsenal discursivo no qual problemas ambientais e responsabilidade correlatas são apenas tidas como globais. Sem negar a dimensão global, não se pode ignorar que a geopolítica, cuja hierarquia Norte/Sul muitas vezes contribuiu para salvaguarda do direito de nações “desenvolvidas” implementaram políticas ecológicas

em regiões de seus interesses, desconsiderando contornos geopolíticos das nações ricas em “recursos” naturais, situadas ao sul do planeta (FERNANDES, 2003)

Sem dúvida, grande parte dos documentos oficiais não explicita a natureza polissêmica do DS (LIMA, 1997) e sua obscuridade atravessa leituras e interpretações oscilantes entre significados associados a justiça social, participação política e preservação ecológica, e outros, ainda, presos a ideias de crescimento econômico com acréscimo, muitas vezes, retórico, da “variável” cultural. O período de 2005-2014 foi considerado pela ONU, em 2002, como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com a pretensão declarada de fazer progredir os “recursos” humanos (para quem?), da educação, na direção de um futuro viável, destacando a necessidade de se trabalhar a perspectiva de DS em todos os níveis do sistema educacional, com extensão para todas as esferas da sociedade, por uma cultura da sustentabilidade (NOVO, 2009).

Se o tema sustentabilidade na agenda pública, na visão tradicional, ancorou-se em três dimensões: econômica (geração de renda, como concebido desde o século XVII); social (distribuição da renda e construção da equidade, com inícios no século XIX) e ambiental (a partir da segunda metade do século XX), com esta tríade como base discursiva de governos em múltiplas escalas, a partir do relatório Brundtland (REDE MOBILIZADORES, 2013), hoje há inflexões. Tal concepção triádica é tida como insuficiente quando o próprio conceito de desenvolvimento sofre severas críticas, sobretudo, no que tange à liberdade e autodeterminação dos povos e seres humanos. Mas nossas capacidades, como seres humanos, carecem, por vezes, de ferramentas e habilidades necessárias à compreensão e à transformação do mundo na direção da sustentabilidade, levando-nos a refletir sobre o que entendemos e desejamos como desenvolvimento e se – e como – esta palavra ainda significa algo para nós.

Diversidade cultural, pós-sustentabilidade e pós-desenvolvimento: desafios à construção de uma nova utopística

A retórica da sustentabilidade, diz Michael Redcliff, atingiu o centro da política ambiental internacional e urge examinar mais detalhadamente a agenda política e intelectual que propõe em tempos de transformação dos sistemas de comunicação e da ordem simbólica. Como conceito estabelecido, por vezes, disfarçando sob novas roupagens velhos conflitos do passado, o termo aparece como propriedade de diferentes discursos em disputa dos quais devemos sempre buscar pressupostos e conclusões para orientar escolhas e compromissos políticos. Os “novos” discursos de sustentabilidade ganham nova linguagem – deliberação, cidadania, direitos das espécies – mas escondem ou marginalizam colonialidades, desigualdades e distinções culturais que determinam a própria agenda ambiental internacional que não pode ignorar nem o fato de que “os novos discursos em torno da informática e da genética [...] podem ser vistos como discursos da “pós-sustentabilidade” (REDCLIFF, 2002, p. 135) nem o de que sustentabilidade ambiental não pode estar dissociada, de fato, e não apenas na retórica, das dimensões social e cultural, para além do reducionismo econômico ou ambiental.

Com o aprofundamento do debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade, as dimensões social e cultural são cada vez mais cobradas nos discursos correlatos. Cultura, como componente da sustentabilidade, já vinha sendo referida desde o Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1987-1996). De lá para cá, o tema aparece em relatórios-chave sobre diversidade cultural como fundamento do desenvolvimento a partir do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, intitulado Nossa Diversidade Criadora, organizado por Javier Pérez de Cuéllar, em 1997, ano de encerramento da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997). Em 2000, a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais deu origem ao relatório

de uma década do desenho de políticas culturais ao redor do mundo para promover a diversidade (YÚDICE, 2007).

Mas foi a partir de 2001, que a inclusão da cultura entre as dimensões da sustentabilidade tornou-se mais incisiva. No processo a contribuição do australiano Jon Hawkes com o que chamou de “quarto pilar da sustentabilidade”, referindo o papel da cultura no planejamento público e despertando o interesse da ONU²¹. Ainda em 2001, o Manifesto de Tützing, na Alemanha, trouxe o desafio cultural da sustentabilidade e, em 2002, na Cúpula de Johannesburgo, França, Moçambique, UNESCO e PNUMA, uma mesa-redonda debateu sobre diversidade cultural e biodiversidade. No mesmo ano, a organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) iniciou o processo de elaboração da Agenda 21 da Cultura.

A centralidade da chamada “questão cultural” nesses novos debates significa que tanto mudanças climáticas e desafios ambientais reportam a profundas alterações no estilo de vida das pessoas, quanto não se pode apenas levar soluções prontas de determinadas culturas para outras. Entretanto na Rio+20, em 2012, a ideia ainda esteve restrita a círculos de discussão, evidenciado que não é fácil superar modelos de pensamento e ação.

Mas, disparidade social entre riqueza e pobreza²² demarca-se com a globalização por novas fronteiras, novas relações sociais e políticas, exigindo olhares e conceitos inéditos. No próprio campo semântico do desenvolvimento emergem novas categorias de classificação: 1. Núcleo orgânico, contemplando países em que se realizam as atividades “cerebrais” (fluxo de inovações: introdução de novos métodos de produção, novas fontes de suprimento e de organização etc.); 2. Semiperiferia, referindo países que se industrializam sem se desenvolver; crescem, mas, permanecem no mesmo lugar em relação ao núcleo orgânico: a) países latino-americanos e países do sul da Europa (pró-sistêmicos); b) países

21 Keith Nurse, especialista em diversidade cultural, da Universidade de West Indies, passou a coordenar trabalhos para a ONU e a OCDE sobre o tema REDE MOBILIZADORES (2013).

22 Peter Glotz, em 1992, refere a sociedade dos 2/3, com a década de 1990 como auge da ascensão global do neoliberalismo e do novo rosto social do capitalismo financeiro. A exclusão de 1/3 da sociedade sob um Estado-Providência descapitalizado e assistencialista, resulta em 20% das pessoas detendo a posse de 80% das riquezas, e 80% com acesso a apenas 20%. A divisão de países dá lugar à noção de divisão entre pessoas, com novas miradas nas questões políticas e culturais, em desenvolvimento, distribuição de renda no mundo e oportunidades sociais. (FRANTZ, 2010).

da esfera soviética (antissistêmicos); 3. Periferia abrangendo países de África e outros em condições idênticas (ORTIZ, 2003; WARNIER, 2007).

No contexto observam-se em largos traços dois grandes movimentos planetários: 1. um que vai no sentido da dominação e da alienação (discurso da justificação); 2. outro que vai no sentido da emancipação (discurso crítico) (FRANTZ, 2010). Este último considera que a vulnerabilidade econômico-social é acompanhada da vulnerabilidade de direitos civis e políticos, em especial, de crianças, mulheres, povos afrodescendentes, povos originários, pessoas migrantes não-documentadas, pessoas refugiadas, escravizadas, grupos sociais vulneráveis e atingidos pelos fenômenos da “feminização” e da “eticização” da pobreza: cerca de 2/3 de pessoas não-alfabetizadas no mundo atual são compostos de mulheres que, juntamente com outras categorias vulneráveis, devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição.

Abordagens pós-estruturalistas e do pós-desenvolvimento, nas décadas de 1980 e 1990, com críticos culturais diversos, questionam o conceito de desenvolvimento como instrumento de dominação das sociedades do norte sobre as do sul. Por seu turno, a perspectiva feminista, cujas epistemologia, teoria e prática política ferem de morte a racionalidade androcêntrica da modernidade, não pode ser ignorada. E a mirada decolonial, em especial, na América Latina – com o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), criado no final dos anos 1990, em diálogos críticos com abordagens pós-coloniais e da subalternidade – desvela a incontornável relação entre modernidade e colonialidade em suas bases racistas e androcêntricas, cujo tripé, dizem Aníbal Quijano (2005), Mignolo (2005) e Maldonado-torres (2007) encontra-se na colonialidade do poder, do saber, e do ser (BALLESTRIN, 2013).

Noções e conceitos como “pós-desenvolvimento”, “giro decolonial”, “Epistemologias do Sul”, “sistema mundo”, desnudam o que Memmi (2007, p.47) concebera como “fato colonial”. Nestas perspectivas críticas, em convergências e divergências que extrapolam os limites deste texto, desenvolvimento é uma ideologia e uma utopia do mundo

ocidental relacionado a um sistema de crenças, ele próprio, como disse Gilbert Rist, uma crença. Um sistema fundado no fato colonial e no “pensamento abissal” (SANTOS, 2007 p. 71) e, na atualidade, organicamente relacionado com redes institucionais (Banco Mundial, FMI, ONU, OMC) que operam na classificação, sobretudo de base racial e de gênero, de povos, sociedades, regiões e pessoas, estabelecendo hierarquias que remetem à fricção entre ideias de cultura e de civilização. Em sua dimensão política aparece como insumo e produto nos e dos processos de invenção do outro, como indicam Said (1990); Dussel (1993) e Castro-Gómez (2005).

A par dessas miradas teórico-epistemológicas e políticas, estão em curso experiências diversas - envolvendo movimentos sociais diversos como ONG's, OSCIPs etc. -, com tecnologias sociais ancoradas na compreensão de que o modelo de sociedade dominante é externo a sociedades do Sul as quais necessitam ter em conta expectativas e experiências locais. Para Santos (2000) e Connel (2012), vivemos o fim de um paradigma epistêmico marcado pela hegemonia do discurso científico e por processos sociopolíticos fundamentados na regulação do poder instituídos pela modernidade. Para a Rede Mobilizadores (2013), as formas de regulação da modernidade não são mais suficientes para conter as forças de expansão geradas pela necessidade de emancipação social e geradoras de novos limites de organização social e política. São movimentos e inflexões em (re)construção em meio a disputas de interesses, projetos e objetivos, com promessas irrealizadas e novas utopias, inclusive, com a “revolução cultural” (HALL, 1997, p. 17) contemporânea e até mesmo acionando a “cultura como recurso” (YÚDICE, 2006, p. 25).

Merecem atenção certas armadilhas desse contexto, sobretudo a significados e sentidos agenciados. Na “novilíngua” ou “vulgata planetária”, nota-se ausência de termos como “capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência” (BOURDIEU; WACQUANT, 2001, p. 1). Esse “imperialismo apropriadamente simbólico” (p. 1) apresenta-se nos discursos de instâncias como Banco Mundial, Comissão

Europeia, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), e de “bancos de ideias” (p. 1) do pensamento conservador²³, além das grandes corporações de comunicação, que divulgam essa “língua geral”, com sua ilusão de ultramodernismo.

Termos como multicultural, multiculturalismo, reconhecimento das identidades, dentre outros, estão presentes em discursos pseudointelectuais e em retóricas programáticas que, se não submetidos a severa crítica, impedem a aplicação de um materialismo racional sadio na análise do mundo em suas dimensões cultural, social, econômica e política. (BOURDIEU; WACQUANT, 2001). Nas retóricas programáticas, embora acionando termos como sustentabilidade e diversidade, planejamentos governamentais de longo prazo, inclusive, no Brasil, explicitam e enfatizam a dimensão econômica (geração de renda, emprego, trabalho, aumento de exportações etc.), reduzindo a dimensão social a rubricas de políticas de saúde, educação, redução da pobreza e ambiental, a ações voltadas à busca do equilíbrio no consumo de “recursos” no âmbito de ecologias locais.

Quanto à dimensão cultural, esta costuma aparecer como meio para alcance de outros objetivos – a maior parte das vezes, de políticas sociais – ou como retórica. Vale lembrar ainda, para além do encantamento com uma certa ideia de “reconhecimento cultural”, os limites de políticas setoriais quando todas as dimensões da vida social estão em recursividade, transversalizadas pela cultura: a econômica, embora cultura não possa ser reduzida a instrumento para crescimento econômico; a social, sem cultura ser tida como instrumento para fornecer coesão a uma sociedade; a ambiental, sem reduzir cultura a meio para ampliar a conscientização sobre responsabilidade ambiental. Mais que instrumento, diz Pascual (2012), Cultura é a “[...] alma do desenvolvimento [...]”.

Nesta direção, quando a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, da UNESCO, declara o reconhecimento das singularidades, da pluralidade de sistemas de conhecimento, das especificidades de vozes que demandam uma globalização na escala humana, com significados de

23 Como *Manhattan Institute* (Nova York); *Adam Smith Institute* (Londres); *ex-Fondation Saint-Simon* (Paris); *Deutsche Bank Foundation* (Frankfurt); fundações de filantropia, escolas do poder, como a *Science-Politique* (França); *London School of Economics* (Inglaterra); *Harvard Kennedy School of Government* (EUA) etc. (BOURDIEU; WACQUANT, 2001).

desenvolvimento dando-se localmente, temos uma pauta desafiadora e utópica: a de que pessoas e lugares não sejam ameaçados pela voraz globalização da economia.

Na construção desta nova utopística, lembro com Ribeiro (1991) e Barros (2008) que o reconhecimento da importância do local e da diversidade não pode reduzir-se a uma romantização. Afinal, tradições locais e movimentos sociais de base, assim como a organização social na qual existem são, também, resultados de complexas relações de poder, muitas vezes afrontadas por processos de desenvolvimento. A idealização do local, em larga medida, é promovida por agências dos “discursos fraternais globais” (RIBEIRO, 2009, p. 20) e leva muitas vezes à definição de necessidades locais a partir de formulação de necessidade pré-definidas externamente, não raro, de forma paternalista, como diz Nkwi (2001).

Agendas atuais sobre diversidade cultural e DS não podem ignorar que a questão da pobreza, da fome e da violência não são apenas discursos, mas problemas reais que afetam milhões de seres humanos vítimas da desigual distribuição da riqueza e do acesso a benefícios dos recursos do planeta, em um novo sistema concebido por Joxe (2007) como um império do caos²⁴ como um novo sistema, uma nova organização que decorre dos tradicionais Estados-nação, mas como uma nova ordem mundial própria. Nos termos de Wallerstein (1999), um sistema mundo cuja análise deve considerar as durações históricas. Fato é que a nova ordem mundial não conhece fronteiras ou limites, gerando um mundo caótico, devastando bens naturais, asfixiando povos e territórios, sobretudo, aqueles para onde populações mais pobres são empurradas. Pode-se mesmo falar em genocídio seletivo, em novas formas de escravidão, em territórios marginalizados pelo centro, em um mundo distópico.

24 Alain Joxe diz que desde os anos 1980, novas formas de disseminação da violência, nas chamadas “pequenas guerras” (África, Ásia, América Latina, Balcãs, Cáucaso) são, para um certo juízo enviesado, consequência da “selvageria cultural” ou da regressão patológica de “subdesenvolvidos”. Assim, oculta-se que o Norte expande para o Sul fatores determinantes da violência que estão na origem política e sociológica das guerras atuais: normas financeiras e expedições militares, via repressão e castigo a crimes terroristas em uma ordem internacional que sob pressão do neoliberalismo, torna-se um caos. Para o autor, os EUA encabeçam esse império consagrado a regular a desordem.

Mas, se em meio às distopias, emergem novas utopias, a de considerar a dimensão cultural da sustentabilidade apresenta, em largos traços, duas direções: 1. Na referência à presença da cultura nas dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2001; 2007), embora ainda no sentido de mudanças no interior da continuidade, na busca pelo equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, e autonomia de projetos nacionais integrados e endógenos ou seja, uma cultura para a sustentabilidade ambiental; 2. A partir de novas miradas, com o reconhecimento da diferença e da necessidade da construção de projetos pautados na diversidade com vistas ao desenvolvimento humano, pautando o reconhecimento (OLIVEIRA, 2005; VENTURA, 2010; HONNETH, 2003) das diferentes culturas e suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às especificidades culturais, sem perder de vista a interculturalidade (RIBEIRO, 2009; CANCLINI, 2006).

Na arena da UNESCO algumas ações que vêm dos anos 1990 apontam cultura como condição e contexto social do desenvolvimento em contraste com a concepção de simples meio ou ainda de obstáculo para o crescimento econômico²⁵. A exemplo, no referido relatório Nossa Diversidade Criadora, desenvolvimento é conceituado como realização da existência humana na plenitude de todas as suas formas²⁶ e é apregoada a interação flexível entre governos, mercado e sociedade civil, com redistribuição de funções e responsabilidades entre autoridades nacionais, regionais e locais, especialmente no governo local mais próximo da população, além de parcerias e redes. A própria noção de políticas culturais amplia-se ante o desafio de políticas de reconhecimento.

O pressuposto da relação entre sustentabilidade e diversidade cultural é que esta, a diversidade, produz um mundo rico e variado no qual se amplia a gama de possibilidades, nutrindo capacidades e valores humanos. Na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, diversidade consta como um dos princípios motores do desenvolvimento de comunidades, povos e nações, e da plena realização de direitos humanos e liberdades fundamentais, nos termos da Declaração Universal dos

25 A leitura enviesada de cultura como obstáculo ao desenvolvimento pode ser vista em Harrisson e Huntington (2002).
26 Lembro o impacto da obra de Sen (2000), em 1999, sobre desenvolvimento como liberdade.

Direitos Humanos, embora o ideário universalista desta declaração seja, hoje, submetido a críticas.

No caso do Brasil, avanços inegáveis a partir do ano 2003, com o Plano Nacional de Cultura (PNC) e a institucionalização de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) - embora desmantelados a partir de 2015 - apontavam na direção de pensar a diversidade cultural relacionada ao desenvolvimento humano. Mas, o Texto Brasileiro (TB) quando se refere a sustentabilidade, ainda enfatiza a dimensão econômica sob o rótulo “economia criativa” com ostensivo vínculo com a filosofia do empreendedorismo subjacente à ação do Serviço de Proteção a Pequenas e Médias Empresas (Sebrae). A potencialidade da cultura pensada nos termos de geração de renda e emprego e de participação no Produto Interno Bruto (PIB) fica reduzida à visão de cultura *para* e de diversidade *para*. Como tal, seria capaz de dar sustentação a um projeto político no qual diversidade, sustentabilidade e desenvolvimento estejam articulados na direção da ampliação das capacidades de indivíduos e grupos com vistas à autonomia e à liberdade, ou seja, ao desenvolvimento humano?

Em um cenário global de disparidade de níveis de crescimento econômico entre países, com inflexões importantes no que tange ao papel dos Estados nacionais, em um mundo integrado pelo mercado internacional, por tecnologias de informação e pelo espaço diplomático supranacional da ONU parece que vivemos um deslocamento da identidade entre os temas desenvolvimento e espaço nacional, assim como mudanças no foco de preocupações (mesmo que retóricas) já não mais voltadas à redução de disparidades entre nações. Mas, se inflexões no debate sobre crescimento econômico embaçam a existência de uma hierarquia global, a constituição do espaço supranacional e com a importância crescente assumida por organismos multilaterais e suas agendas globais para desenvolvimento, estaria eliminada a polarização Norte-Sul, a estratificação global, a diferença sistêmica dissimulada pela noção de uma integração dos espaços globais? (SANTOS *et al*, 2012).

São questões que apontam não ser suficiente considerar diversidade como um novo universal. O problema persiste, antropológica e politicamente na relação entre particular e universal, na dialética entre cultura como atributo geral da humanidade, e culturas como múltiplas existências de tal atributo. Mas, para além do simplismo da irredutibilidade do local e do particular, a pesquisa antropológica destaca as trocas e interconexões entre grupos humanos e a própria natureza “espúria” e “híbrida” das culturas (RIBEIRO, 2009). Nesta mirada, “[...] diversidade cultural é a expressão de opostos. O singular, o intraduzível, a capacidade e o direito de diferir, bem como a expressão do universal, de uma ética e de um conjunto de direitos humanos. Simultaneamente uma coisa e outra, é nessa tensão de opostos que sua realidade se revela rica, dinâmica e desafiadora.” (BARROS, 2008, p. 17).

E qualquer direito à diferença e à diversidade requer o reconhecimento dos direitos humanos (com toda a complexidade que isto significa) com base na sua universalidade (que não pode ter como base a suposta universalidade do homem branco ocidental moderno) e indivisibilidade, com o enfrentamento urgente de toda e qualquer forma de racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e outras formas de intolerância, correlatas, seja pela vertente repressiva (proíbe e pune a discriminação e a intolerância), seja pela vertente promocional (promove a igualdade) (PIOVESAN, 2010). Mas, estaria o chamado “meio ambiente” subordinado a esses direitos? Esse desafio da sociedade industrial não pode ser escamoteado na reflexão sobre cultura e sustentabilidade, posto que se ancora em fundamentos de uma filosofia humanista sem limites, nas ideias de progresso técnico como sinônimo de civilização e da infinitude dos bens naturais tratados como bens de segunda ordem, como meros “recursos naturais”.

Mas, se cultura é intrínseca às “superfícies duras da vida” como diz Clifford Geertz, é em seu âmbito que ocorrem mudanças o que se coaduna com a concepção de diversidade como um projeto político que engloba três dimensões complementares da cultura: 1. Humanizadora e educativa; 2. Coletiva e política; 3. Produtiva e econômica. Isto requer uma ótica da complexidade visando à superação de posturas românticas e

ingênuas reconhecendo-se que ela própria é diversa. Não é um mosaico harmônico, mas um conjunto de opostos, divergentes e contraditórios (BARROS, 2008). Como totalidade, é uma síntese de múltiplas determinações e contradições, o que requer ações no sentido de gerar competências interculturais para conviver com as diferenças²⁷.

Sem dúvida, uma “incomunicabilidade relativa” (GEERTZ, 2001, p. 70) é parte de nossa existência como seres de cultura para além da ilusão de que “[...] a humanidade possa se livrar inteiramente [...] [do etnocentrismo] (p. 70). É o que nos permite, sem ingenuidade, perceber os desafios da diversidade a qual é cultural e não natural. Com tal, decorre de trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições, com suas diferenças e a partir delas, assim como de desigualdades, tensões e conflitos. Nesta direção, para além de uma constatação antropológica ou um inventário, diversidade é uma procura deliberada, uma resposta construída, um projeto político (BARROS, 2008).

E, em contraposição ao universalismo abstrato das perspectivas hegemônicas, Walter Mignolo fala em “diversalidade” para referir diversidade como projeto universal, de outra natureza, que conteria o princípio central da criatividade, como “[...] prática do cosmopolitismo crítico e dialógico, antes de ser uma impressão de uma sociedade futura e ideal, projetada de um único ponto de vista (aquele do abstrato universal) que nos reconduzirá (outra vez!) ao paradigma grego e a legados europeus.” (MIGNOLO, 2000, p. 744). A diversalidade, diz Alcoff (2017), identifica as diferenças como coconstitutivas, potencialmente integradas. Assim, uma identidade bicultural pode deslocar-se entre múltiplos quadros de referência sem colapsar nem hierarquizar as diferenças.

Se a pergunta inicial sobre o que deve ser protegido levou a esta reflexão sobre o termo desenvolvimento e suas contradições como um campo de disputas entre projetos “civilizatórios”, hegemônias, hierarquias, colonialismos, imperialismos, e projetos contra-hegemônicos, antimperialistas e anticolonialistas mundo afora, uma nova - mas não mera - adjetivação vem sendo acionada na tentativa de ultrapassar os limites da ideia de crescimento econômico: a utopia do desenvolvimento humano. Para Barros (2008), esta

27 Ver <[www.http://observatoriodadiversidade.org.br/site/6450/](http://observatoriodadiversidade.org.br/site/6450/)>

nova pauta pode alimentar nossa leitura crítica do mundo e nossas agendas de lutas na direção de um processo de mudança visando às potencialidades e capacidades dos seres humanos à ampliação dos graus de liberdade social, econômica e política na sociedade; a universalidade das oportunidades de saúde, educação e criação, sem discriminações; em direção à possibilidade efetiva de se desfrutar o respeito pessoal e as garantias plenas dos direitos humanos.

Daí, a necessidade de reconhecer e propor a articulação e a participação equilibradas dos capitais natural, construído, humano e social, além do protagonismo da cultura nas políticas de desenvolvimento humano, uma vez que ela transversaliza todas as modalidades de capital incidindo na produção de novas ontologias. Assim, a relação entre cultura, diversidade e desenvolvimento humano aponta um devir marcado pelo crescimento sustentado que tem dentre seus desafios o resgate do sentido de dádiva, das trocas, e não o da acumulação, assim como atenção à complexidade da relação entre as lógicas do simbólico e do mercado, além de articular os patrimônios natural e cultural, material e imaterial (BARROS, 2008). Nesta direção, precisa apontar, ainda, um devir no qual o reconhecimento não se dê apenas com base nos direitos humanos, mas com vistas ao nosso próprio con(viver) na biosfera.

São emergências ante a necessidade de redução das desigualdades locais, regionais e mundiais, com vistas à consolidação de modelos democráticos de decisões, para além do direito de ser diferente, e sem abandonar o ideário de universalidade, de modo que a ideia da diversidade não se reduza à defesa das particularidades, como alerta Pierucci (1990, p. 7). Se herdamos da modernidade construtos filosóficos e políticos que estão na base da fantasia irrealizada da igualdade, não podemos jogar a criança fora junto com a água do banho. A crença na universalidade, diz Walter Mignolo, não corresponde ao universalismo abstrato. É uma herança que deve ser submetida ao crivo das questões contemporâneas, encarando de frente a problemática teórica e política da relação universalidade versus particularismos, para além do elogio romântico da diversidade e da

mera defesa de particularismos que alimentam práticas discriminatórias. Daí, vivermos o desafio da necessidade e importância de uma educação para a diversidade, como diz Barros (2008), e a de pensarmos com Silva (2017, p. 470) sobre *“la pedagogía de la felicidad en una educación para la vida. El paradigma del “buen vivir” / “vivir bien” y la construcción pedagógica del “día después del desarrollo”*.

Considerações finais

Vivemos uma transição paradigmática? Por um lado, distopias e ideologias, demarcadas pela regulação social, pela ciência, pelo direito, pela propaganda; por racismo; conflitos armados; diásporas; tráfico de pessoas; trabalho escravo; trabalho infantil; homofobia; feminicídio; discurso de ódio etc. Por outro, novas utopias de emancipação social ganham corpo nas diferentes experiências de lutas e construção de alternativas.

Neste cenário, a reflexão sobre cultura não pode perder contato com realidades políticas, econômicas e sociais estratificadoras, em cujo âmbito pessoas são reprimidas em todos os lugares, sem esquecer das necessidades biológicas, físicas, materiais e imateriais subjacentes a estas superfícies. Assim, é preciso que treinemos nossas análises frente a tais realidades e necessidades. Refletir sobre as dimensões simbólicas da ação social não nos leva ao afastamento dos dilemas existenciais individuais e coletivos. Pelo contrário, leva a que mergulhemos nesse meio, em suas cores, prazeres e dores.

Esse mergulho requer ações práticas e teóricas, aprofundando diálogos com experiências empíricas na diversidade e multiplicidade de trajetórias de cada local (em relação com outros), de modo a construir caminhos diferentes dos padrões da modernidade/colonialidade e da globalização econômica, promotoras de identidades fragmentadas. A reconstrução de caminhos deve ultrapassar a ideia de caminho comum – de mão única.

Certos termos consagrados na retórica da gestão pública, de setores da academia, etc., precisam, muitas vezes, serem lidos a contrapelo, para que debates sobre liberdade,

sustentabilidade, diversidade abram-se para o alargamento das escolhas extrapolando aspectos técnicos e econômicos em nosso próprio processo de criar, recriar e fortalecer formas de vivermos como seres humanos, em nossa diversidade e na interculturalidade. E, se nos encontramos em um processo de mudanças paradigmáticas significa que estamos percebendo contradições e aprimorando nossas miradas críticas. No caso brasileiro, em especial, um dos desafios é identificar e desconstruir padrões hierárquicos de juízos instituídos sob sistemas coloniais de diversa ordem e alimentadores da colonialidades, sobretudo, pelo racismo estrutural e hierarquias de gênero que nos envolvem.

E, como a vocação essencial deste texto não é apresentar respostas para tais questões, mas contribuir para nos situarmos ante algumas respostas que já foram dadas e tentar construir outras, sempre questionando os termos que usamos, penso que temos um bom assunto sobre o qual pensar e agir: proteger e promover a diversidade ou o desenvolvimento? Que esta conversa, mediada pelo texto, ajude-nos de alguma forma a refletir sobre onde investir nosso desejo político.



Referências

ALCOFF, Linda Martín. **A epistemologia da colonialidade de Mignolo**. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), 2017, p. 33-59.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. v. 2, 2013, p. 89-117.

BARROS, José Marcio. (Org.). **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony, et al. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-71.

BELTRÃO S. J., Pe. Pedro Calderán. Sociologia do desenvolvimento, **Síntese. Revista de Filosofia**, v. 5, n. 20, 1963, p. 43-66. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3233>>. Acesso em 20/6/2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 80-87.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 27, n° 80, 2012, p. 9-20.

CUÉLLAR, Javier Perez de (Org.). **Nossa Diversidade Criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas SP: Papyrus, Brasília DF: Unesco, 1997.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferência de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ESCOBAR, Arturo. *Post-development as a concept and social practice*. In: ZIAI, Aram (Ed.) **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives**. Routledge, 2007, p 18-31

ESCOBAR, A. **Encontering development: the making and the unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas** (1952). Salvador: EDUFBA, 2008

FERNANDES, Marcionila. **Desenvolvimento Sustentável** – Antinomias de um Conceito. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. De 1º a 05/09/2003, UNICAMP, Campinas-SP, 31 p. Disponível em <www.sbsociologia.com.br/>. Acesso em 03/05/2010.

FOLADORI, Guillermo. **Paradojas de la sustentabilidad: ecológica versus social.** *Trayectorias*, vol. IX, núm. 24, mayo-agosto, Universidad Autónoma de Nuevo León Monterrey, Nuevo León, México, 2007, p. 20-30

FRANTZ, Walter. **Sociologia do desenvolvimento I.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, 98 p.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, nº 2, jul./dez/1997, p. 15-46.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.) **A cultura importa:** os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JONAS. Hans. **O Princípio Responsabilidade:** ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: ED PUC-RIO, 2006.

JOXE, Alain. **El imperio del caos:** *las republicas frente a la dominación estadounidense en la posguerra fría.* Madrid: S.L. Fondo de Cultura, 2007.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Política & Trabalho**, nº 13, João Pessoa: PPGS/UEPB, setembro/1997, p. 201-222.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.* In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. (Orgs.) **El giro**

decolonial. *Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGNOLO, Walter. D. *The, many faces of cosmo-polis: border thinking and critical cosmopolitanism.* **Public Culture.** Vol.12, nº 3, 2000, p. 721-748.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Eduardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 35-54.

MONTIBELIER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável.** Conceitos e princípios. Textos de Economia. Florianópolis, v. 4, a. 1, 1993, p. 131-142.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Proteger e promover a diversidade ou o desenvolvimento?** Mesa-Redonda, Simpósio “A Diversidade cultural e o Desenvolvimento Sustentável”. XIV ENECULT-Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 7 a 10/2018, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

MORIN, Edgar. O pensamento dissimulado (paradigmatologia). In: **O método 4.** As ideias. Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 258-295.

NISBET, Robert. **A mudança social.** Londrina: EdiUEL, 2007.

NISBET, Robert. La idea de progreso. **Revista Libertas:** 5, Octubre 1986. Instituto Universitario ESEADE. Disponível em: <www.eseade.edu.ar>

NKWI, Paul Nichoji. A etnografia do desenvolvimento: a visão de um antropólogo africano sobre a visão de desenvolvimento. In: Lourdes Arizpe (org.). **As dimensões culturais da transformação global:** uma abordagem antropológica. Brasília: UNESCO, 2001, p. 267-371.

NOVO, Maria. *La educación ambiental, una genuina educación para el desarrollo sostenible. Revista de Educación*, número extraordinário, 200, p. 195-217.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 9, volume 16(2), 2005, p. 9-40.

ONU. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PASCUAL, Jordi. **#Rio-20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. 28 de fevereiro de 2012. 3 p. Disponível em: <<http://www.iteia.org.br/textos/rio20-e-a-dimensao-cultural-da-sustentabilidade>>. Acesso em 02/09/2013.

PASCUAL, Jordi. **Advogando pela cultura como pilar da sustentabilidade no processo de Rio-20**. Euroamericano. VIII Campo de Cooperación Cultural. Cuenca, Ecuador, 28-30/11de 2012.

PIERUCCI, Antônio Flavio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, USP, São Paulo, 2(2), 2 sem., 1990, p. 7-33.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. **Rev. TST**, Brasília, vol. 75, no 1, jan/mar 2009, p. 107-113.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 117-142.

RAHNEMA, Majid. *Towards Post-Development: Searching for Signposts, a New Language and New Paradigms*. In: RAHNEMA, Majid e BAWTREE, Victoria (Eds.) **The Post-Development Reader**. London: Zed, 1997, 377-404.

REDCLIFF, Michael. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, p. 124-136.

REDE MOBILIZADORES. **O que tem a ver cultura e sustentabilidade?** 22 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/o-que-tem-a-ver-cultura-e-sustentabilidade/>>. Acesso em 12/8/2014.

RIBEIRO, Gustavo. Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista antropologia**. São Paulo, USP, 1991, n. 34, p. 59-101.

RIBEIRO, Gustavo. Lins. Diversidade cultural enquanto discurso global. Avá. **Revista de Antropología** [en linea], dez./ 2009, [n/p]. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169016753001>>

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do crescimento econômico**: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 155-163.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2007, n.79, p. 71-94.

SANTOS, Elinaldo, et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista DRd - Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012, p.44-61.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José de Souza. *La pedagogía de la felicidad en una educación para la vida. El paradigma del "buen vivir" / "vivir bien" y la construcción pedagógica del "día después del desarrollo"*. In: WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir** (Serie Pensamiento Decolonial), 2017, p. 470-507.

VENTURA, Tereza. Cultura e representação política. In: ALVES, Paulo Cesar (org). **Cultura. Múltiplas leituras**. Bauru-SP: EdUSC; Salvador: EdUFBA, 2010, p 115-134.

VICH, Victor. *Desculturalizar la cultura. Retos actuales de las políticas culturales* **Latin American Research Review**, Vol. 48 (Special Issue), 2013, p. 129-139.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XIX**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

WALSH, Catherine. *Introducción Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos*. In: WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías Decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir e (re)vivir**. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Ecuador, 2017, p. 23-68.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru-SP: EdUSC, 2003.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

YÚDICE, George. Aos leitores. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 20, jan./jun. 2016. São Paulo: Itaú Cultural, 2007, p. 10-15





Diversidade cultural e desenvolvimento

Giuliana Kauark¹

Introdução

Cultura e desenvolvimento são macroconceitos que, de certo modo, sempre estiveram interligados. Se considerarmos os primeiros sentidos modernos da cultura, conforme descritos por Terry Eagleton (2003) com base nos estudos de Raymond Williams, chegamos, entre outras, à compreensão de cultura como civilização. Há nessa perspectiva uma relação intrínseca com a ideia de um desenvolvimento evolutivo da humanidade. A cultura como civilização – leia-se civilização como sinônimo da sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX – poderia ser compreendida então como as artes, a vida urbana, as tecnologias da época e todo um pensamento e modo de vida que minimizavam as diferenças e cultuavam o progresso intelectual, espiritual e material a ser almejado e alcançado.

É a partir dessa compreensão de cultura que também se legitima o seu contrário, a noção de barbárie relativa aos outros ou aos não europeus. Neste entendimento, diferenciam-se os homens entre aqueles que se encontravam em seu “estado natural”, ou seja, irracional ou selvagem posto que “sem cultura”, e aqueles que já adquiriram “cultura” através do conhecimento e da instrução intelectual reconhecidos pela sociedade hegemônica. Decorre daí o pressuposto de que comunidades ditas «primitivas» poderiam evoluir culturalmente e alcançar o estágio de progresso das nações «civilizadas». Em consequência, justificava-se que essas populações fossem conduzidas até a chamada civilização, mesmo que por meio de processos colonizadores. Não interessa aqui entrar nos meandros do colonialismo,

¹ Giuliana Kauark é pesquisadora e gestora cultural, mestra e doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA. Membro do Observatório da Diversidade Cultural e do Coletivo Gestão Cultural do Observatório de Políticas e Gestão Culturais (UFBA). É professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. E-mail: giulianakauark@gmail.com.

contudo, vale lembrar que este foi concebido como “missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo.” (SANTOS, 2010, p. 27-28).

No século XX, as terminologias são substituídas, porém os seus sentidos originais permanecem. No lugar do primitivo, aparece o “subdesenvolvido”; ao invés de identificar nações civilizadas, passamos a nos referir a essas como “desenvolvidas”; no meio desta linha evolutiva, encontram-se as que estão “em desenvolvimento”. Não obstante, a cultura não mais é vista apenas como sinônimo do progresso. Ao ser estudada, especialmente por uma mirada antropológica, considerando suas particularidades e diversidade, as culturas (no plural) tornam-se grandes obstáculos para a cartilha do desenvolvimento mimético que todos deveriam seguir.

Todavia, também o conceito de desenvolvimento passa a ser questionado, sobretudo, a partir da constatação de que não é suficiente o progresso econômico para garantir bem estar às populações. Com isso, um viés mais humano e ambientalmente responsável passa a ser defendido e, na esteira dessas discussões, a cultura se destaca como área de grande contribuição. A euforia dos estudiosos se reflete em documentos reflexivos e normativos da principal organização internacional dedicada à cultura, a saber, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Conferências, relatórios e declarações defendem a diversidade cultural como um dos pilares de um desenvolvimento humanamente sustentável.

Num contexto mais contemporâneo, surge a criatividade, a economia criativa e toda uma mudança societária que o capitalismo cognitivo (ou cultural) impulsiona, junto com novos ideários relativos às ideias de desenvolvimento e cultura. Neste interim, são colocadas para escanteio algumas narrativas até então defendidas pela Unesco e por outras agências em torno de temas como diálogo intercultural e defesa dos direitos humanos nesta relação entre diversidade cultural e desenvolvimento.

É este olhar dialético e, em certo sentido, histórico, acerca dos enfrentamentos, deslocamentos e reposicionamentos na relação entre diversidade cultural e desenvolvimento que almejamos apresentar no presente artigo.

Cultura: de obstáculo a fator de desenvolvimento

Mencionamos acima o vínculo entre cultura e desenvolvimento a partir do Iluminismo do século XVIII, no qual a noção de cultura praticamente equivalia à civilidade ou civilização. Neste período de profundas transformações sociais e que dá início ao que chamamos de vida moderna, a cultura designava progresso social e intelectual, sempre com o sentido de avanço, de “evolução”, em relação a algo que antecedeu.

Embora tal visão iluminista possa parecer distante de nós, o fato é que ela persiste até hoje em várias dimensões da vida social, como, por exemplo, na ideia mais que reiterada do ocidente como centro do mundo e guardião dos valores e direitos universais. O universalismo, segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos e que possuem, por isso mesmo, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos particulares. Seguindo esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As realidades definidas como particulares ou locais são aprisionadas em escalas que as incapacitam de se tornarem alternativas críveis ao que existe de modo universal. Percebemos de modo mais evidente esta visão universalista, avessa a garantir credibilidade à diversidade cultural, em meados do século XX, quando a cultura aparece como entrave ao desenvolvimento.

Nos anos 1950, década que marca os primeiros anos de atuação da então recente Organização das Nações Unidas, o conceito de desenvolvimento predominante tinha como perspectiva o crescimento econômico. A aferição do grau de desenvolvimento era obtida por meio de índices puramente econômicos. Nestes termos, os fatores culturais não só

estavam excluídos de qualquer tentativa de contribuição, como eram caracterizados, em si, como obstáculos ao desenvolvimento. Seguindo esta lógica, a cultura (ou a falta dela) era, obviamente, fator explicativo da dificuldade de certas nações (em especial aquelas que portavam ainda sequelas da colonização) em aderirem aos mandamentos da produtividade, sendo, portanto, culpada por seus atrasos materiais. É extremamente significativo o trecho reproduzido a seguir, parte de uma coleção de textos divulgados pela ONU em 1951:

Há um sentido no qual o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm que ser desintegradas; os laços de casta, credo ou raça devem ser rompidos; e as grandes massas de pessoas incapazes de seguir o processo deverão ver frustradas as suas expectativas de uma vida cômoda. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico. (ONU, 1951 *apud* ALVAREZ, 2008, p.32-33)

Resumidamente, o subdesenvolvimento e a pobreza, ao invés de serem vistos como produtos do colonialismo europeu - ou ainda, em período mais recente, de iniciativas “bem-intencionadas” de ajuda dos países do Norte às nações pobres - nada mais seriam do que resultado de crenças e práticas culturais inferiores. Aliás, seriam, ambos, resultado de “bárbaras” práticas culturais, já que o padrão cultural eurocêntrico, com base no protestantismo weberiano, comporia a filosofia impulsionadora da acumulação do capital, da disciplina do trabalho, do espírito empreendedor, instrumentos a serviço da promoção do crescimento econômico e, portanto, do desenvolvimento.

Como dito anteriormente, é interessante notar a reprodução da arcaica visão evolutiva da cultura, equivalente à ideia de civilidade e atrelada ao progresso (traduzido como desenvolvimento), sendo o “Ocidente” o ponto culminante que todos almejavam atingir.

O que é surpreendente na maioria das teorias de desenvolvimento - teorias da modernização (Rostow, 1960; Deutsch, 1961; Inkeles e Smith, 1974), da dependência (Cardoso e Faletto, 1979), do sistema-mundo (Wallerstein, 1974), e crescimento econômico (Domar, 1946; Harrod, 1939; Solow, 1957; Arrow, 1962; Lucas, 1988; Romer, 1990), por exemplo - é o postulado que o desenvolvimento é um processo

linear (que opera em linha reta do ponto A ao ponto B) e evolutivo (que progride de um nível 'primitivo' ou 'tradicional', menos desenvolvido ou inferior, para um nível 'avançado' ou 'moderno', mais desenvolvido e superior). (UNESCO, 2010, p. 204, tradução nossa²).

Destarte aos países considerados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento (terminologias hoje bastante criticadas, sobretudo, por seu viés falsamente evolutivo) restava a instauração de um comportamento mimético e de uma relação de subordinação que, uma vez instalados, tendiam a perpetuar-se. No Brasil, por exemplo, segundo o economista Celso Furtado, esta adesão à “modernização dependente” teve como corolário a redução da cultura do povo brasileiro a “uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística” (FURTADO, 1984, p. 23).

Salto qualitativo é dado entre as décadas de 1970 e 1980. Conceitual e politicamente, constata-se que o desenvolvimento econômico aplicado de tal maneira nem sempre beneficiava todos os envolvidos e, muitas vezes, produzia desigualdade e miséria entre determinados segmentos sociais, regiões geográficas ou grupos étnicos da sociedade.

O termo desenvolvimento sustentável teria sido utilizado explicitamente pela primeira vez no «Building a Sustainable Society», o Manifesto do Partido Ecológico da Grã-Bretanha, em 1981. Seis anos depois, em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland – difundiu a ideia em seu relatório Nosso Futuro Comum. Foi graças à Rio-92, a Cúpula da Terra, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, que os governos do mundo inteiro oficializaram o conceito de desenvolvimento sustentável, no contexto do qual a cultura tem papel essencial. (ALVAREZ, 2008, p. 33)

Emerge, portanto, a consciência de que o desenvolvimento deveria ter como centro o humano e, como finalidade, o aumento da qualidade de vida. Surge, assim, o conceito de

2 *Ce qui est frappant dans la plupart des théories du développement – théories de la modernisation (Rostow, 1960; Deutsch, 1961; Inkeles et Smith, 1974), de la dépendance (Cardoso et Faletto, 1979), du système-monde (Wallerstein, 1974), et de la croissance économique (Domar, 1946; Harrod, 1939; Solow, 1957; Arrow, 1962; Lucas, 1988; Romer, 1990), par exemple –, c'est le postulat que le développement est un processus linéaire (qui s'opère en ligne droite d'un point A à un point B) et évolutif (qui progresse d'un niveau 'primitif' ou 'traditionnel', moins développé ou inférieur, à un niveau 'avancé' ou 'moderne', plus développé et supérieur).*

desenvolvimento sustentável, formalmente publicado pelo Relatório Brundtland Nosso Futuro Comum (1987). Baseado num princípio de solidariedade intergeracional, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades.

No que tange, particularmente, à relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, foi no seio das conferências prévias ao MONDIACULT (1982) que se começou a afirmar o valor da cultura como componente indispensável para um desenvolvimento humano, endógeno, compatível com as múltiplas realidades locais e equilibrado entre os diversos segmentos societários. Neste sentido, a identidade cultural, atuante e viva, passa a ser pré-requisito para o desenvolvimento, assim como as diferenças, ao invés de obstáculos passam a constituir oportunidades.

Cultura e desenvolvimento na agenda unesciana

A Declaração resultante do MONDIACULT é um marco histórico e reflexivo sobre a própria noção de cultura aplicada pela UNESCO. Segundo Ely Evangelista (2003), tal organização trabalhava com uma concepção estritamente vinculada às artes canônicas e ao patrimônio material, reproduzindo aqui outra concepção moderna, de cultura como sinônimo das belas artes, também mencionada por Eagleton (2005).

Não obstante, a supracitada Declaração esboça o princípio de uma política cultural fundada no reconhecimento da pluralidade das identidades culturais, não mais se limitando ao campo das artes. A cultura é então concebida como um “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001, p. 1). Do MONDIACULT resultou a Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1991).

Soma-se, significativamente, a esses esforços a criação da Comissão Mundial da Cultura e do Desenvolvimento, presidida por Javier Pérez de Cuéllar, que havia sido Secretário-Geral da ONU de 1982 a 1991, e composta por intelectuais de diferentes países, tendo como representante brasileiro o economista Celso Furtado. O resultado do trabalho está compilado no relatório *Nossa Diversidade Criadora* (1993), que indica como novos desafios, não apenas para os governos, mas para os diversos atores sociais, o respeito à diversidade cultural e a sua relação com o desenvolvimento sustentável.

O Relatório aborda os efeitos deletérios da oposição entre diversidade cultural e desenvolvimento, apresentando dados categóricos acerca das assimetrias no acesso à cultura e às oportunidades de produção entre os diversos países e, internamente, entre os distintos grupos societários. Neste documento a cultura é reconhecida como mais do que um simples componente estratégico para o desenvolvimento, mas como sua finalidade última. A Comissão concluía e defendia que a cultura deveria ser colocada no centro da reflexão relativa ao desenvolvimento.

O encerramento da Década da UNESCO para a Cultura e o Desenvolvimento se deu com a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, ocorrida em 1998, em Estocolmo. Nesta ocasião ressaltou-se o caráter estratégico da política cultural para o desenvolvimento, pois esta potencialmente garantiria a autonomia cultural e liberação das forças criativas da sociedade, insumos essenciais para o desenvolvimento endógeno e a transformação social. Após a referida Conferência de Estocolmo é publicado o primeiro Informe Mundial sobre a Cultura, trazendo novo impulso ao debate em torno dos indicadores culturais de desenvolvimento.

Essas datas importantes marcam o surgimento de uma concepção mais ampla e com mais nuances de desenvolvimento, que reconhece que, embora a existência de diferentes sistemas de valores possa explicar diferentes atitudes e práticas em matéria de atividade econômica, o sucesso econômico não requer necessariamente uma conversão cultural para normas de estilo ocidental, com base no individualismo e na concorrência. (UNESCO, 2010, p. 203, tradução nossa³).

3 *Ces dates clés marquent l'émergence d'une conception plus large et plus nuancée du développement, qui admet que, si*

As concepções em torno da cultura, todavia, não se refletiram, *ipsis litteris*, no conceito publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos anos 1990, sobre desenvolvimento humano. Neste, destacam-se como elementos fundamentais a liberdade política, econômica e social, bem como as oportunidades individuais de saúde, educação, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos. Como visto, não há explicitamente uma menção à cultura. No entanto, conseguimos extrair dois elementos que a tangenciam, de certo modo, e que contribuem para compreender a cultura na sua relação com o desenvolvimento na contemporaneidade: criatividade e direitos humanos.

Cultura, criatividade e desenvolvimento econômico

Criatividade hoje é um conceito chave para conformação de uma nova economia. Antes disso, porém, dois fenômenos foram determinantes para o processo de automação do campo da cultura, quais sejam, a culturalização das mercadorias e a culturalização da economia.

Conforme indica Albino Rubim (2005), a culturalização das mercadorias representou uma tendência de agregação de valor simbólico a produtos dos mais diversos e não apenas oriundos das indústrias culturais, ampliando de modo intenso o lugar da cultura na atualidade. Este processo se deu justamente por meio da incorporação de direitos de propriedade intelectual (marca, design, etc.), o que levou à constatação do potencial econômico subjacente a estes direitos. Os produtos customizados oriundos deste processo de culturalização substituiriam os objetos seriados e de baixo custo do fordismo, agregando diferencial junto aos seus consumidores e reconfigurando a própria sociedade de consumo.

l'existence de systèmes de valeurs différents peut expliquer des attitudes et des pratiques différentes en matière d'activité économique, la réussite économique n'exige pas nécessairement une conversion culturelle aux normes de type occidentale, fondées sur l'individualisme et la concurrence.

Os casos exemplares podem ser muitos. Hoje em um automóvel importa o design, a marca ou outros elementos simbólicos que dão distinção e prestígio ao produto e, por contágio, ao seu usuário-consumidor. Os aspectos estritamente físico-tecnológicos de sua capacidade máquina de transportar pessoas encontra-se em um plano nitidamente secundário. Mais que a indústria têxtil importa a “indústria” da moda. As referências às regiões de certificação de determinadas mercadorias são essenciais hoje para o posicionamento distintivo destes produtos no mercado. Muitas marcas valem mais que todo o patrimônio territorial, infraestrutural e tecnológico de certas empresas. Em suma, tais componentes simbólicos – portanto de denso conteúdo cultural – na atualidade também penetram os bens materiais e os investem de valor, constituindo seu diferencial de posicionamento no mercado. Com a culturalização da mercadoria, amplia-se mais uma vez e de modo intenso o lugar da cultura na atualidade. A cultura passa a ser efetivamente reconhecida com uma dimensão simbólica que dá sentido ao mundo e que impregna todo um universo de: produtos, comportamentos, estilos de vida etc. (RUBIM, 2005, p. 144-145).

A conclusão do autor é que se verifica com a culturalização das mercadorias uma ampliação intensa do lugar da cultura, justamente por meio da incorporação desses direitos de propriedade intelectual aos mais diversos produtos e da constatação do seu potencial econômico subjacente. Como sintetiza Frederic Jameson (2001), tudo é cultural, justamente por razões econômicas.

Ademais, conforme Alexandre Barbalho (2016), com o processo de culturalização surgem não só novos setores de produção como novos padrões de consumo em nichos de mercados cada vez mais especializados.

Da mesma forma que o fordismo não foi apenas uma técnica produtiva, mas uma proposição civilizacional (o “americanismo”) que originou a sociedade de consumo, como indicou Gramsci (1984), assim também opera o pós-fordismo. Não se trata só de implementar o modelo flexível de especialização e acumulação, mas de reinventar a sociedade de consumo, onde o importante não é mais o conforto que o uso de um objeto proporciona, mas a marca que agrega ao seu consumidor. Ocorrem, portanto, transformações no âmbito da produção e do consumo. (BARBALHO, 2016, p. 11-12).

Se podemos afirmar que a produção de bens culturais tem seguido padrões vigentes dos sistemas de produção econômica, seu sentido inverso também começa a ser estudado: a culturalização da economia. É o que Jameson (2001) chama de “movimento da economia

para a cultura”, quando a mercadoria, seja ela qual for, é consumida pelo seu fator estético, diferenciando-o do “movimento da cultura para a economia”, materializado através das indústrias culturais mundializadas e, conseqüentemente, de sua contribuição para as economias das grandes potências.

A dança das cadeiras entre as grandes empresas multinacionais da era industrial (General Motors ou Exxon) cedendo lugar a expoentes do capitalismo cultural (Time Warner, Disney, Sony, Microsoft) é reflexo desta mudança paradigmática da mercantilização da cultura para a culturalização da mercadoria e, por conseguinte, a culturalização da economia.

A contribuição financeira das indústrias culturais para as economias das grandes potências, mas também para os países em desenvolvimento, despertou a atenção e o interesse da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Em 2004, na Conferência de São Paulo, este organismo dedicou um dos três painéis de alto nível realizados ao tema “Indústrias Criativas e Desenvolvimento”, que procurou examinar experiências bem-sucedidas de fomento às indústrias criativas, introduzindo a economia criativa na agenda internacional do desenvolvimento.

Os Relatórios da Economia Criativa (2008; 2010; 2013) são o principal resultado do esforço capitaneado pela UNCTAD e vêm buscando demonstrar que a vanguarda do crescimento e da inovação na economia contemporânea está formada por setores tais como o da indústria da alta tecnologia; da fabricação neo-artesanal e das indústrias de bens e serviços culturais. Além disso, preconizam que o investimento em setores criativos pode ser uma poderosa opção para o desenvolvimento, aportando indicadores que provam que, mesmo em um período de recessão, a economia criativa continua crescendo e de maneira mais rápida que outros setores.

Austrália e Reino Unido representam as matrizes da economia criativa por haverem lançado, respectivamente, a primeira política pública de fomento à economia criativa e o primeiro grande estudo sobre a importância econômica dos setores criativos, ambos os documentos considerados pioneiros e fundamentais para o desenvolvimento internacional

do tema. Embora seja creditada à Austrália a institucionalização do conceito de criatividade como recurso econômico, foi no Reino Unido que se originaram os conceitos de indústria e de economia criativa, cujo principal referencial teórico é John Howkins (2001).

Arautos da economia criativa alegam que a importância primordial das indústrias criativas está não apenas no seu valor econômico, mas, sobretudo, no estímulo à aparição de novas ideias, tecnologias e processos de mudança transformadora, sendo, portanto, elementos chaves do sistema de inovação de toda a economia. Assim, economia criativa, indústrias criativas, cidades criativas, refletem esse momento em que há a difusão da crença na importância da inovação como motor essencial do desenvolvimento social e econômico.

Não obstante, alguns críticos destacam que os mecanismos que permitem que esta criatividade se irradie nunca são identificados com clareza, estando submetidos ainda às lógicas arcaicas do mercado, tais como monopólio, oligopólio e, principalmente, exploração da propriedade intelectual. Ademais, como ressalta Isaura Botelho (2014), tendo por base estudo de Raunig (2008), as indústrias criativas, pelo seu caráter efêmero, temporalmente limitado e articulado em torno de projetos, são pseudoinstituições (ou não instituições) que resultam numa desmedida terceirização de serviços e representam uma resposta “criativa” às transformações impostas pelas mutações econômicas e uma nova forma de governabilidade neoliberal.

Destarte como sinalizam Elisabeth Loiola e Paulo Miguez (2015), ainda que seja inegável o valor estratégico da criatividade para o desenvolvimento, sobretudo na atual era pós-industrial, não se pode correr o risco de incorporar uma visão de que, naturalmente, eles estabelecem entre si relações positivas e sinérgicas. Neste sentido, vale recuperar a perspectiva capitaneada por Celso Furtado (1984) a respeito da criatividade e de sua relação com o desenvolvimento: não se trata de enxergar na criatividade um “capital (humano)”, mas um direito.

Cultura como direito e desenvolvimento como liberdade

Furtado sofisticou o pensamento econômico brasileiro ao vincular cultura e desenvolvimento humano. Em seus argumentos a favor da dimensão cultural no processo de desenvolvimento, o intelectual enfatizava a desconexão evidente entre o avanço da riqueza material e a melhoria da qualidade de vida da população. Nas palavras do autor,

À medida que a lógica da acumulação vai se impondo, as atividades ligadas aos fins da ação humana vão se subordinando à lógica dos meios. O espaço dentro do qual se exerce a criatividade é delimitado pela racionalidade instrumental. (□) A história dessa civilização é a crônica da subordinação progressiva de todas as formas de atividade criativa à racionalidade instrumental. (FURTADO, 2012, p. 45).

O pensamento de Furtado sobre cultura passa pela compreensão da sua intrínseca relação com as forças propulsoras de um “verdadeiro desenvolvimento” que, por sua vez, não se deixa levar pelo automatismo do processo de acumulação e visa aos fins em si mesmos, à construção de valores e à reformulação da estrutura social. A cultura, portanto, teria o potencial de restaurar a lógica dos fins (no lugar da predominante lógica dos meios) através da liberação de forças criativas e da atuação de agentes capazes de modificar o meio em que atuam e romper com o plano da racionalidade instrumental em que se baseia a lógica dos meios. O exercício da criatividade, portanto, envolve poder, como afirma César Bolaño (2015, p. 28).

Os escritos de Furtado revestem-se ainda de notável atualidade no desafio de pensar a importância da cultura para o desenvolvimento. Um conceito mais amplo e fluido vem sendo advogado, no qual o desenvolvimento deveria ser visto como um processo que estimula e efetiva a liberdade das pessoas de perseguirem o que quer que valorizem em suas vidas, sem que alguém ou alguma instituição diga o que deve ser valorizado.

O prêmio Nobel Amartya Sen (2010), em sua elaboração do desenvolvimento como liberdade, afirma que vivemos num mundo de opulência sem precedentes, contudo, também

de privação, destituição e opressão extraordinários. Superar esses problemas é, portanto, parte central do processo de desenvolvimento e esta tarefa, diferentemente do que se arvora, não é exclusiva dos países “em desenvolvimento”, pois muitas das privações podem ser encontradas tanto em países pobres como em países ricos.

Na sua análise, a condição de agente dos indivíduos é central para lidar com as diferentes formas de privação da liberdade a que estamos subjugados. A ideia de desenvolvimento consiste, nesse horizonte, na eliminação das privações que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas para exercer sua condição de agente. Apesar de sua obra concentrar-se particularmente nas liberdades instrumentais cruciais – oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora –, é possível fazer um paralelo da ideia de desenvolvimento como liberdade aplicada à cultura.

O relatório sobre “O direito à liberdade de expressão e criação artística” (SHAHEED, 2013), apresentado na Assembleia Geral das Nações Unidas pela ex-relatora especial no âmbito dos direitos culturais, aborda as muitas formas em que o direito às liberdades indispensáveis para a criatividade e a expressão artística pode ver-se diminuído, apontando, por outro lado, que “a vitalidade da criação artística é necessária para o desenvolvimento de culturas dinâmicas e para o funcionamento de sociedades democráticas” (SHAHEED, 2013, p. 3). Seus argumentos se encontram com várias preocupações da Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social inclusivo, assim como aos princípios fundamentais dos direitos humanos e da igualdade.

Com efeito, a noção de desenvolvimento humano aplicada à cultura significa garantir às futuras gerações a capacidade de expressar-se culturalmente, de ter acesso aos meios de criação, produção, distribuição e difusão da cultura, ter acesso à informação, ter acesso a outras culturas, ter acesso aos resultados do progresso científico e tecnológico, e ter liberdades fundamentais garantidas, de expressão, de participação da vida cultural,

de escolha de suas próprias referências culturais etc. Em outras palavras, seria garantir às futuras gerações o gozo de seus direitos culturais, que são parte dos direitos humanos.

Desenvolvimento significa, portanto, estender o leque de opções e alternativas, ampliar o seu raio de oportunidades. Esse alargamento dos horizontes de possibilidades requer o enfrentamento de interesses diversos, assimétricos e poderosos. O desenvolvimento é um processo transformativo que exige mudanças em termos de correlação de forças, o desmonte de mecanismos, estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder, forjando novo patamar de sociedade que se traduza em enriquecimento cultural, apropriação dos avanços tecnológicos e novos padrões de sociabilidade. Não se trata de negar a necessidade de acesso a tecnologias modernas e aos bens produzidos por outras culturas, mas de não cair na armadilha do mimetismo.

A contribuição da cultura é ampliar os temas do debate sobre desenvolvimento ao aportar um enfoque centrado no ser humano e, neste sentido, produzir resultados que se traduzam num desenvolvimento social e economicamente inclusivo. Nestes termos, ao mesmo tempo em que devemos superar a visão dogmática e homogeneizante de desenvolvimento, é igualmente crucial lançarmo-nos ao desafio do diálogo intercultural.

No limiar do século XXI, nos deparamos com o desafio de uma interculturalidade global, até então desconhecida na história. A internacionalização da economia mundial só pode ter sucesso a longo prazo se chegarmos a aceitar a pluralidade de culturas e de história em um mundo do “presente absoluto” que não está mais concentrado em um único lugar, mas em um espaço-tempo que envolve a todos nós. (VON BARLOEWEN, 2015, p. 134, tradução nossa⁴).

A interculturalidade complexifica e, de certa maneira, desromantiza a ideia de hibridismo ao identificar que as interseções entre culturas são, por vezes, bastantes assimétricas. Na prática, o diálogo intercultural pressupõe alguns esforços. Por óbvio, é preciso libertar-se das identidades estáveis e adotar uma visão baseada na multiplicidade de

⁴ *Au seuil du XXIe siècle, nous sommes confrontés au défi d'une interculturalité mondiale, jusqu'alors inconnue de l'histoire humaine. L'internationalisation de l'économie mondiale peut être couronnée de succès à long terme seulement si nous arrivons à accepter la pluralité des cultures et de l'histoire dans un monde du «présent absolu» qui se concentre non plus dans un endroit unique, mais dans un espace-temps qui nous englobe tous.*

identificações. Ademais, evitar preconceitos, estereótipos e outras formas de legitimação da intolerância, e, noutro ponto, o relativismo e a visão acrítica em relação a todas as práticas e tradições culturais.

O elemento-chave nada mais é que o reconhecimento da igual dignidade das culturas, sobretudo dos indivíduos pertencentes a diferentes culturas, haja vista o diálogo ocorre entre sujeitos e não entre abstrações. A dignidade da pessoa humana, ponto nevrálgico dos direitos humanos, consiste num princípio ético-jurídico que reconhece a integridade física e moral que deve ser assegurada a todo ser humano, simplesmente por sua existência ontológica no mundo, relacionando-se, assim, com as necessidades de sobrevivência e com o que Furtado nomeia como necessidades especificamente humanas de preservação de valores culturais, cosmogonias, visões de mundo e de si mesmo.

Compreendemos o diálogo intercultural como um princípio ético-político cujos desafios, na tarefa de promover a paz seriam, entre outros, o empoderamento e autonomia das minorias, a promoção do diálogo inter-religioso e a reconciliação entre memórias conflitivas. Tais desafios demandam não apenas uma nova postura ética, mas projetos efetivos, sendo a interculturalidade, nesse contexto, entendida como uma ferramenta da Realpolitik.

É um esboço da verdadeira interculturalidade que poderia ser um instrumento de Realpolitik e garantia de paz e, em última instância, uma condição sine qua non para a sobrevivência da humanidade. Não pode haver paz entre as nações sem paz prévia entre as culturas e religiões. O diálogo entre religiões e culturas não é um fenômeno novo no processo histórico universal, nem a relação entre tecnologia e cultura. No entanto, ambos serão centrais para a civilização deste novo século e para a inexorável urgência política que se agiganta, pelo menos nas partes do mundo que são de importância geoestratégica. Essa perspectiva de uma dimensão antropológica cultural do desenvolvimento e da sustentabilidade, seja na política, na economia ou mesmo no campo das finanças internacionais, reforça um importante paradigma de responsabilização de todos os órgãos da família das Nações Unidas, não apenas como parte de um exercício acadêmico, mas como uma expressão da Realpolitik para uma futura civilização mundial, a fim de compreender melhor e a fundo as lógicas de pensamentos e ações de diferentes culturas regionais, antes de iniciar um ação global, uma tarefa eminente que incumbe às Nações Unidas. (VON BARLOEWEN, 2015, p. 135, tradução nossa⁵).

5 *C'est ébauche de l'interculturalié véritable qui pourrait être un outil de realpolitik et de garantie de la paix et,*

Ainda que a valorização das diferentes identidades e a promoção do respeito e da igual dignidade entre culturas não proporcionem uma resposta rápida à paz, ambas são reconhecidas como poderosas fontes para a criação de novos modelos de mundo, mais equitativos e inclusivos. Ainda que a criatividade e a cultura não proporcionem uma resposta rápida ao desenvolvimento, ambas também são reconhecidas como poderosas fontes para a criação de novos mundos. O papel que desempenha a cultura é multifacetado e serve para melhorar o bem-estar e a autoestima individual e coletiva. Seja na promoção do desenvolvimento humano ou na garantia da paz, o diferencial da cultura são seus benefícios imateriais.

Considerações finais

Recuperando uma clássica distinção das dimensões da cultura apontada por Isaura Botelho (2001), a sociológica e a antropológica, poderíamos também compreender as contribuições da cultura ao desenvolvimento a partir de diferentes pontos de vista.

Em sua dimensão mais restrita, aquela que percebe a cultura como campo especializado de produção de sentidos, materializado na forma de bens e serviços e constituinte de uma economia potente e de um mercado que atua em escala global, podemos dizer que a cultura desempenha um papel de extrema relevância em termos de desenvolvimento ao ser capaz de gerar, em grandes proporções, emprego e renda.

Compreendida na sua dimensão ampliada, a cultura é estratégica para o desenvolvimento na medida em que expressa as tramas identitárias que são a argamassa

ultimement, une condition sine qua non à la survie de l'humanité. Il ne peut y avoir de paix entre les nations sans paix préalable entre les cultures et les religions. Le dialogue entre les religions et les cultures n'est pas un phénomène nouveau dans le processus historique universel, tout comme la relation entre technologie et culture. Néanmoins, les deux seront primordiaux à la civilisation de ce siècle nouveau et à l'inexorable urgence politique qui s'annonce, du moins dans les parties du monde qui ont une importance géostratégique. Cette perspective d'une dimension anthropologique culturelle du développement et de la durabilité, que ce soit en politique, en économie ou même dans le domaine de la finance internationale, renforce un paradigme important de la responsabilité tous les organes de la famille des Nations unies, non pas seulement dans le cadre d'un exercice académique, mais en tant qu'expression de la Realpolitik pour une civilisation mondiale future, afin de mieux comprendre en profondeur les logiques de pensées et d'actions des différentes cultures régionales, avant de commencer une action mondiale, tâche éminente qui incombe aux Nations unies.

dos pactos celebrados entre os vários atores sociais, implicando em políticas e projetos que subvertem o caráter mimético, exógeno e tecnicista de desenvolvimento, que é alheio ou se apropria dos embates sociopolíticos que conformam a vida social.

É preciso que estejamos atentos para que o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pelo mercado da cultura não seja cada vez mais cooptado e apartado daquela compreensão da cultura que tem como fim primeiro as riquezas simbólicas e a transformação e o fortalecimento do ser humano. Ou seja, não se trata apenas de perseguir o crescimento econômico por meio do estímulo às atividades ligadas à cultura, mas, também e principalmente, de criar condições propícias para a diversidade das manifestações culturais, promovendo a inclusão cultural, social, econômica, bem como a interação produtiva de novos e múltiplos agentes criadores. Adotar unicamente uma visão instrumental, e não substantiva, da relação entre cultura e desenvolvimento, significa reforçar e proteger os interesses dos agentes e repertórios culturais já estabelecidos.

Em um pequeno texto de 1986, Furtado apresenta a seguinte pergunta e afirmação sobre o campo da cultura na sua relação com o desenvolvimento e é com ela que optamos por concluir esta reflexão:

“Como duvidar de que é nesse setor que se apresenta o maior desafio na caminhada para um autêntico processo de desenvolvimento, para a convergência do processo de crescimento econômico com o aperfeiçoamento das formas de convivência social e a abertura de novos espaços à realização das aspirações tanto materiais como espirituais de toda a cidadania? Na fase atual de nossa história o elemento de utopia de que necessitamos somente poderá vir da política cultural.” (FURTADO, 2012, p. 106).



Referências

ALVAREZ, Vera Cíntia. **Diversidade Cultural e Livre Comércio: Antagonismo ou Oportunidade?** Brasília: UNESCO, IRBr, 2008.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Atualidade da política cultural de Celso Furtado: A propósito do Depoimento à Assembleia Constituinte.** In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). *Cultura e desenvolvimento: Reflexões à luz de Furtado.* Salvador: EDUFBA, 2015.

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural e desentendimento.** Fortaleza: IBDCult, 2016.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **Revista São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v.15, n.2, abril/junho de 2001.

_____. Criatividade em pauta: alguns elementos para reflexão. In: MIGUEZ, Paulo, BARROS, José Márcio e KAUARK, Giuliana (orgs.). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural.** Salvador: EDUFBA, 2014.

CUELLAR, Javier Pérez (org). **Nossa diversidade criadora.** Campinas - SP: Papyrus, Brasília: UNESCO, 1997.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EVANGELISTA, Ely. **A UNESCO e o mundo da cultura.** Brasília: UNESCO e Goiânia: Editora UFG, 2003.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e Ministério da Cultura.** Organização: Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** São Paulo: Paz e Terra, 1984

HOWKINS, John. **Creative Economy: How People Make Money from Ideas.** London: Penguin Press, 2001.

JAMESON, Frederic. **A Cultura do dinheiro**: Ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOIOLA, Elisabeth e MIGUEZ, Paulo. Criatividade, Inovação, Cultura e Desenvolvimento: Uma contribuição ao debate. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). **Cultura e desenvolvimento**: Reflexões à luz de Furtado. Salvador: EDUFBA, 2015.

RUBIM, Albino. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SHAHEED, Farida. **The right to freedom of artistic expression and creativity**. Report of the Special Rapporteur in the field of cultural rights. New York : ONU, 2013

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, out. 2005.

----- **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. Paris, 02 nov. 2001.

----- **Investir dans la diversité culturelle et le dialogue interculturel** - Rapport mondial de l'UNESCO. Paris, 2010.

VON BARLOEWEN, Constantin, *La culture comme facteur de Realpolitik: Importance et perspectives pour le futur des Nations unies*. In: SCIORA, Romuald (org.). **L'ONU dans le nouveau désordre mondial**. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 2015.





Diversidade cultural, sustentabilidade e economia: qual a relação entre economia solidária e cultura?

Genauto França Filho¹
Luana Vilutis²

Introdução

Tecer a relação entre economia e cultura é um desafio muito abrangente e complexo, experimentado ao longo da história a partir de leituras, interpretações e apropriações diversas. Escolhemos aqui um recorte possível desse debate e discutiremos sobre as relações entre economia solidária e diversidade cultural, tendo como pano de fundo a discussão de sustentabilidade e desenvolvimento.

A partir da identificação dos problemas, desafios e contradições enfrentados na prática, refletiremos sobre a complexidade dos termos Diversidade Cultural, Economia Solidária e Sustentabilidade e utilizamos referenciais analíticos que permitam uma nova aproximação da realidade. Partimos do pressuposto que pensar a efetiva sustentabilidade no desenvolvimento requer repensar a diversidade cultural e isso não parece possível sem uma revisão da compreensão do econômico, o que por sua vez, redefina a própria ideia de sustentabilidade.

Nesta exposição concebemos a economia solidária como concepção que tem vocação para operar essa síntese entre esses termos, em uma práxis que não ocorre sem uma série de desafios. A inter-relação entre essas noções expressa um desses desafios, uma vez que a maneira como concebemos a economia traz impactos na compreensão de

¹ Professor Titular da UFBA (Escola de Administração), Pesquisador do CNPq e coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES/UFBA). E-mail: genautofrancafilho@gmail.com

² Socióloga Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA), pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e professora da Faculdade Latino-Americana em Ciências Sociais (FLACSO Brasil). E-mail: luanavilutis@gmail.com

desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a construção de perspectivas sustentáveis de desenvolvimento também impacta a compreensão daquilo que concebemos como sendo o econômico. Isso nos permite traçar uma visão mais ampla do desenvolvimento, para além da perspectiva do crescimento econômico, assim como também nos oferece elementos para identificar a importância da diversidade cultural quando tratamos de sustentabilidade.

No âmbito da cultura, o conceito de gestão cultural é cada vez mais assimilado à noção segundo a qual organizações culturais devem ser capazes de se autofinanciar sob condições de mercado. Para tanto, a cultura deve, antes de tudo, ser tratada como um produto ou mercadoria, cujo valor intrínseco estaria relacionado à sua possibilidade de gerar entretenimento àqueles que a apreciam, agora tratados como clientes de um serviço. Uma certa ideia de empreendedorismo cultural toma forma e corresponde aos processos de empresarialização das artes.

O avanço de tais tendências acontece, não sem razão, num contexto de crise do financiamento público das atividades culturais e de recuo democrático. Numa agenda política neoliberal, afirma-se cada vez mais a lógica de empresarialização das atividades culturais, transfere-se a responsabilidade do financiamento aos próprios grupos, coletivos, empreendimentos e organizações. Contudo essa lógica esbarra numa evidência de fato: grande parte das atividades culturais encontram enorme dificuldade de autofinanciamento ou de se viabilizarem sob condições de mercado. A operação consistindo em mercadorizar a cultura funciona para poucos e não atende à necessidade de muitos nesta área. A consequência é de profunda desigualdade no universo daqueles que se dedicam às atividades culturais. Reconhecer o processo de mercadorização da cultura como única lógica possível de tratamento da questão cultural é reconhecer seus limites, ou seja, procurar entender as razões segundo as quais tal lógica não funciona para tantos grupos culturais constitui uma tarefa necessária numa agenda renovada de abordagem da gestão no âmbito das atividades culturais.

A lógica econômica das culturas populares tradicionais e identitárias em grande

medida difere-se dos grandes domínios mercadológicos e do prestígio industrial; muitas vezes essa economia é invisibilizada por não ser rentável ou exportável. Mas é importante destacar que o fato de uma produção cultural não ser rentável não elimina seu valor econômico, apenas confere-lhe outro sentido. A dimensão econômica de práticas culturais comunitárias, populares e solidárias muitas vezes está voltada à sustentação dos laços de sociabilidade e formação cidadã, dizem respeito ao funcionamento e à sobrevivência de práticas culturais locais, territoriais e comunitárias. São iniciativas que estimulam o contato entre distintos setores da sociedade, geram multiplicadores, promovem a inclusão social e a equidade de gênero, raça, etnia e geração. Essas ações culturais apresentam uma forte expressão de sustentabilidade em várias dimensões, embora não sejam viáveis econômico e financeiramente. Como olhar para essas experiências, compreender suas potencialidades e promovê-las para que sigam existindo e reproduzindo a diversidade cultural nos territórios? Em sentido mais amplo, nosso propósito neste texto é de indicar como o tratamento de um problema específico concernindo a gestão de atividades culturais não se compreende fora de um quadro mais amplo de reflexão sobre a relação entre cultura, sustentabilidade, economia e solidariedade. Mostraremos que é a partir de uma outra ideia sobre o que é o econômico (permitindo acolher mecanismos de solidariedade democrática) que se torna possível repensar uma noção de sustentabilidade compatível com formas de gestão adequadas à preservação do valor intrínseco da cultura.

Em termos de estrutura, nosso argumento se organiza em três partes. Na primeira, resgataremos o debate sobre o tema da diversidade cultural para salientar como ela se constitui num alicerce fundamental para a manutenção ou sustentabilidade da vida em sociedade na contemporaneidade e como essa diversidade requer mecanismos de mediação social baseados na solidariedade. Essa abordagem nos conduzirá, na segunda parte, a refletir sobre uma redefinição do modo como compreendemos o que é o econômico. Neste momento resgataremos então a contribuição da antropologia para propor de modo reatualizado uma outra ideia de economia. É precisamente esta concepção ampliada do econômico que serve

de base à uma análise renovada da sustentabilidade que será o objeto da terceira parte. A partir de uma reconstrução histórica da relação entre sustentabilidade e desenvolvimento, refletiremos acerca das múltiplas dimensões da sustentabilidade. Esperamos que esta outra abordagem da sustentabilidade aponte caminhos fecundos para o enfrentamento dos desafios afetando a dinâmica das práticas de gestão de atividades culturais. Na conclusão, indicaremos como práticas de economia solidária têm vocação para operar essa síntese entre os três termos fundamentais que foram tratados.

Diversidade cultural como base para uma outra economia

Na natureza conhecemos a importância da biodiversidade para a garantia da reprodução da vida, ou seja, para a sustentabilidade. Já no âmbito da vida humana e, sobretudo, em relação à dinâmica das sociedades contemporâneas, a sociodiversidade se constitui cada vez mais num requisito básico para também se alcançar a sustentabilidade da vida social. Seu reconhecimento indica o meio ou caminho necessário para uma convivência de diferenças sociais (alteridade) que se manifesta nos mais diversos âmbitos: socioeconômicos, sociopolíticos ou socioculturais, entre outros.

Contudo, na prática, o princípio da diversidade tem sido substituído pela imposição sutil e quase imperceptível de padrões e normas de comportamento (institucionais e/o pessoais) que homogeneizam a conduta de tais sujeitos (institucionais e/o pessoais). A título de ilustração: à sociodiversidade de organizações existentes hoje em nossa sociedade não parece corresponder uma diversidade de concepções e modos de geri-las. É assim que instituições públicas ou organizações da sociedade são gradativamente impelidas a adotarem a mesma racionalidade da gestão característica das empresas privadas. Tal fenômeno acontece através de mecanismos de isomorfismo institucional e são justificados pelos atores como a única forma possível de garantir sua própria sustentabilidade, contrariando, portanto, o valor intrínseco da diversidade. Essa contradição também é experimentada no

âmbito da sociedade, quando são enfrentados limites ao reconhecimento das singularidades e diferenças culturais.

A questão do reconhecimento representa um aspecto central da problemática da relação com a diferença, na qual as sociedades humanas sempre estiveram confrontadas. De um ponto de vista histórico, duas formas têm prevalecido no que diz respeito ao modo como as sociedades tratam a diferença, segundo Todorov (1993). De um lado, temos a hierarquização, levando à uma relação de subordinação através da inferiorização de certos grupos sociais. Do outro, temos a assimilação, levando à dissolução do problema numa espécie de negação da questão. Em ambas perspectivas, as assimetrias se impõem. Entretanto, as sociedades contemporâneas se sentem desafiadas pelo desejo de conservar a diferença sem perder a coesão social. Isto significa pretender gerir a diferença sem a neutralizar ou a dissolver (BARBOSA; VELOSO, 2009).

É neste sentido que a problemática do reconhecimento se torna uma questão central no debate sobre o multiculturalismo. Enquanto conceito, este surgiu em meados dos anos 1970 em países como Canadá e na Austrália para forçar os governos destes países à implementarem políticas mais adequadas às minorias culturais e ao pluralismo étnico caracterizando estas sociedades (BARBOSA; VELOSO, 2009). O propósito fora de preservar as identidades culturais específicas das minorias para que estas pudessem experimentar tanto o sentimento de orgulho da sua própria cultura quanto a sensação de pertencer a um todo societal maior. Enquanto doutrina política, o multiculturalismo sustentava as políticas de reconhecimento de direitos das identidades culturais das minorias numa defesa do valor da diversidade cultural (BARBOSA; VELOSO, 2009).

Numerosos estudos sobre o assunto desde os anos 2000 irão contribuir para moldar um novo campo de reflexão e de ação doravante denominado pensamento multicultural (BARBOSA; VELOSO, 2009). Dois modos principais de abordar o multiculturalismo desenham então os contornos deste pensamento. Em primeiro lugar, situa-se a posição defendida por autores como Charles Taylor (1994) e Will Kymlicka (1997, 2001) que afirmam o valor

intrínseco da diferença como o aspecto mais importante de uma sociedade multicultural. Para estes autores, tratar a diferença pressupõe seu reconhecimento sem para tanto haver exigência de sua superação na direção da construção de algo comum. Em resumo, segundo estes autores “reconhecer” significa aceitar e reconhecer a existência do outro sem compromisso maior com o estabelecimento de sínteses entre os diferentes. Numa outra abordagem, autores tais como Fraser (1998) et Honneth (1998, 2001) consideram apenas o reconhecimento da diferença como sendo insuficiente para que uma sociedade saiba como tratar o diferente (BARBOSA; VELOSO, 2009).

Em Fraser (1998), a dificuldade da relação com o outro remete à um dilema profundo: como oferecer “reconhecimento” sem “redistribuição” de recursos e sem justiça social? Para Honneth (1998, 2001), por sua vez, trata-se de reunir em torno da noção de reconhecimento tanto os aspectos culturais valorizados por Taylor (1994) e Kymlicka (1997, 2001), quanto um imperativo moral e ético permitindo um nível mais elevado de consenso e de unidade (Barbosa e Veloso, 2009). A questão colocada por Honneth pode ser enunciada da seguinte maneira: como oferecer “reconhecimento” sem estima social? Para este autor, “reconhecer” o outro se verifica apenas quando se estabelece vínculos de mediação baseado na solidariedade, o que ele chama de “estima social” (Honneth, 1998). Ou seja, uma ideia de vínculos morais entre os diferentes, baseado numa apreciação destes, nos permitindo estabelecer (com estes) vínculos de solidariedade. Ao contrário de uma simples “aceitação” do outro, Honneth propõe sua “apreciação” e o estabelecimento de um liame ou vínculo comum sob a forma de uma sociabilidade que inclui os dois (BARBOSA; VELOSO, 2009).

Essa discussão é de grande relevância pois hoje mais do que nunca as sociedades estão confrontadas à problemática da relação com a diferença. O avanço dos fluxos migratórios no mundo e os conflitos de todos os tipos que o acompanha sinaliza a grandeza do problema. O aumento das desigualdades reforça o difícil exercício do reconhecimento, conforme a interrogação posta por Fraser antes aqui. Vimos através dos argumentos de Honneth que a prática genuína da diversidade cultural pressupõe uma mudança em nossa

forma de socialização, que por sua vez recoloca a centralidade da solidariedade: como oferecer “reconhecimento” se as pessoas deixam de se interessar pelo outro? Como oferecer “reconhecimento” se a solidariedade está ausente e se somos movidos cada vez mais por modos de sociabilidade individualista?

Ora, a relação existente entre a sociabilidade individualista e uma forma de economia orientada segundo estes mesmos valores parece evidente. Ao apelo feito por Fraser sobre a importância de uma dimensão econômica de redistribuição de recursos (com a agenda dos direitos que deve acompanhá-la) como uma condição fundamental para a efetividade do reconhecimento, nós sugerimos acrescentar-se hoje o imperativo de um outro olhar sobre o econômico. A questão do reconhecimento no contexto da afirmação da diversidade cultural guarda relação estreita com os propósitos de uma outra economia: como oferecer “reconhecimento” sem dar uma outra forma a nossa economia? Ou, como oferecer “reconhecimento” sem uma outra economia?

Da antropologia cultural à antropologia econômica

Na busca dos fundamentos de conhecimento permitindo melhor compreender esta sociabilidade solidária na base de uma outra economia, a antropologia econômica constitui uma fonte privilegiada (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020). Este campo do conhecimento nos ensina como, em diferentes culturas e ao longo da história, as sociedades desenvolveram seus meios institucionais de garantia das condições materiais de existência. Isto é, o fazer economia. Desses estudos, que se apoiam em inúmeras obras de grande autores da história das ideias antropológicas (como Malinovski, Boas ou Thurnvald), depreende-se uma ressignificação da ideia de economia, que aparece muito bem sumarizada na proposta de uma dupla definição do econômico trazida por Polanyi (2012). De um lado, uma definição formalista, concebendo a economia como um fim em si mesmo. Do outro, uma definição substantiva que concebe a economia como um meio para a realização de outros propósitos.

A definição formalista atribui um significado apenas formal ao econômico como atividade humana, identificando-o com o caráter lógico da relação meios-fins, “como em economizar ou conseguir algo a baixo preço: desse significado deriva a definição de econômico pela escassez” (POLANYI, 2012, p. 63). Aqui, a ideia do econômico se reduz ao chamado comportamento maximizador, que corresponde a “obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe” (*Ibidem*, p.64). É assim que a definição formalista se encontra na base da visão de escolha racional identificando-se com a lógica ou princípio de mercado. Essa concepção negligencia a dimensão institucional focalizando-se apenas o processo de economia dos meios num contexto de escassez. A economia é entendida como “todo comportamento visando economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada como uma questão de escolha racional” (CAILLÉ, 2003, p. 220).

Em contraste com essa definição formalista, Polanyi (2012, p. 63) nos apresenta o que ele chama de definição substantiva do econômico: “O significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver. Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada com o meio natural: isso é economia, que lhe fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais”. O autor elabora esse significado ao estudar os diferentes sistemas econômicos na história e ao constatar a inexistência de instituições econômicas independente das dimensões ou esferas que organizam a vida em sociedade. Desse modo, ele apenas constata o fenômeno do enraizamento do econômico na sociedade e indica a pluralidade das formas históricas do econômico, ao destacar três princípios do comportamento econômico, também chamados de formas de integração, a saber: a reciprocidade, a redistribuição e a troca. Cada um desses princípios apenas se torna efetivo quando encontra respaldo numa estrutura social de apoio, que definem padrões institucionais, que são: a simetria, a centralidade e o mercado.

A reciprocidade “diz respeito a movimentos entre pontos correlatos de grupos simétricos” (POLANYI, 2012, p. 303). Ela integra a análise econômica quando há estruturas

simetricamente organizadas, como um sistema de parentesco. Entretanto, esse mesmo sistema apenas surge como resultado de um comportamento de reciprocidade no nível pessoal. Para ilustrar esse aspecto Polanyi (2012, p. 306) se apoia em Aristóteles para salientar o vínculo entre afeição e reciprocidade: “Aristóteles ensinava que a todo tipo de comunidade (*koinōnia*) correspondia uma espécie de afeição (*philia*) entre os membros, a qual se expressava na reciprocidade (*antipeponthos*)”. Em todo caso, a reciprocidade não é entendida apenas em relações de um para um, mas compreende também uma multiplicidade de grupos e organizações mais permanentes, como as famílias, aldeias ou cidades-estado, além de outras organizações menos permanentes, como organizações profissionais, religiosas ou sociais.

Já a redistribuição “designa movimentos de apropriação em direção a um centro e partindo dele” (POLANYI, 2012, p. 303). Ela prevalece num sistema em que os bens são coletados por um grupo e redistribuídos para outro, em virtude do costume, da lei ou de decisão central. Essa forma de integração ocorre desde as sociedades mais antigas até os sistemas de armazenamento do Egito e o modelo de estado do bem-estar social moderno. Porém, essa forma de integração, que pressupõe a presença de um centro de alocação e redistribuição, não “surge como mera consequência dos atos frequentes de compartilhamento entre indivíduos”, pois “só quando se instalaram centros de alocação é que os atos individuais de compartilhamento puderam produzir uma economia redistributiva” (POLANYI, 2012, p. 305).

A troca mercantil para atuar como forma de integração pressupõe o apoio de um sistema de mercados formadores de preços. Polanyi (2012) identifica três tipos de troca: “O movimento meramente locativo de uma ‘mudança de lugar’ entre mãos (troca operacional) e os movimentos apropriativos de troca com uma taxa fixa (troca decisória) ou com uma taxa negociada (troca integradora). Na medida em que se trata da troca com taxa definida, a economia é integrada pelos fatores que determinam essa taxa, não pelo mecanismo de mercado. Os próprios mercados formadores de preços só são integradores quando estão

ligados em um sistema que tenda a disseminar o efeito dos preços para outros mercados que não os diretamente afetados” (POLANYI, 2012, p. 308-309). Estas nuances observadas no princípio da troca apenas indicam uma diferença histórica importante de ser salientada em relação ao mercado como princípio econômico. Trata-se da necessária distinção entre dois tipos de mercado. O primeiro tipo corresponde às formas históricas mais antigas de mercado, enquanto um fenômeno efêmero e episódico da vida em sociedade e que se encontrava socialmente enraizado, seja pela não determinação livre dos preços, seja pelo simples fato de representar um espaço de vida social, cultural e política mais amplo. Já o segundo tipo de mercado é representado por sua forma mais conhecida e predominante, assumida na modernidade através da noção de mercado autorregulado.

Há ainda um quarto tipo de princípio econômico também identificado pelo autor, mas que se situa num arranjo institucional entre a simetria e a centralidade: trata-se da domesticidade. Esse princípio define uma lógica de reciprocidade fundada na produção para auto-consumo cuja referência central é a unidade doméstica. Constitui, de certa forma, uma reciprocidade mais restrita.

As observações acima permitem constatar, na história, a predominância de diversas formas de economia marcadas por mecanismos variados de solidariedade, sinalizando o caráter de excepcionalidade da forma de mercado. Isto se compreende, nos termos da definição substantiva de economia que abordamos acima, através da constatação de um sentido do econômico que é muito diferente daquele que predomina em tempos atuais: a economia, enquanto uma atividade humana voltada para a garantia das condições materiais de existência, era vista como parte de um processo mais amplo de reprodução da vida em sociedade, por isso não poderia descolar-se dela. Essa é a razão pela qual também em diferentes tradições do pensamento sociológico, a ação econômica é entendida como apenas um tipo de ação social, conforme especialmente a abordagem weberiana. Isto aponta um horizonte de ruptura em relação às separações disciplinares clássicas, como sociologia e economia, assim como, reafirma o caráter interdisciplinar da antropologia econômica e sua

fecundidade epistemológica num momento de renovação das formas como a ciência tenta compreender os grandes problemas do mundo.

Num esforço de atualização dessa visão ampliada do econômico, podemos definir a ideia de economia como toda forma de produção e distribuição de riqueza. Considerando, então, a diversidade histórico-cultural da forma de “fazer economia”, uma compreensão fecunda pode ser encontrada através da noção de economia plural (LAVILLE, 1994; 2009). Com esta noção, os quatro princípios históricos do comportamento econômico - o mercado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade - podem resumir-se a três tipos de economia com as mutações da modernidade: mercantil, não mercantil e não monetária.

Cada um desses princípios expressa tendências de lógicas econômicas específicas, que podem estar em constante interação na dinâmica contemporânea das organizações. O princípio mercantil indica a forma de mobilização de recursos baseado em relações de mercado, já o princípio redistributivo ou não mercantil indica os modos de mobilização de recursos baseados em mecanismos de transferência direta, que constituem meios de financiamento ou subvencionamento. Finalmente, o princípio recíproco indica todas as formas de garantir ou mobilizar recursos fundado em mecanismos não monetários e baseados em variados tipos de relações de solidariedade como a mutualização de recursos, a partilha ou compartilhamento, a auto-ajuda, a doação, a produção para o autoconsumo, ou as trocas solidárias mediadas pela lógica da dívida. Este princípio na contemporaneidade não se limita às relações não monetarizadas, pois são inúmeras as formas de levantamento de recursos financeiros baseado em propósitos de reciprocidade como indicam as variadas práticas de financiamento coletivo.

O valor heurístico do conceito de economia plural

A outra ideia do econômico contida nesta discussão não constitui uma mera oposição de conceitos. Vimos antes como a definição substantiva do econômico, por ser

ampliada, engloba ou envolve a definição formalista. Do mesmo modo que o conceito de economia plural ultrapassa a noção de economia de mercado. A noção de economia plural cumpre, a rigor, um propósito analítico-normativo, ao envolver a noção de mercado, conforme pode se esclarecer através da dupla acepção do verbo conter. Em um primeiro sentido, a economia plural contém o mercado, pois este é apenas parte de uma concepção mais ampla. Ou seja, está contido nela. Em um segundo sentido, a economia plural contém a economia de mercado em termos de refrear seus efeitos de externalidade negativa ou barrar sua pretensão de subordinar a sociedade à sua lógica.

Neste sentido, a fecundidade heurística do conceito de economia plural pode se situar numa reatualização do olhar sobre as dinâmicas econômicas contemporâneas para pensar novas possibilidades de desenvolvimento e de práticas de organização e gestão, segundo pelo menos três perspectivas analíticas: a) considerar o valor da especificidade de distintas lógicas socioeconômicas; b) considerar as possibilidades de articulação (ou de hibridação) entre tais lógicas, apontando caminhos inovadores em termos de arranjos institucionais; c) ressignificar as próprias práticas de mercado, através de inovações institucionais nos próprios modos de produzir, comercializar, consumir e se relacionar financeiramente.

De todo modo, um aspecto de grande relevância neste esforço de atualização conceitual da ideia do econômico através da noção de economia plural, consiste precisamente em pensar a relação de cada uma das formas de economia com a democracia. É um imperativo de solidariedade democrática que acompanha a proposição de uma outra ideia de economia contida na noção de economia plural. Se ela nos ajuda a refletir sobre outro modo de enxergar o funcionamento da economia real, pelo menos dois níveis indissociavelmente articulados podem ser vislumbrados.

Um primeiro nível mais micro ou meso-sistêmico consiste em identificar práticas organizativas no seio da sociedade, baseado em mecanismos de solidariedade econômica, como uma projeção miniaturizada do conceito mais amplo de economia plural. Isto

porque, tais práticas podem ser vistas com ênfase nos modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas respectivas dinâmicas organizativas que são analisadas. Nessas, enfatiza-se o desafio da busca do equilíbrio necessário à sustentabilidade de tais práticas, em meio à tensão entre as lógicas mercantil, redistributiva e reciprocitária. Isso significa reconhecer que uma mesma iniciativa, como, por exemplo, um empreendimento no seu funcionamento cotidiano, pode estar mobilizando recursos, simultaneamente, via atividade de comercialização contraprestação financeira (lógica mercantil), via financiamento público governamental ou não governamental (lógica não mercantil ou redistributista) ou via relações de solidariedade na forma de ajuda mútua, contribuições voluntárias, produção para autoconsumo, mutualização de recursos, entre outros (lógica reciprocitária). Neste sentido, o desafio da gestão encontra-se em manter a lógica mercantil subordinada à lógica solidária.

Num segundo nível, mais macro-sistêmico, o conceito de economia plural pode nos ajudar a melhor compreender a relação entre estado, mercado e sociedade em termos de novas formas de regulação sócioeconômicas. Trata-se nesse caso de superar enfoques funcionais, que tentam entender a regulação a partir de setores, para valorizar uma abordagem mais sóciopolítica sobre o papel ressignificado do mercado, do estado e, sobretudo, da sociedade, na provisão de bens e serviços de modo mais acessível ao conjunto da população.

Essa outra forma de entender a economia abre uma perspectiva fértil para repensar o tema da sustentabilidade, tanto no nível das práticas em si, quanto da própria dinâmica mais ampla do desenvolvimento.

Sustentabilidade e desenvolvimento

Para abordar a relação entre economia solidária e cultura, não podemos deixar de tratar a concepção de desenvolvimento e logo vemos que essa triangulação conceitual -economia, cultura e desenvolvimento- está inserida no marco da sustentabilidade e é por

ela definida. Chegaremos nisso, mas antes precisamos desconstruir alguns usos comuns dessas noções, para identificar suas contradições e complexidades e poder refletir acerca de suas relações. Percorreremos brevemente o histórico de reconhecimento internacional da diversidade cultural como aspecto chave do desenvolvimento e abordaremos a tripla insustentabilidade do desenvolvimento. Como gerar desenvolvimento sem impactar negativamente o meio ambiente e sem reproduzir lógicas de desigualdade é a questão situada como pano de fundo desta análise (FRANÇA FILHO, 2019).

Quando essas noções são operadas pela chave da racionalidade mercantil, tanto a concepção de economia, como de cultura e desenvolvimento são comumente associados à viabilidade financeira de empresas, ao seu crescimento econômico, à rentabilidade de sua produção, ao progresso técnico, ao acúmulo de capital, ao aumento de renda, à capacidade lucrativa dos empreendedores, etc. A compreensão de que “cultura é um bom negócio”, por exemplo, tem essa concepção como medida. Contudo, se tivermos como referência os objetivos políticos fundamentais da sociedade moderna, como aumentar o bem-estar da população, promover a justiça social e a liberdade, garantir a segurança, preservar o meio ambiente, promover a equidade de gênero e raça, estimular a integração produtiva, incentivar a empatia e fomentar a capacidade de escolha das pessoas, vemos que a racionalidade mercantil é insuficiente para abarcar a complexidade do alcance da economia, da cultura e do desenvolvimento. E é aí que inserimos a reflexão sobre sustentabilidade.

A relação entre cultura e desenvolvimento vem sendo concebida e formulada desde a década de 1980 em uma trajetória que toca a própria evolução da compreensão de diversidade cultural e as concepções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Conferências internacionais e seus documentos homólogos contribuíram para aproximar os conceitos de cultura e desenvolvimento, e fazer com que a cultura fosse alçada em seu papel de promotora do desenvolvimento, o que evoluiu para a compreensão da cultura como finalidade do desenvolvimento.

A difusão gradual do conceito alargado de cultura em diferentes países e sua incorporação em documentos internacionais provocou uma inflexão nas relações entre desenvolvimento e diversidade cultural. Ao compreender a cultura para além das artes e de algo particular das práticas humanas e passar a concebê-la como modos de vida, direito humano, comportamento, valores e crenças de uma sociedade, não foi mais possível ignorar a forte relação entre desenvolvimento e cultura. Ao estar presente em todas as dimensões das práticas humanas e ser constitutiva do ser humano, a cultura tem na diversidade sua principal expressão, riqueza e fonte.

Essa perspectiva levanta a questão do reconhecimento das diferenças nos processos de desenvolvimento e da importância de combater as desigualdades socioeconômicas. Em que medida o desenvolvimento em curso reconhece e valoriza as diferenças, e também promove e cria espaços de diálogo intercultural onde a diferença possa se renovar? Como garantir condições de simetria para expressão das singularidades culturais em contextos de enfraquecimento democrático? Qual o papel do Estado na promoção de políticas públicas de cultura que reconheçam, valorizem e promovam as diferenças culturais? Veremos a seguir como essas questões foram sendo concebidas ao longo da história.

No âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a projeção de diretrizes para a concepção de políticas culturais baseadas no respeito, na valorização e na promoção da diversidade cultural teve início em 1982, na *Mondiacult*, Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada no México. É nessa década que a insustentabilidade do desenvolvimento passa a ser sentida e denunciada de maneira mais acentuada.

O campo socioambiental é responsável por evidenciar, num primeiro momento, as contradições e perversidades da lógica de desenvolvimento orientada pelo crescimento econômico. Ao identificar os limites da possibilidade de expropriação e extração da vida no planeta Terra veio à tona a necessidade de mudança comportamental e de valores

para que seja possível garantir às gerações futuras a possibilidade de satisfação de suas necessidades, da mesma forma que as gerações do presente têm essa oportunidade. Trata-se de uma mudança de postura ética para garantir, no presente, a possibilidade futura de crescimento e desenvolvimento. É o “duplo postulado ético de solidariedade sincrônica com as gerações presentes e diacrônica com as gerações futuras” mencionado por Sachs (2005, p. 156) que chama a atenção à perspectiva sustentável do desenvolvimento e cria a concepção de desenvolvimento sustentável.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas lançou, em 1986, o documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland. O documento avança na concepção de desenvolvimento sustentável ao apresentar uma visão crítica dos padrões de produção e consumo e reconhecer os riscos do uso excessivo e sem controle dos bens naturais; e aponta para a necessidade de uma transformação cultural e de responsabilização compartilhada pelo impacto gerado pelo crescimento econômico. Esse compartilhamento diz respeito tanto em termos geracionais, quanto dos diferentes atores envolvidos: estados, iniciativa privada e sociedade civil. A concepção de desenvolvimento sustentável que o Relatório afirma reside justamente nessa preocupação e cuidado.

Os efeitos da lógica insustentável do desenvolvimento econômico orientado pela exaustão dos recursos naturais passam a ser sentidos e difundidos mais amplamente no mundo e com isso são reforçados os esforços de frear os impactos gerados na degradação do meio ambiente. É nesse contexto que os movimentos ambientalistas passam a ser estigmatizados como sendo conservacionistas e contrários ao progresso material e tecnológico. O impacto ambiental pode ser identificado como a primeira insustentabilidade da trilogia que orienta a reflexão aqui proposta. Trataremos das duas outras insustentabilidades do desenvolvimento.

Na década seguinte, foi criada a Comissão Mundial de Cultura, e em 1997 é lançado o relatório *Nossa Diversidade Criadora*, avançando na concepção da relação entre

cultura e desenvolvimento. Além de sustentável, o documento concebe o desenvolvimento como sendo cultural, conferindo especial importância e centralidade à cultura. Mais do que um vetor ou meio de desenvolvimento, a cultura é compreendida no documento como sendo a finalidade do desenvolvimento. A economia e o desenvolvimento são considerados aspectos culturais, o que significa uma inovação na concepção conceitual tanto de cultura, quanto do desenvolvimento sustentável.

Esse reconhecimento da importância da cultura seguiu avançando em termos de formulação de diretrizes para as políticas culturais. Celso Furtado (1984, p. 32) trouxe importantes contribuições com sua concepção de que a “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” da sociedade, dos povos e comunidades, das diferentes formas de fazer, produzir e circular cultura. Esse enriquecimento cultural é alcançado na interação e convivência, de forma ampliada e expandida, das diferentes manifestações culturais, concepções de desenvolvimento e projetos de sociedade.

Aos movimentos ambientalistas somaram-se os movimentos culturais que também passaram a denunciar o caráter insustentável do desenvolvimento econômico. Vemos aqui a segunda dimensão da insustentabilidade do desenvolvimento, relativa ao seu aspecto sociocultural, na qual uma crescente desigualdade se engendra em um efeito crescente que impacta toda a vida em sociedade. Restrições de acesso aos direitos sociais e culturais, refluxo de liberdade, expropriação de terras, genocídios e extermínios seletivos são expressões da insustentabilidade desse modelo econômico centralizado e concentrado.

A Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, organizada em 1998 pela UNESCO, em Estocolmo, situou as políticas culturais como estratégicas para a promoção do desenvolvimento. O documento final da Conferência reconhece princípios, reafirma diretrizes e define objetivos orientadores das políticas culturais. Ao desenvolvimento sustentável, foi agregada a perspectiva da

equidade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento e a importância da participação social. O desenvolvimento endógeno também é mencionado no documento que aborda a diversidade cultural, reconhecendo a necessidade de proteção contra abusos comerciais e de promoção da oferta e demanda local de bens e serviços culturais. O documento situa o desenvolvimento sustentável, de forma relacionada ao desenvolvimento endógeno e à valorização da diversidade cultural, como aspecto importante de consolidação dos laços comunitários e dos valores culturais que organizam e dão sentido a um conjunto de práticas sociais, econômicas, políticas e culturais (VILUTIS, 2015).

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005 são importantes referências no processo de ampliação da valorização da diversidade cultural. Em 2012, o Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 contemplou a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável e reforçou a importância de seu reconhecimento internacional.

Essa perspectiva busca diminuir os impactos do que consideramos a terceira insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico e refere-se à sua dimensão política, quando a economia deixa de ser gerida por uma governança pública e passa a ser transnacionalizada. A lógica de financeirização econômica é instaurada, onde o que impera é o capital improdutivo que substitui a circulação real de bens e serviços baseados em atividades produtivas concretas pela circulação de aplicações financeiras (DOWBOR, 2017). As economias públicas endividadas se tornam reféns do poder das corporações transnacionais que ameaçam ainda mais a democracia (já enfraquecida pelas outras insustentabilidades) ao regular e concentrar mercados, priorizando grandes conglomerados e restringindo as oportunidades para as organizações menores, comunitárias e territoriais.

A tripla insustentabilidade do desenvolvimento chama a atenção para a necessidade de se pensar a sustentabilidade a partir de múltiplas dimensões: ambiental, social, cultural, política, além da dimensão econômico-financeira. Buscaremos

compreender como essas múltiplas dimensões da sustentabilidade se relacionam e retroalimentam.

Perspectiva multidimensional da sustentabilidade

Sachs (2002) identifica oito dimensões da sustentabilidade e concebe o desenvolvimento sustentável como a articulação do conjunto da dimensão social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional). A dimensão cultural, segundo o autor, corresponde a um equilíbrio entre tradição e inovação, trata-se de uma concepção de desenvolvimento que prevê mudanças no interior da continuidade. Podemos associar essa concepção à perspectiva de promoção das culturas tradicionais e identitárias e à necessidade de garantir equidade e simetria nos processos de desenvolvimento, para que os diferentes povos e culturas tenham igualdade de oportunidade para fruir de sua cultura e dos benefícios do desenvolvimento.

Retomando a concepção de Sachs, a dimensão cultural da sustentabilidade está intrinsecamente relacionada à capacidade de autonomia e autodeterminação para formulação do projeto de desenvolvimento. A noção de diversidade e autonomia aparecem aqui profundamente relacionadas à compreensão de desenvolvimento. Para Sachs (2005, p. 154), “O desenvolvimento não resulta da transposição mimética de experiências alheias e, sim, de um esforço endógeno baseado na auto-confiança (*self-reliance*)”. A autoconfiança a que o autor se refere diz respeito à autonomia no processo decisório, à possibilidade de construção de um projeto de desenvolvimento a partir das necessidades dos grupos, povos, comunidades envolvidos e não de acordo com a lógica do mercado.

Os diferentes componentes da dimensão econômica da sustentabilidade, com seus vieses mercantil, redistributivo e recíprocaro faz referência à economia plural mencionada anteriormente. A força do caráter econômico da sustentabilidade está na sua capacidade em mobilizar recursos, o que pressupõe trabalhar na articulação dessas

diferentes relações econômicas. A autossustentabilidade, portanto, não existe se não for por meio da combinação de diferentes dimensões da sustentabilidade sustentabilidade (EYNAUD; FRANÇA FILHO, 2019). Outro aspecto relevante para a sustentabilidade econômica reside na distribuição de renda no território de atuação. Os indicadores não são apenas relativos aos rendimentos alcançados, mas aos trabalhos gerados, ao número de pessoas beneficiadas, à utilização de insumos locais, aos circuitos de produção e consumo mobilizados no território, às capacidades geradas, à possibilidade de replicação da experiência, dentre outros.

A dimensão social da sustentabilidade refere-se ao caráter associativo e comunitário dessas iniciativas, o que envolve a construção do vínculo associativo e pode ser identificado pelo grau de coesão social e pelo tipo de sociabilidade construído do grupo, associação ou empreendimento. O grau de confiança e a natureza do vínculo entre as pessoas envolvidas na ação cultural e destas com o território são aspectos relevantes da dimensão social da sustentabilidade. A dimensão ambiental da sustentabilidade também é pensada de forma articulada à perspectiva social e toca a forma de utilização e manejo dos recursos ambientais, sua preservação e o bem-estar humano. O tipo, origem e impacto das técnicas e tecnologias utilizadas nas iniciativas desenvolvidas também são aspectos da dimensão ambiental da sustentabilidade.

No que diz respeito à dimensão política, como já mencionado, a sustentabilidade tem relação com a gestão das associações, de suas iniciativas e projetos, o que compreende: o grau de autonomia das pessoas e dos grupos locais envolvidos nessa gestão; o processo de democratização das relações sociais; o nível e a qualidade da participação das pessoas e o seu grau de comprometimento. Esses aspectos possuem dois níveis, um interno à instituição e outro relativo à projeção das iniciativas no espaço público, no âmbito da comunidade e do território. A articulação em rede também tem forte relação com a dimensão política da sustentabilidade e envolve o aspecto político-institucional de

estabelecimento de parcerias; a participação em fóruns e redes; a construção de agendas e a incidência em políticas públicas (VILUTIS, 2015).

A dimensão cultural da sustentabilidade tem um caráter transversal, mas sua relevância é central na análise que propomos realizar aqui e refere-se aos valores difundidos e praticados nas iniciativas e organizações, à convivência e interação entre diferentes modos de vida, à possibilidade de experimentação e ressignificação simbólica, e ao exercício da criação. França Filho e Santa Júnior a definem conforme segue:

Esta dimensão remete ao grau de afirmação identitária característico dos grupos envolvidos com a experiência de desenvolvimento local. A compreensão de tal dimensão parece passar, primeiro, por um conhecimento relativo à própria história do local e, fundamentalmente, o grau de identificação das pessoas com esta história; o que supõe: sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao seu território, práticas e valores comuns compartilhados. Neste sentido, deve se considerar como critério de relevância o grau de enraizamento das atividades empreendidas na experiência no tecido da vida cultural do lugar, o que implica não apenas reafirmação de valores e costumes próprios, mas também o uso fruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas. (FRANÇA FILHO; SANTA JÚNIOR, 2007, p. 8).

É preciso reconhecer que a concepção de sustentabilidade é muito mais ampla, diversa e complexa do que a abordagem de apenas uma dimensão, e do que esta permite alcançar. É no caráter multidimensional da sustentabilidade que reside, inclusive, a possibilidade de ampliação de seu alcance econômico. Ou seja, o desafio e a potência da sustentabilidade estão na articulação de suas dimensões econômica, social, política, cultural, ambiental e de gestão. Isso revela os limites e restrições de medir a sustentabilidade apenas pelo viés da viabilidade econômico-financeira de grupos e iniciativas culturais.

Considerações finais

Como reconhecer, valorizar e promover práticas culturais voltadas ao fortalecimento das relações de proximidade e do desenvolvimento local que não são viáveis sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas revelam-se sustentáveis dado seu nível de utilidade social? Buscamos identificar aqui algumas pistas para tratar dessa questão. A ampliação do escopo e referências de análise acerca do que é usualmente compreendido como desenvolvimento e sustentabilidade mostrou-se necessária para poder abarcar a complexidade imposta à realidade. Os riscos da racionalidade econômica quando assumida irracionalmente foram delineados e contornados. A revisão da compreensão do econômico trouxe à tona a discussão sobre a construção de formas solidárias de fazer economia, como indicam as diferentes iniciativas no âmbito da economia solidária.

Esse deslocamento permite o reconhecimento de iniciativas culturais que não operam na lógica da mercadorização, mas mobilizam diversos recursos sociais e políticos que lhe conferem relevância e contribuem com processos de desenvolvimento em uma perspectiva sustentável. A valorização da prática do trabalho em rede em torno da promoção da diversidade cultural é um aspecto que enriquece a produção cultural de certos territórios, bairros e comunidades e reforça sua sustentabilidade, concebida a partir de uma interpretação multidimensional.

A dimensão econômica de práticas culturais muitas vezes está voltada à sustentação dos laços de sociabilidade e formação cidadã, à articulação em rede e ao desenvolvimento local. Esses aspectos conferem forte expressão de sustentabilidade à essas práticas culturais. Dentre as responsabilidades das políticas públicas situamos o fomento a essas iniciativas, inclusive e fundamentavelmente quando estas não são viáveis em uma perspectiva econômico-financeira, mas dizem respeito ao funcionamento e à sobrevivência de práticas culturais locais, territoriais e comunitárias.

Para poder operar essa compreensão mais ampla, é preciso trabalhar a articulação

entre cultura, economia e sustentabilidade. A economia solidária expressa a síntese entre diversidade cultural e desenvolvimento sustentável ao engendrar em sua práxis a estima social e a singularidade cultural. A economia solidária é uma forma de reconhecimento da relevância e da centralidade da dimensão territorial dessas iniciativas e da importância do trabalho coletivo e da articulação em rede para impulsionar processos de desenvolvimento que superem as insustentabilidades evidenciadas nesta análise.



Referências

BARBOSA, Lúvia; Letícia, VELOSO. **A cultura do outro:** interculturalidade e dialogia nas empresas. In: BARBORA (Org.), *Cultura e diferença nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROS, José Márcio. (Org.) **Diversidade Cultural:** da proteção à promoção. Ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte. 2008. 164 p.

BARROS, José Márcio; ANGELIS, Mariana. *Diversidade Cultural e processos de mediação*. In: BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocasta Holanda (Orgs.). **Gestão Cultural e Diversidade:** do Pensar ao Agir. Belo Horizonte: EdUEMG, 2018.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Cultura e Desenvolvimento:** reflexões à luz de Furtado. Salvador: Brasília: EDUFBA, 2015.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom:** o terceiro paradigma. Rio de Janeiro: Vozes. 2002.

CAILLÉ, Alain. *Sur les concepts d'économie en général et d'économie solidaire en particulière*. **La Revue du Mauss semestrielle**, n.21, Paris: La Découverte, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** Porque oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, Outras Palavras, 2017. 312p.

EYNAUD, P.; FRANÇA FILHO, G.: **Solidarité et organisation:** *penser une autre gestion.* Toulouse: Érès, 2019. 237p.

FRANÇA FILHO, Genauto C.: **Economia e Desenvolvimento.** Salvador: UFBA, Escola de Administração: Superintendência de Educação à Distância, 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto C. SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **Economia solidária e desenvolvimento local:** uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia. Salvador, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto; EYNAUD, Philippe: **Solidariedade e organizações:** pensar uma outra gestão. Salvador: EDUFBA e Ateliê de Humanidades, 2020. 297p.

FRASER, Nancy; “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. **Cadernos de Campo,** São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?** *A political-philosophical Exchange.* Nova York: Verso, 2003.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HONNETH, Axel; JOEL, A., **The struggle for recognition:** *the moral grammar of social conflicts.* Cambridge: MIT Press. 1998.

HONNETH, Axel: **La lutte pour la reconnaissance,** Paris, Éd. du Cerf, 2002. 232p.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights**. Oxford: Oxford University Press. 1997.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer. 1994.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia plural. In: Cattani (Org.), **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009, p. 145-149.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem - e ensaios correlatos**, Rio de Janeiro, Contraponto, 2012, 382p..

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. In: **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.12, n.33, p.151-165, abr./ jun. 2005.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition**, Princeton University Press. 1992.

TODOROV, T.: **Nós e os outros**. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

UNESCO, **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. [Brasília]: [s.n.], [ca. 2006]. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006.

VILUTIS, Luana. **Economia Viva: Cultura e Economia Solidária no trabalho em rede dos Pontos de Cultura**. Tese (doutorado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2015.





A Contribuição da Cultura para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Giselle Dupin¹

Introdução

Em 2015, os países membros da Organização das Nações Unidas - ONU, inclusive o Brasil, se comprometeram a implementar, até 2030, um Plano de Ação que visa alcançar um equilíbrio entre a prosperidade humana e a proteção do nosso planeta, bem como o fortalecimento da paz universal, tendo como base o desenvolvimento sustentável. Conhecido como Agenda 2030, esse plano substituiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pactuados na Cúpula da ONU em 2000. O desafio mundial foi significativamente ampliado, pois os 8 objetivos e 21 metas da Agenda ODM deram lugar a 17 objetivos e 169 metas – os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conforme o acordo firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra, o conceito de desenvolvimento sustentável significa “obter o crescimento econômico necessário, garantindo a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para o presente e para as gerações futuras”, e possui três pilares: desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A abordagem do desenvolvimento passou por uma evolução desde os anos 1980, com a visão inicial meramente econômica sendo substituída por um conceito mais amplo, mais centrado no ser humano do que nos bens materiais. Com isto, os indicadores considerados

¹ Especialista em Gestão Cultural (Paris Dauphine) e Relações Internacionais (PUC Minas). Graduada em Comunicação/Jornalismo (UFMG), é servidora do Ministério da Cultura desde 2006. Atuou como membro do banco de especialistas da UNESCO sobre a Convenção para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, e pesquisa sobre a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Já realizou grande número de palestras sobre esses dois temas, no Brasil e no exterior. É membro do Observatório da Diversidade Cultural desde sua criação, em 2005. E-mail: giselledupin@gmail.com

pertinentes para avaliar os níveis de desenvolvimento passaram a incluir estatísticas sobre o nível nutricional da população, saneamento básico, alfabetização, acesso à educação e qualidade do meio ambiente. O economista indiano Amartya Sen chegou a qualificar o desenvolvimento sustentável de “expansão das capacidades humanas”, que seria o aumento das capacidades dos indivíduos de levar a vida que eles desejam, inclusive em relação ao acesso aos recursos culturais e à participação na vida cultural.

O lugar da cultura nesse cenário em constante evolução foi ressaltado em 1995 pela Comissão Mundial da Cultura e do Desenvolvimento, cujo relatório “Nossa Diversidade Criadora” ressalta a dimensão cultural essencial de um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano, e propõe trazer a cultura para o centro da reflexão sobre o desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO continuou a desenvolver essas ideias nas duas edições de seu Relatório Mundial sobre a Cultura, publicadas em 1998 e 2000.

Foi justamente para chamar atenção para a necessidade de uma visão holística do processo de desenvolvimento, reunindo a dimensão cultural do desenvolvimento e os objetivos ambientais e econômicos, num quadro de sustentabilidade, que em 2005 a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais trouxe, em seu artigo 13º, um convite para que suas Partes - países e blocos econômicos - envidem esforços

[...] para integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, nesse marco, fomentar os aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. (UNESCO, 2005).

Nos anos seguintes, a organização Cidade e Governos Locais Unidos - CGLU, bem como algumas organizações da sociedade civil tentaram fazer com que a cultura fosse reconhecida como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável. O principal argumento utilizado era a impossibilidade de se conceber projetos de desenvolvimento cujos efeitos

sejam realmente sustentáveis, sem reconhecer que “a cultura está no início e no fim de qualquer desenvolvimento”, como dizia o presidente e poeta senegalês Léopold Sédar Senghor. Baseada em pesquisas que demonstram que o fracasso de muitos projetos de desenvolvimento é provocado pelo fato de não se levar suficientemente em conta a cultura das populações beneficiárias², a UNESCO cunhou a expressão “efeito facilitador” da cultura para o desenvolvimento sustentável.

O papel da cultura como 4^o pilar do desenvolvimento sustentável já havia sido demonstrado em 2001 pelo australiano Jon Hawkes, no livro *The Fourth Pillar of Sustainability: culture's essential role in public planning*³ (em tradução livre: O Quarto Pilar do Desenvolvimento: o papel essencial da cultura no planejamento público). Em resumo, ele explica que os valores culturais guiam os seres humanos em suas ações, já que a cultura é o sistema de valores, sentidos e convenções que nos definem como indivíduos e dentro de uma comunidade. Por este motivo, toda política pública seria marcada pela análise dos impactos econômicos, sociais, ambientais e **culturais** dos indivíduos que participam das decisões. Assim, o autor afirma a necessidade de reconhecer a influência determinante de nossos valores culturais na elaboração de políticas públicas, cuja essência é fornecer respostas aos problemas coletivos. Ao invés de uma política cultural distinta, ele defende, portanto, uma metodologia que integre a cultura como um eixo transversal de todas as políticas públicas.

Essas reflexões não foram suficientes para fazer com que a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em 2012 (Rio+20), incluísse em sua agenda oficial um evento que relacionasse cultura e desenvolvimento sustentável, e a referência mais significativa à cultura no documento final “O Futuro que Queremos” está no apoio à importância da diversidade cultural, no artigo 41: “Reconhecemos a diversidade cultural e natural do mundo, e reconhecemos que todas as culturas e civilizações podem

2 Richard Amponsah, 2012. *The Real Project Failure Factors and the Effect of Culture on Project Management in Ghana, Investment Climate and Business Environment Research Fund*. Disponível em: <<https://www.africaportal.org/publications/the-real-project-failure-factors-and-the-effect-of-culture-on-project-management-in-ghana/>>

3 <<http://www.fourthpillar.biz/about/fourth-pillar/>>

contribuir para o desenvolvimento sustentável”. Com exceção dessa referência, a cultura está ausente até mesmo da sessão do documento intitulada “áreas temáticas e questões transversais”.

Em maio de 2013, a UNESCO realizou na China um Congresso internacional com o tema Cultura: chave do desenvolvimento sustentável, ao final do qual a sociedade civil conseguiu incluir o seguinte parágrafo na Declaração de Hangzhou:

Recomendamos a inclusão, na agenda das Nações unidas para o desenvolvimento pós-2015, de um objetivo especificamente centrado na cultura, baseado no patrimônio, na diversidade, na criatividade e na transmissão dos conhecimentos, e que inclua objetivos e indicadores claros, ligando a cultura a todas as dimensões do desenvolvimento sustentável⁴

Alguns meses mais tarde, a Assembleia Geral da ONU, em sua 68ª sessão realizada em 20/12/2013 adotava a Resolução A/C.2/68/L.69 que estabelece, pela primeira vez de modo explícito, a importância da contribuição da cultura para os três pilares do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental - bem como para a manutenção da paz e da segurança.

Apesar disso, nenhum dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU está voltado especificamente para a cultura, provavelmente devido à insuficiência de dados que comprovem a contribuição das atividades culturais para o desenvolvimento. Além disso, alguns estudiosos acreditam que é mais importante ressaltar o aspecto intersetorial da cultura, ou seja, tendo em vista que ela contribui para o alcance de mais de um ODS, seria melhor que não seja objeto de um objetivo específico. Neste sentido, é possível afirmar que o fato de ser a primeira vez que uma agenda internacional faz referência explícita à cultura e a sua contribuição nas áreas de educação, crescimento econômico, cidades sustentáveis e os modos de consumo e produção sustentáveis, representa um avanço substancial para o

⁴ “Incluir a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/final_hangzhou_declaration_french.pdf>. Tradução nossa.

campo da cultura. Assim, a contribuição direta da cultura é reconhecida em sete metas e uma estratégia de seis ODS:

- ✓ **ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.** A meta 2.5 é assegurar um compartilhamento justo e equitativo dos benefícios que decorrem da utilização de recursos genéticos e saberes tradicionais a eles associados, com o objetivo de eliminar a fome e de alcançar a segurança alimentar.
- ✓ **ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.** A meta 4.7 afirma a necessidade de uma educação que promova a cultura da paz e da não-violência, a cidadania mundial, a apreciação da diversidade cultural e a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ **ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.** A meta 8.3 propõe que a criatividade e a inovação sejam encorajadas por meio de políticas de desenvolvimento associadas a atividades produtivas, empregos decentes e o empreendedorismo. A meta 8.9 é elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
- ✓ **ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.** A meta 11.4 afirma a necessidade de fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural mundial.
- ✓ **ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.** A estratégia 12.b refere-se à necessidade de conceber e aplicar políticas que promovam o turismo sustentável, inclusive sobre a cultura e os produtos locais,

e à necessidade de desenvolver instrumentos de controle de impacto sobre o desenvolvimento sustentável.

- ✓ **ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.** A meta 16.4 refere-se à necessidade de fortalecer a recuperação e restituição dos bens roubados, enquanto a meta 16.10 é garantir o acesso público à informação (o que implica no reconhecimento da importância das bibliotecas) e proteger as liberdades fundamentais.

Por meio dessas citações à cultura, está sendo reconhecido, portanto, que ela pode contribuir para promover:

- ✓ o desenvolvimento humano e socioeconômico, como fonte de identidade, criatividade e inovação;
- ✓ uma educação de qualidade, garantindo que os sistemas educacionais sejam adaptados às necessidades locais aproveitando o patrimônio cultural das comunidades, construindo habilidades relevantes necessárias para o emprego, empregos decentes e empreendedorismo;
- ✓ cidades sustentáveis, fortalecendo o vínculo entre comunidades e seu ambiente construído, e sustentando vidas culturais vibrantes e ambientes urbanos de qualidade;
- ✓ sustentabilidade ambiental, como um elemento inerente ao ambiente natural, e contribuindo para a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento ecologicamente sólido;
- ✓ sociedades pacíficas e inclusivas, por meio do fortalecimento das liberdades fundamentais e de sistemas participativos de governança para a cultura, do respeito pela diversidade cultural, e da promoção da igualdade de gênero.

Acreditamos, entretanto, ser possível avançar no sentido de demonstrar que a cultura também contribui, mesmo que de maneira indireta, para diversas outras metas dos ODS, tendo em vista que:

- ✓ a arte e a convivência com a diversidade cultural têm potencial na formação de novos valores na sociedade, e na ampliação de repertório e visões de mundo;
- ✓ a cultura possui a capacidade de converter as pessoas em agentes transformadores de sua realidade, contribuindo para tornar o mundo mais justo, harmonioso e sustentável;
- ✓ a produção cultural, em suas diversas linguagens, contribui para informar a sociedade e ampliar a conscientização sobre: a igualdade de gênero; a importância da preservação da vida sobre a Terra e do uso sustentável dos recursos naturais, com novos hábitos de consumo (inclusive de água e de energia), produção responsável e redução da geração de gases de efeito estufa;
- ✓ a produção cultural também contribui para informar a sociedade e ampliar a conscientização sobre a cultura de paz e a noção de bens públicos;
- ✓ a cultura é uma área transversal historicamente favorável à realização e promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil.

A Agenda 2030 no Brasil

A Agenda 2030 representa uma ferramenta orientadora para o planejamento de ações e a implantação de políticas públicas perenes por cada um dos 193 Estados Membros da ONU que assumiram o compromisso de implementá-la a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável. A cada um desses países cabe construir seu próprio instrumento de governança para o alcance dos ODS.

O protagonismo internacional do Brasil na fase de negociação dos ODS proporcionou ao país assento no Grupo de Alto Nível da ONU, que acompanha a implementação mundial

da Agenda 2030. No plano interno, a questão da governança teve início com o Decreto 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Tratava-se de uma instância consultiva e paritária que reunia representantes dos governos federal, estadual e municipal, bem como diversos segmentos da sociedade civil, e tinha como objetivos internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no país, propor estratégias, instrumentos e políticas públicas, e monitorar sua implantação. Tendo tomado posse no dia 29 de junho de 2017, a Comissão elaborou um Plano de Ação para o período 2017-2019, tendo como eixos estratégicos gestão e governança, disseminação, monitoramento e territorialização dos ODS, sendo este último o processo que fortalece ações no âmbito local. Em março de 2018, foi empossado o Comitê de instalação da Câmara Temática sobre Parcerias e meios de implementação. Outras Câmaras Temáticas deveriam ser criadas para o estudo e a elaboração de propostas de políticas públicas, ações e instrumentos para a implementação dos ODS. O Plano de Ação para a implantação da Agenda 2030 previa que o Governo Federal orientasse ações articuladas e integradas para internalizar e interiorizar a Agenda 2030, inclusive com a adequação das 169 metas globais à realidade brasileira, com a definição de indicadores nacionais para avaliação do cumprimento de cada uma das metas dos ODS. Entretanto, a Comissão foi extinta pelo Decreto nº 9.759, publicado no dia 11 de abril de 2019, juntamente com toda a Política Nacional de Participação Social e diversos outros órgãos colegiados que contavam com a participação da sociedade civil.

Em 2017, o Ministério do Planejamento desenvolveu uma ferramenta com o objetivo de aperfeiçoar o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e permitir a construção de agendas ODS a partir do alinhamento entre os atributos do PPA e as metas ODS. Isso seria realizado a partir de discussões conjuntas entre os Ministérios, a Seplan e a Secretaria de Governo, e seriam objeto de acompanhamento pela Comissão Nacional para os ODS.

Estava prevista também a criação de uma plataforma digital, que deveria ajudar na internalização e interiorização da Agenda 2030, tanto no que diz respeito à comunicação, divulgação e disseminação do tema do desenvolvimento sustentável, quanto para o mapeamento e monitoramento das políticas públicas associadas ao alcance das metas e objetivos estabelecidos.

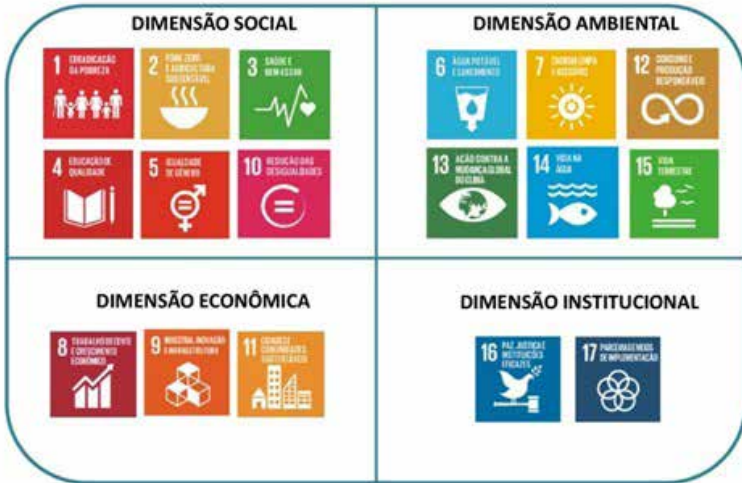
Entretanto, a partir de 2019 o novo governo alterou não apenas a estrutura ministerial, como também a percepção sobre a forma de condução do trabalho em relação aos ODS. Sinal disso foi a exclusão, por meio de veto presidencial, da referência ao alcance das metas dos DDS do texto do Plano Plurianual 2020-2023 aprovado pelo Congresso em dezembro de 2019.

Mesmo assim, para exemplificar como as políticas culturais contribuem para os ODS. Apresentaremos a seguir os resultados de exercício realizado em 2017 no âmbito do então Ministério da Cultura, por solicitação do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de vinculação das Metas ODS aos seus Programas e Ações (ODS x PPA). O resultado foi a identificação de uma contribuição - direta e indireta - de seu PPA para 44 Metas de 14 ODS, em suas quatro dimensões.

Antes de detalhar os resultados dessa articulação, lembramos aqui quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030 da ONU, e como eles se distribuem nas quatro dimensões desta.

A Agenda 2030 propõe medidas ousadas e transformadoras, com objetivos de difícil alcance. Na esfera nacional, o Plano Plurianual também traz objetivos, metas e atividades, que configuram intenções governamentais, mas que nem sempre se traduzem em políticas implementadas. Portanto, é a título de exemplo de políticas culturais possíveis que, se adotadas, vão contribuir para o alcance dos Objetivos de desenvolvimento sustentável, que apresentamos a seguir os Objetivos e Metas do PPA 2016-2019 - Cultura, dimensão essencial do desenvolvimento do então Ministério da Cultura (atual Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo), relacionados a cada uma das quatro dimensões dos ODS.

Dimensões dos ODS



Ao correlacionar os objetivos e metas do Plano Plurianual às Metas ODS, não foi possível identificar uma relação direta com nenhuma meta de três ODS da dimensão ambiental: 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; e 13. Ação contra a mudança global do clima. Apesar disso, acreditamos que a cultura pode contribuir indiretamente para o alcance dessas metas, como comentaremos a seguir.

Observamos que alguns dos objetivos e metas do PPA correspondem a mais de uma meta ODS. Nas tabelas que apresentaremos a seguir, aproveitamos para incluir também as Metas do Plano Nacional de Cultura - PNC correspondentes, por considerarmos pertinente.

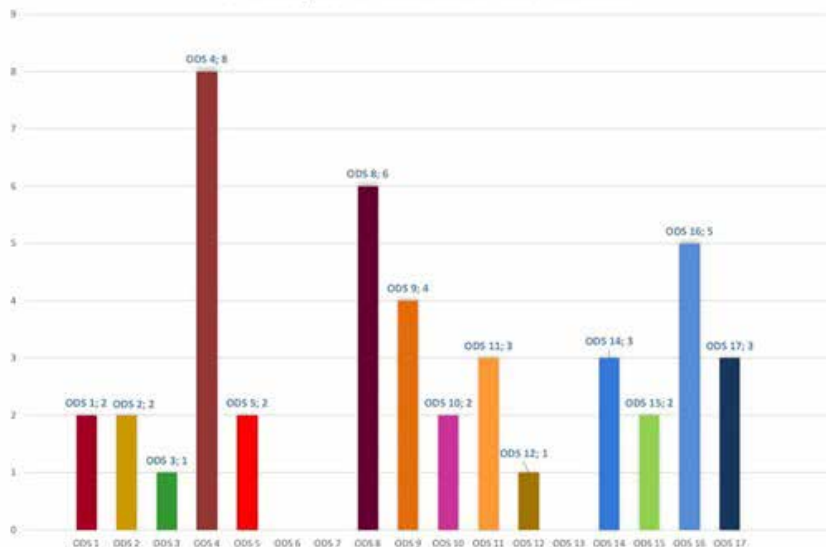
Dimensão Social

ODS 1. Erradicação da Pobreza

A capacidade de transformação social promovida pelas atividades culturais tem sido evidenciada, nas últimas décadas, por diversos estudos, e reconhecida até mesmo pela área econômica. Como afirmou o então Presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, “a

Alinhamento ODS e PPA MinC

CONTRIBUIÇÃO PPA MINC PARA 14 ODS E 44 METAS



Cultura está no centro das questões relativas à redução da pobreza, bem como da melhoria da qualidade de vida”.⁵

Outros ressaltam a importância do acesso à cultura e à criatividade como uma forma de erradicação da pobreza de conhecimento, fazendo uma ligação direta entre ampliação do conhecimento e oportunidades de trabalho, com a consequente contribuição para a erradicação da miséria.

Acompanhando esses raciocínios, acreditamos que grande parte das políticas culturais cujos objetivos figuram no PPA do MinC, pode contribuir para o alcance da Meta 1.4 e da estratégia 1.a deste ODS 1, conforme a Tabela I (p.99).

5 <http://www.culturaemercado.com.br/site/pontos-de-vista/cultura-e-desenvolvimento-social/>

TABELA I - ODS 1

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
<p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças</p>	<p>Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro</p>	<p>04JP - Ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos.</p>	<p>Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada</p>
	<p>Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística</p>	<p>02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2.000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil.</p>	<p>Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada</p>
	<p>Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais</p>	<p>04LD - Apoiar a produção de 240 obras audiovisuais voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares.</p>	<p>Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada</p>
	<p>Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados.</p>	<p>04LX - Instituir o sistema de participação social do MinC</p>	<p>Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada</p>
	<p>Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país</p>	<p>04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor</p>	<p>Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local</p>
	<p>Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais</p>	<p>04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.</p>	<p>Meta 33 - 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento</p>
<p>1.a garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões</p>	<p>Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística</p>	<p>02MT - Fomentar a criação, produção e circulação de 2.000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil.</p>	<p>Meta 24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais</p>
	<p>Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país</p>	<p>04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura</p>	<p>Meta 50 - 10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura</p>
			<p>Meta 51 - Aumento de 37%, acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura</p>
<p>Meta 52 - Aumento de 18,5%, acima do PIB, da renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura</p>			

ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

É conhecida a importância da agricultura familiar para uma agricultura mais sustentável e para a promoção de segurança alimentar, entretanto, nem sempre está clara sua relação com a cultura, o que se dá por meio da preservação de práticas ancestrais de manejo e preservação de alimentos e sementes tradicionais por parte das populações indígenas, comunidades e agricultores tradicionais, cuja existência é baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, bem como no constante compartilhamento de seus saberes e experiências. Ao longo de várias gerações, esses povos e comunidades têm desempenhado, portanto, um papel fundamental na proteção e manutenção da diversidade biológica, e esses conhecimentos associados à biodiversidade foram reconhecidos pela Convenção da Biodiversidade (em vigor desde 1993) como Conhecimento Tradicional Associado (CTA).

No Brasil, a política de biodiversidade inclui a atuação do Conselho Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente), no qual o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem assento, o que demonstra já ser reconhecido que também é papel das políticas culturais proteger e promover os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, bem como garantir a repartição, com os detentores dos conhecimentos tradicionais associados, dos benefícios auferidos com sua exploração financeira.

Em nosso estudo, identificamos que as políticas de preservação e promoção da diversidade, da memória e do patrimônio cultural podem contribuir para o alcance das Metas 2.1 e 2.5, deste ODS, conforme detalhado na [Tabela II](#) (p.101).

ODS 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

A Organização Mundial da Saúde adotou, em 2011, a Declaração do Rio sobre os Determinantes Sociais da Saúde, que define esses determinantes como sendo “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”.

TABELA II - ODS 2

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
2.1. Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro		Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04JP - Ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos.	Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada

Um dos motivos pelo quais a cultura é considerada como um dos determinantes da saúde da população é o fato de que, juntamente com fatores étnico-raciais as questões culturais podem estar relacionadas à produção de desigualdades em saúde, quando alguns segmentos da população são expostos a uma condição de maior vulnerabilidade.

Apesar disso, as metas do ODS 3 - que abordam questões muito específicas da área da saúde, como redução de mortalidade, extinção de epidemias, acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, prevenção e tratamento do abuso de substâncias prejudiciais - não refletem todas as questões suscitadas pelos determinantes, embora estas possam ser incluídas nos indicadores das metas.

Por outro lado, é importante ressaltar o papel das práticas culturais e da criatividade na formação de um indivíduo crítico e socializado, com capacidade para convertê-lo em agente transformador de sua realidade. Assim, além da possibilidade da cultura contribuir para o bem-estar da população em geral, identificamos que as políticas culturais podem contribuir, mesmo que de forma indireta, para o alcance da Meta 3.5, conforme a Tabela III (p.102).

TABELA III - ODS 3

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
3.5 reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural		Meta 12 - 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural
	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento.	Meta 28 - Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música
	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento.	Meta 29 - 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência
	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento.	Meta 47 - 100% dos Planos Setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude.
	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2.000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil.	Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura.

ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, “a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última” e “uma não pode ser pensada sem a outra”⁶. O motivo disto é o importante papel da cultura no processo de aprendizagem, pois é ela que nutre todo processo educacional, na missão de formar um indivíduo crítico, participativo, conhecedor de sua origem cultural - num mundo marcado pela diversidade e pluralidade - e preocupado com seu ambiente e com a sociedade.

A cultura também contribui com a educação ao estabelecer uma relação entre a escola e a comunidade, na construção da identidade e da cidadania dos alunos e de suas famílias. Além disso, o ensino artístico é essencial para que o aluno construa um repertório expressivo criativo e autônomo que vai motivá-lo a propor transformações em sua própria trajetória de vida e também no seu entorno. É o que afirma Cláudio Anjos, diretor-executivo

6 BOURDIEU, 2012.

da Fundação lochpe, mantenedora do Instituto Arte na Escola.⁷ Ele lembra que alguns países desenvolvidos estão colocando a arte no centro de suas políticas educacionais, porque perceberam os muitos benefícios de uma boa formação em artes para adolescentes e jovens: além de ampliar a capacidade de criação e abstração – o que beneficia inclusive as matérias das ciências exatas –, a arte educação cria consumidores de bens e serviços culturais, garantindo amplo direito à arte e cultura, e é determinante para gerar uma maior inclusão no crescente mercado de trabalho da economia criativa.

É importante ressaltar que a Meta 4.7 deste ODS é uma das mais importantes em relação à participação da cultura na Agenda 2030, pois, além de afirmar a necessidade de uma educação que promova a cultura da paz e da não-violência, e a cidadania global, ela cita a valorização da diversidade cultural e a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Por isto mesmo, o ODS 4 foi aquele em que a pesquisa com o PPA do MinC revelou o maior número de aderências, tendo sido encontradas contribuições para as Metas 4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.7, e as Estratégias 4.b e 4.c, conforme detalhado na Tabela IV (p.104-107).

ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

As indústrias culturais e criativas empregam mais de 30 milhões de pessoas em todo o mundo, e um percentual significativo de empregados no setor cultural é composto de mulheres. Mais do que isto, o mundo da cultura e da criatividade costuma ser um local de afirmação e empoderamento das mulheres.

Entretanto, para alcançar o ODS 5 é preciso eliminar os obstáculos que impedem as mulheres de participar mais e de obter um salário igual e as mesmas oportunidades de formação e de evolução. Uma maneira de fazer isso é incluir a cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável, com a criação de empregos nas profissões e nas indústrias culturais, encorajando as mulheres a participar, e cuidando para que as oportunidades sejam as mesmas para todos e todas.

7 Disponível em <<http://artenaescola.org.br/movimentoartenaescola/>>

TABELA IV - ODS 4

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 12 - 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural
			Meta 14 - 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação mulheres à educação à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LC - Apoiar a produção regional de 200 obras audiovisuais	Meta 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 11 - Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural
	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 12 - 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural
			Meta 14 - 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura
			Meta 15 - Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas
Meta 16 - Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas			

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04JR - Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.	Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural
	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	<p>Meta 12 - 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural</p> <p>Meta 14 - 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura</p> <p>Meta 15 - Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas</p> <p>Meta 16 - Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas</p>
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	<p>Meta 12 - 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural</p> <p>Meta 14 - 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura</p>
		04SE - Produzir e difundir 570 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
			Meta 12 - 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural
			Meta 14 - 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura
			Meta 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura
Meta 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento			

DIVERSIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 14 - 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura Meta 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura Meta 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento
		04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados
		04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento.	Meta 20 - Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04K0 - Disponibilizar para consulta pública virtual obras culturais em domínio público ou licenciadas.	Meta 40 - Disponibilização na internet dos conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo IPHAN; 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional; 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Funarte)
		Meta 44 - Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação	
4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.	-	Meta 29 - 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
4.b até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 15 - Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas
			Meta 16 - Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas
			Meta 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento
4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 13 - 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada
			Meta 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura
			Meta 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento

Também os esforços para proteger as liberdades fundamentais dos artistas e profissionais da cultura devem levar em conta dificuldades específicas encontradas pelas artistas e intérpretes femininas ou LGBTQ⁺⁸, que são muitas vezes vítimas de ataques ou de censura em várias regiões do mundo.

O potencial da cultura, da arte e da promoção da diversidade na formação de novos valores pode contribuir para ampliar a igualdade de gênero e, no caso das políticas culturais, encontramos uma contribuição direta para as Estratégias 5.b e 5.c do ODS 5, como detalhamos na [Tabela V](#) (p. 108).

8 O termo LGBT, o mais utilizado, representa: lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transsexuais. O termo foi aprovado no Brasil em 2008 em uma conferência nacional para debater os direitos humanos e políticas públicas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais. Recentemente, foi acrescentado o Q de Queer, que não representa uma orientação sexual específica ou identidade de gênero, mas um movimento teórico. Passou em seguida a utilizar o símbolo + para contemplar outras identidades e demandas que continuam surgindo em relação ao tema.

TABELA V - ODS 5

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
5.b aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LB - Ampliar a rede de núcleos de produção digital audiovisual de 17 para 35 unidades	Meta 27 - 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos em salas de cinema
5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JN - Apoiar 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.	Meta 42 - Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada
	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04QA - Fomentar 200 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura	Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura

ODS 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Da mesma maneira que a cultura contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e para a redução da pobreza (ODS 1), ela também é capaz de dar sua contribuição para a redução das desigualdades. Ao ampliar conhecimento, repertório e visões de mundo, as atividades culturais oferecem - de forma igualitária - novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo assim a inclusão social. Além disso, as expressões culturais são um ativo de grande valor na promoção do Soft Power dos países em desenvolvimento, capazes, portanto, de contribuir para redução da desigualdade entre países.

Desta forma, identificamos políticas culturais que podem contribuir para o alcance de duas das Metas do ODS 10, conforme detalhado na Tabela VI (p.109).

Dimensão Econômica

ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Diversos estudos realizados nas duas últimas décadas em diversos países já comprovaram a capacidade das atividades culturais para gerar trabalho, emprego e renda. Um deles, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que os bens e serviços culturais têm uma participação de cerca de 7% no PIB mundial, e que a média paga pelo setor é quase 44% superior à média nacional.⁹

⁹ "Economia Criativa: um novo olhar para o futuro", Gazeta online, 27/06/2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/opiniaao/artigos/2017/06/economia-criativa-um-novo-olhar-para-o-futuro-1014071634.html>>

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

TABELA VI - ODS 10

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC		
10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 23 - 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UFs) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC) Meta 28 - Aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música		
		04JZ - Beneficiar 2 milhões de trabalhadores pelo Programa de Cultura do Trabalhador - Vale Cultura	Meta 26 - 12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura)		
10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 30- 37% dos municípios brasileiros com cineclube		
			Meta 31- Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.		
			Meta 32 - 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento		
			Meta 33- 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento		
			Meta 34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados		
			Meta 43- 100% das Unidades da Federação (UF) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação		
			Meta 20 - Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro		
			Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04QA - Fomentar 200 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura	Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura
					Meta 47- 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude
			Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural
Meta 9- 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local					
Meta 17 - 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC)					
Meta 28 - Aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música					
Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LG - Baixar de 70 mil para 52 mil o índice de habitantes por sala de cinema no país	Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura			
		Meta 31: Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.			

DIVERSIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No Brasil, em termos estatísticos, a economia criativa está entre as dez maiores atividades econômicas do país, correspondendo a 2,64% do PIB, e gerando mais de um milhão de empregos diretos em cerca de 200 mil empresas em funcionamento, com o pagamento de mais de R\$10,5 bilhões em impostos. Além disto, todas as análises indicam que o setor cultural - no Brasil e no mundo - tem um vasto potencial de crescimento nos próximos anos e, portanto, uma grande contribuição a dar para o alcance do ODS 8.

Em termos de políticas culturais, identificamos uma possibilidade de contribuição do setor para seis Metas deste ODS 8, conforme detalhado na [Tabela VII](#) (p.111).

ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação

A ideia de uma indústria cultural é relativamente recente. Acredita-se que tenha como origem um estudo do governo britânico na década de 1990 para mapear as áreas de atividades que têm em comum o potencial de geração de valor por meio da criação de propriedade intelectual.

Atualmente, a criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais representa um dos setores da economia em que o Brasil é mais competitivo. Baseado na criatividade - alimento primordial da inovação, que por sua vez é geradora da competitividade entre empresas e nações - trata-se de um setor não poluente, que produz bens de alto valor agregado, e que tem grande empregabilidade para pessoas com alto nível de formação, já que depende muito do trabalho e do pensamento humano, ou seja, da criatividade do cérebro humano.

Entre 2013 e 2015, a participação do setor criativo no PIB cresceu de 2,56% para 2,64%, o que representou R\$155,6 bilhões para a economia do país.

Portanto, o setor cultural possui um grande potencial de contribuição para o alcance do ODS 9 de promover uma industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Encontramos no PPA do MinC políticas culturais que correspondem a três Metas e duas Estratégias desse Objetivo, conforme a [Tabela VIII](#) (p.112-113).

TABELA VII - ODS 8

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JN - Apoiar 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
		04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura	Meta 10 - Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros Meta 51 - Aumento de 37%, acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura
		04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 11 - Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural
			Meta 52 - Aumento de 18,5%, acima do PIB, da renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura Meta 53 - 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB)
8.2 atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04KO - Disponibilizar para consulta pública virtual obras culturais em domínio público ou licenciadas.	Meta 40 - Disponibilização, na Internet, dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciado: 100% das obras audiovisuais do CTAV e da Cinemateca Brasileira.
		04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LE - Atingir a marca de 130 filmes brasileiros de longa-metragem em salas de cinema.	Meta 11 - Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural
	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JN - Apoiar 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
			Meta 42 - Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada
	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04QA - Fomentar 200 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura	Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura
	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2.000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil.	Meta 38 - Instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais implantada
8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JM - Mapear as cadeias econômicas de ao menos 6 segmentos culturais.	Meta 7 - 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas
		04JN - Apoiar 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.	Meta 8 - 110 territórios criativos reconhecidos
			Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
			Meta 42 - Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada

TABELA VIII - ODS 9

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC	
9.1 desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados.	04K5 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 100% dos Estados aderentes ao Sistema Nacional de Cultura.	Meta 1 - Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados	
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais			Meta 40 - Disponibilização na Internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira (...) Meta 41 - 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIC
		04LH - Obter 15% de participação do conteúdo audiovisual brasileiro que constitui espaço qualificado produzido por produtora brasileira independente na programação dos canais de espaço qualificado da TV por assinatura no horário nobre anualmente.	Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão.	
		04LB - Ampliar a rede de núcleos de produção digital audiovisual de 17 para 35 unidades.	100% das Unidades da Federação com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação.	
	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.	04ID - Ampliar de 5 para 20 o número de Laboratórios de Arte e Cultura Digital, sendo pelo menos dois em cada Estado da Federação.	100% das Unidades da Federação com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação.	
	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museus, bibliotecas, centros culturais, cinemas, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento.	Meta 23 - 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UFs) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)
				Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
				Meta 32 - 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento
				Meta 33 - 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento Meta 34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais			Meta 44 - Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura
			Meta 21: 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema	
			Meta 27: 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema	

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível, e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LG - Baixar de 70 mil para 52 mil o índice de habitantes por sala de cinema no país	Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro, ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.
9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento
9.b apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às <i>commodities</i>	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	Meta 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento
9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação, e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à Internet nos países menos desenvolvidos, até 2030	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LB - Ampliar a rede de núcleos de produção digital audiovisual de 17 para 35 unidades.	100% das Unidades da Federação com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação.

ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

A Meta 4 deste ODS é a única da Agenda 2030 integralmente voltada para a cultura: trata-se de fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

O patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, possui uma função social específica, e sua preservação traz muitos benefícios às comunidades, que vão do fortalecimento da autoestima e do sentimento de identidade e de pertencimento ao território, à geração de emprego e renda, passando pela promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Administrado de forma cuidadosa, o patrimônio cultural pode atrair investimentos no turismo de uma forma sustentável, envolvendo as comunidades locais sem causar danos às áreas protegidas. O turismo é um setor econômico em rápido crescimento, dentro de um país ou região e ao redor do mundo. E o turismo cultural responde por 40% das receitas mundiais do turismo.

Além disso, áreas urbanas ricas em patrimônio cultural e com um vibrante setor criativo são mais atraentes para os negócios. Algumas cidades, inclusive do Brasil, têm sua economia fortemente baseada em elementos do patrimônio cultural imaterial¹⁰, como artesanato, música, dança, artes visuais, culinária tradicional e design, o que contribui em grande medida para a valorização de áreas urbanas históricas.

A compreensão sobre a importância do patrimônio cultural e da diversidade cultural, bem como de sua proteção e acesso democrático e seguro, pode ser promovida pelas políticas culturais. Os exemplos encontrados no PPA do MinC contribuem para duas Metas do ODS 11, e estão detalhados na Tabela IX (p.115-116).

Dimensão Ambiental

ODS 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

ODS 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Embora não tenham sido encontrados no PPA do MinC objetivos relacionados aos ODS 6, 7 e 13, a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável também se estende à sua dimensão ambiental.

¹⁰ Exemplo disso são as Cidades Criativas, reconhecidas pela UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/unesco_creative_cities_network/>

TABELA IX - ODS 11

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04JT - Identificar o patrimônio museológico de 300 instituições brasileiras	Meta 3- Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada
			Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
			Meta 5 - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas
			Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural
			Meta 34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.
			Meta 41 - 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC
		04JQ - Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país.	Meta 41 - 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC
		04JP - Ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos	Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
		04JQ - Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país.	Meta 5 - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas
		04SJ - Fomentar 600 atividades culturais de povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
04JR - Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.			Meta 3 - Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada
			Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
			Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	03W6 - Fomentar 6 mil Pontos de Cultura, em consonância com a Política Nacional Cultura Viva	Meta 23- 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)
			Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional
11.7 até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 29 - 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência
			Meta 30 - 37% dos municípios brasileiros com cineclube
			Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
			Meta 32 - 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento
	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	03W6 - Fomentar 6.000 mil Pontos de Cultura, em consonância com a Política Nacional Cultura Viva	Meta 33 - 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento
			Meta 34 - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados
11.a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana.	04M6 - Promover e ampliar o acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às políticas públicas na perspectiva da proteção e garantia de direitos, territorialidade e cultura, inclusão social e desenvolvimento sustentável	Meta 29 - 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência
			Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
			Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural
			Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local

Por um lado, é possível utilizar a produção cultural para aumentar a conscientização sobre a responsabilidade ambiental e disseminar a adoção de hábitos de consumo sustentável dos recursos naturais (água, energia, alimentos etc.), de redução de resíduos e de geração de gases de efeito estufa para ajudar a frear a mudança climática.

Não é pouca coisa. Entretanto, é possível ir além da capacidade da cultura de converter as pessoas em agentes transformadores de sua realidade. O professor espanhol Jordi Pascual, da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais e um dos defensores da cultura como quarto pilar do conceito de desenvolvimento sustentável, destaca a necessidade de se colocar os seres humanos no centro da sustentabilidade, e de se reconhecer a pluralidade dos sistemas de conhecimento:

“Qualquer análise crítica sobre os desafios que enfrentamos como seres humanos diz que temos as capacidades, mas nós muitas vezes não possuímos alguns dos recursos (ferramentas, habilidades) fundamentais para entender o mundo e transformá-lo para que se torne realmente sustentável. As capacidades são a alfabetização, a criatividade, o conhecimento crítico, o sentido de lugar, a empatia, a confiança, o risco, o respeito, o reconhecimento. Esses recursos podem ser entendidos como o componente cultural da sustentabilidade”.¹¹

Exemplo disso é a correlação da cultura com as ações relativas ao clima. Diversas profissões e atividades têm como base os conhecimentos tradicionais de algumas comunidades sobre a gestão do ecossistema, a extração de recursos naturais e de materiais locais. Uma vez que muitas dessas atividades requerem baixos níveis de tecnologia, energia e investimento, elas ajudam a criar meios de subsistência sustentáveis e contribuem para as economias verdes.

Os sistemas de conhecimento e as práticas de gestão ambiental de povos indígenas e comunidades tradicionais oferecem ideias que permitem uma melhor gestão dos desafios ecológicos, prevenindo a perda de biodiversidade, reduzindo a degradação do solo e reduzindo

11 Pascual, 2012.

os efeitos da mudança climática. A cultura – e em particular o conhecimento tradicional – também contribui para a resiliência e a recuperação em casos de desastres naturais.

Considerando esses dois aspectos da cultura – por um lado, a capacidade e o poder de comunicação da produção artística e cultural para disseminar novos valores e hábitos de consumo e produção responsáveis e sustentáveis, e por outro lado, as tecnologias das culturas tradicionais locais para a gestão ambiental e para a proteção de ecossistemas e da biodiversidade –, foi possível estabelecer uma relação entre alguns objetivos do PPA do MinC e metas dos ODS 12, 14 e 15, conforme Tabelas X, XI e XII (p.118-121).

ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

TABELA X - ODS 12

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JN - Apoiar 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
			Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional
			Meta 11 - Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural
			Meta 13 - 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada
			Meta 15- Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas
			Meta 17- 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC)
			Meta 8 - 110 territórios criativos reconhecidos
			Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
			Meta 10 - Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros
		04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura	Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 7 - 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas
			Meta 10 - Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros
			Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional
			Meta 53 - 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB)
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país.	04JM - Mapear as cadeias econômicas de ao menos 6 segmentos culturais	Meta 7 - 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas
			Meta 11 - Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural
			Meta 13 - 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada
			Meta 15 - Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas
			Meta 17 - 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC)
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 33 - 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento
	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MT - Apoiar 7.000 atividades de difusão cultural em intercâmbio, nacional e internacional	Meta 24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.
			Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional.
		02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2.000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil.	Meta 24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais
			Meta 28 - Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música.

ODS 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

TABELA XI - ODS 14

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil	Meta 24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LD - Apoiar a produção de 240 obras audiovisuais voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural Meta 10 - Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros
	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04JS - Fomentar 600 atividades culturais de povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento	Meta 28 - Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música
14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo.	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento sustentável	04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura 04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento sustentável	04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local

ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

TABELA XII - ODS 15

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
15.1 Até 2020, assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento sustentável	04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local
	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	04JS - Fomentar 600 atividades culturais de povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LD - Apoiar a produção de 240 obras audiovisuais voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura
	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04JS - Fomentar 600 atividades culturais de povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 6 - 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural
15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas, e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro		Meta 4 - Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LD - Apoiar a produção de 240 obras audiovisuais voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares	Meta 21 - 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema
	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil	Meta 24 - 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais Meta 28 - Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculo de teatro, circo, dança e música

Dimensão Institucional

ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

A cultura, a arte e a convivência com a diversidade têm potencial na formação de novos valores e na ampliação de repertório e visões de mundo, especialmente das crianças e jovens, podendo, portanto, contribuir significativamente para a redução de todas as formas de violência (Meta 16.1), da corrupção e do suborno (Meta 16.2).

A cultura tem papel de suma importância na formação de um indivíduo crítico e socializado e, ao informar a sociedade e ampliar sua conscientização sobre a noção do bem público, ela pode contribuir para o desenvolvimento de instituições mais eficazes, responsáveis e transparentes (Meta 16.6), e também para a proteção das liberdades fundamentais (Meta 16.10).

A contribuição das políticas culturais para essas Metas do ODS 16 está exemplificada na Tabela XIII (p.122-124).

TABELA XIII - ODS 16

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	Meta 30 -37% dos municípios brasileiros com cineclubes
			Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
			Meta 32- 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento
			Meta 33 - 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento
			Meta 34- 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados
			Meta 43 - 100% das Unidades da Federação (UF) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com os entes federados	04LX - Instituir o sistema de participação social do MinC	<p>Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país</p> <p>Meta 36 - Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação e 30% dos municípios, dentre os quais 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes</p>
		04K5 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 100% dos Estados aderentes ao Sistema Nacional de Cultura.	<p>Meta 37 - 100% da Unidades da Federação e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 100 mil habitantes, com secretarias de cultura exclusivas instaladas</p> <p>Meta 46 - 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados</p> <p>Meta 49 - Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)</p>
			<p>Meta 46 - 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados</p> <p>Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país</p> <p>Meta 49 - Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)</p> <p>Meta 46 - 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados</p>
		04K6 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 30% dos municípios aderentes ao Sistema Nacional de Cultura	<p>Meta 46 - 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados</p> <p>Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país</p> <p>Meta 49 - Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)</p> <p>Meta 46 - 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados</p>
16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa	Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade	04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	<p>Meta 33 - 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento</p> <p>Meta 46 - 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados</p>

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objeto do PPA	Principais Metas do PNC
16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa	Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com os entes federados	04K5 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 100% dos Estados aderentes ao Sistema Nacional de Cultura.	Meta 36 - Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação e 30% dos municípios, dentre os quais 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes
			Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país
			Meta 49 - Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)
		04K6 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 30% dos municípios aderentes ao Sistema Nacional de Cultura	Meta 36 - Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação e 30% dos municípios, dentre os quais 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes
Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país			
Meta 49 - Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)			
04LX - Instituir o sistema de participação social do MinC	Meta 49 - Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)		
	Meta 48 - Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país		
	Meta 23 - 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura.		
16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com os entes federados		Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.	02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil	

ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Como comentado anteriormente, a economia criativa contribui para a melhoria das condições sociais e econômicas, incluindo a erradicação da pobreza, principalmente porque as atividades culturais - como artesanato, artes visuais, artes cênicas, audiovisual, design, games e outros - são estratégicas na geração de bens e serviços. Além disso, como se trata de bens e serviços baseados na criatividade e, portanto, na originalidade, eles possuem também um grande potencial para exportação, com capacidade para ampliar o *Soft Power* dos países.

Por outro lado, a cultura é uma área transversal a diversas outras, tais como educação, meio ambiente, direitos humanos, economia, trabalho, turismo, esportes, relações internacionais, o que a torna historicamente favorável à realização e promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil.

Esses são os temas das Metas do ODS 17 que encontraram correspondência em Objetivos do PPA do MinC, e que apresentamos na Tabela XIV (p.125).

TABELA XIV - ODS 17

Meta do ODS	Objetivo do PPA	Principais Metas do Objetivo do PPA	Principais Metas do PNC
17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MT - Apoiar 7.000 atividades de difusão cultural em intercâmbio, nacional e internacional	Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
	Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	04LF - Apoiar, de 2016 a 2019, 600 participações de obras audiovisuais brasileiras em festivais e mostras internacionais.	Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional
17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.	Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística	02MT - Apoiar 7.000 atividades de difusão cultural em intercâmbio, nacional e internacional	Meta 31 - Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
			Meta 25 - Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional
17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privada, privadas e com a sociedade civil, eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país.	04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura	Meta 9 - 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local

Considerações finais

A responsabilidade pela implementação da Agenda 2030 é de todos os setores, pois trata-se de um plano intersetorial, entretanto, é muito importante que a sociedade e os órgãos governamentais compreendam a participação da cultura nesse processo.

Embora o papel exato e o impacto da cultura no desenvolvimento sustentável ainda necessitem ser melhor estudados para que se construa uma base de evidência sistemática e mensurável dessas contribuições, a Agenda 2030 pode ser vista, neste momento, como uma verdadeira janela de oportunidades para ampliar a percepção da sociedade sobre a importância da cultura, e para garantir que esta seja integrada às políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável em todos os níveis.

Evidentemente, para que a cultura possa realmente aportar sua contribuição para o atingimento dos ODS, torna-se necessário assegurar – inclusive com orçamento digno – a implementação de políticas culturais amplas, que incluam o investimento nas indústrias criativas, a valorização da diversidade cultural e a proteção e preservação do patrimônio cultural, de modo a gerar benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais para o país e para o mundo.

Por mais que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS pareçam inalcançáveis no mundo e no Brasil – especialmente diante da atual tendência de redução de investimentos em políticas sociais – é importante que a sociedade civil conheça bem os compromissos assumidos pelo país junto à comunidade internacional, acompanhe e participe dos processos de internalização e interiorização da Agenda 2030. Só assim será possível cobrar das instâncias governamentais esforços reais no sentido de alcançar as Metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para que eles não fiquem apenas no papel.



Referências

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Editora Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura 2010-2020**. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/>>

ONU. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. 1994. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb>>

PASCUAL, Jordi. **Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. Portal da Cultura, 28 fev. 2012. Disponível em: <http://www.campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Advogando_Cultura_Rio+20_Jordi_Pascual.pdf>

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia de Bolso, 2010.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais**, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>

----- **Relatório Mundial Re/Pensar as Políticas Culturais**, 2018. Versão em português disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002660/266025por.pdf>>

----- **A UNESCO e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/post-2015-development-agenda/unesco-and-sustainable-development-goals/>>





“Ocupar, resistir e festejar”: Arte pela democratização do espaço urbano

Eduardo Sarmiento¹

Introdução

Recentemente, no contexto das atuais crises enfrentadas pelas cidades, especialmente aquelas que se utilizam de parâmetros globalizantes em seu planejamento urbano, pude acompanhar inúmeros debates e disputas acaloradas em torno do destino do Cais José Estelita², localizado no Centro Histórico do Recife.

Alvo de intervenções, negociações e tensões entre o poder público, empresários e setores da sociedade civil, a área, destinada à construção de um megaempreendimento imobiliário denominado “Projeto Novo Recife”³, logo tornou-se um ambiente do florescimento de novas experiências de gramáticas espaciais insurgentes.

Nessa atmosfera, a presença dos movimentos sociais urbanos⁴, passou a revelar as inúmeras inquietudes urbanas, a dimensão conflitiva do espaço e, sobretudo, as visões distintas de cidade.

Sob o lema “A cidade é nossa. Ocupe-a”, o Movimento #OcupeEstelita, por exemplo, além de fazer frente à destruição do Cais José Estelita e a consequente implantação do empreendimento, questionando a destinação privatista dos vazios urbanos e as decisões sobre o uso do patrimônio público, terminou por convocar as pessoas a pensarem sobre o

1 Antropólogo, Gestor Cultural e Bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA, vinculado ao Departamento de Antropologia e Museologia – DAM/UFPE. E-mail: eduardopsarmiento@gmail.com

2 A extensão de terreno, de mais de 100 mil m², pertencente à Rede Ferroviária Federal, foi arrematada, em leilão, por um grupo de empresas (Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos), formando um Consórcio que objetivava implementar um megaprojeto imobiliário, o chamado Projeto Novo Recife.

3 O projeto previa, inicialmente, a construção de torres residenciais e comerciais, totalizando 13 prédios com cerca de 40 andares.

4 A exemplo do Direitos Urbanos e Movimento #OcupeEstelita.

direito à cidade, surgindo como uma janela a revelar agendas, aglutinando e mobilizando manifestações, ocupações, assembleias, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, campanhas, abaixo-assinados e pedidos de tombamento.

Confrontando as mudanças e alterações pautadas nos grandes projetos urbanos que trariam o chamado “progresso”, terminaram por elaborar, igualmente, além de uma potente crítica, um reflexão sobre a ideia de esfera pública, das fricções entre o público e o privado e, principalmente, sobre o urbano que parte do “espaço vivido” (LEFEBVRE, 2001), invisibilizado e/ou omitido dos discursos, práticas oficiais e operado pela especulação imobiliária que, inclusive, gera processos como a gentrificação, a verticalização e a periferação. Por consequência, gerou uma onda de adesões que ganhou corpo e força, envolvendo instituições, artistas, outros movimentos sociais e a sociedade civil.

Como resultado, acabou por fazer eclodir conflitos e disputas, violações e desvios, revelando, por meio da rebeldia, das lutas e das resistências, uma cidade invisível. Na verdade, nas terras do Cais José Estelita, passamos a acessar, de maneira política e simbólica, a oportunidade de desenvolver projetos públicos voltados para as pessoas, não lucrativos, numa área demasiadamente bem localizada, ou seja, a construção de habitação de interesse social, parques, praças, áreas públicas de esporte, lazer e cultura, entre outras coisas fundamentais para a vida nas cidades.

Considerando esse panorama, pretendo, nesse curto texto, como recorte de uma pesquisa de doutoramento⁵, e em diálogo com as reflexões estabelecidas no contexto do XIV ENECULT, especificamente no Simpósio Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo Prof. Dr. José Márcio Barros, destacar e abrir um campo de análise sobre o que, para mim, revelou-se frente às práticas insurgentes como um dos recursos mais potentes de mobilização e participação: o uso da arte, da festa e do corpo como experiência, coletiva-criativa, de luta pela democratização do espaço urbano, dirigindo

5 A ideia não é abordar e descrever todos os aspectos identificados durante a pesquisa. Para acessar os resultados na íntegra, ver: SARMENTO, Luiz Eduardo Pinheiro. Patrimônios ausentes, cidades invisíveis: lutas, conflitos e novas centralidades urbanas / Luiz Eduardo Pinheiro Sarmento. - 2017. 435 f. : il. : 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Motta de Lima. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2017.

as ações apenas à redistribuição de recursos, mas também a modos de vida que tenham como suporte a liberdade e o reconhecimento.

Tento nessa mirada demonstrar como a causa #OcupeEstelita funcionou como fonte de inovação e matriz geradoras de saberes, na medida em que fez repercutir uma visão de cidade pensada como um “corpo vivo”, construído pelas necessidades e desejos daqueles que nela vivem, ainda que suas vontades nem sempre predominem.

Uma cidade, inclusive, que revela histórias, memórias, acontecimentos e paisagens que insistem em permanecer, declarando não apenas ao que nela está visível, passível de representação gráfica, planejado pelos urbanistas, mas, principalmente, como propõe Milton Santos (1994), assumindo aquilo que está no cotidiano, no “espaço banal”, onde temos a possibilidade de apreender de ter contato com – as variadas racionalidades que atuam sobre a materialidade física da cidade, compondo sua forma. Assim, nessa relação de forma e ação, procura facilitar a aparição de micro existências dentro do processo macroeconômico de produção do espaço urbano, fazendo emergir, ainda, as inúmeras formas micropolíticas que se forjam na estruturação da forma e vida urbana. Um ambiente em que o sujeito que pratica o espaço urbano assume um lugar de protagonista na construção e representação do espaço, revelando uma “racionalidade alternativa” (RIBEIRO, 2000), que expressa “outros modos de fazer, alternativos aos modos de vida planejados pelo centro do poder e propagados em operações midiáticas que, de tão criativas e luminosas, encantam ao mesmo tempo que encandeiam” (LIMA, 2013, p. 207)⁶.

Arte, festa e política: diálogos a partir do #OcupeEstelita

Notadamente marcada pela capacidade de mobilização, especialmente nos primeiros anos⁷, a causa #OcupeEstelita fez aflorar formas diferentes de fazer política, de realizar enfrentamentos e lutas urbanas. Diante de situações concretas, os diferentes

6 LIMA, Eduardo Rocha. “A cidade caminhada... o espaço narrado”. In: Redobra, UFBA ,n. 11, p. 202-211, 2013. Disponível: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_21.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

7 Entre 2013 e 2016.

sujeitos valeram-se de recursos legais, tecnologias audiovisuais, mobilizações virtuais, concentrações, passeatas, ocupações e, também, eventos e festas, demonstrando que a cidade é, em si mesma, um “dispositivo cultural” (AGIER, 2011).

Particularmente, penso que o ato de festejar, como prática reivindicativa, normalmente não levada em conta, tornou-se, no contexto do Cais José Estelita, uma das formas mais potentes de ação sociopolítica e cultural, seja no sentido de uma criação político-pedagógico-cultural que evidenciou os domínios simbólicos e representacionais do lugar, seja como um veículo comunicacional, instrumento de multiplicação de informações e notícias, resultando em formas de visibilidade e legitimidade dos grupos envolvidos, como nos aponta uma das integrantes e, por vezes, organizadora dos eventos:

Eu acho que isso deu muita força, justamente pela questão da comunicação. Você pode explicar da melhor maneira possível, mas o fato de ter um envolvimento de artistas faz com que as pessoas deem mais atenção para aquilo e entendam de outro jeito. Eu acho que o fato, principalmente, de ter muitas formas de falar ajudou. Tinha um centro de produção do discurso, da produção dos argumentos, de pesquisa, de formulação, mas era um movimento que cada um pegava e explicava o que quisesse. Eu acho que essa abertura era muito importante porque tinha a questão técnica forte, mas ela não era para as pessoas se parte. Tem a questão de comunicação e aí a arte, a festa e o cinema entraram como formas de espalhar e de disseminar, de fazer com que as pessoas vejam o que elas podem falar de urbanismo. Que essa disputa é de todo mundo. A questão é: é um movimento de esquerda, libertário e de autonomia. Esse é um campo que a arte se interessa. É um campo que tem relação. Eu acho que a arte em sua raiz é produtora de realidades e era o que a gente estava querendo fazer, produzir a realidade. Então, tem uma ligação de junta⁸.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, do individual para o coletivo, os eventos (acontecimentos coletivos organizados), mais do que reuniões, permitiram, como ações planejadas, a “aproximação de pessoas com objetivos definidos junto a determinado público, formas de expressão de seus ideais, reivindicações e identidade” (MORAIS, 2013, p. 12)⁹. Enquanto processos de mobilização social, convocaram vontades para um objetivo

8 Integrante do MOE, em entrevista. A mesma não quis ter sua identidade revelada.

9 MORAIS, Elaine Cristina Gomes de. Espetáculo, argumentação e organização: reflexões sobre eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

comum, incentivando as pessoas a participarem por meio do sentimento de envolvimento e corresponsabilidade, permitindo uma “ressignificação”, como nos aponta um dos entrevistados no momento da pesquisa:

No ocupe festa e no ocupe permanente, você tem uma coisa de ressignificação que eu acho forte. Aquela parede é um testemunho de luta e de várias lutas, ou seja, a ideia das lutas convergirem ali é a ideia do mural onde você escreve suas lutas. Aquilo é um registro. Você tem camadas ali. Cada ocupação se pinta de novo. Essa coisa, por exemplo, da pintura do armazém tem essa força muito grande de ressignificação e de apropriação. [...] a ideia da festa é uma ideia que desde o começo fica clara que a manifestação não é uma coisa chata. Acho que tem uma coisa de corporeidade na festa, uma coisa muito forte de ir para rua¹⁰.

Nesse sentido, a arte e a cultura, acionadas por várias linguagens e formatos, foram centrais, aparecendo como uma das principais forças, como aponta Leonardo Cisneiros, em artigo publicado¹¹:

A cultura foi uma das armas centrais nesta luta. Desde o início uma das principais forças do movimento foi a maneira como conseguiu articular uma grande efervescência criativa e, com ela, colocar a defesa do Cais José Estelita e o tema do direito à cidade como tópico de discussão em todo Recife. Isso aconteceu desde a profusão de cartazes e peças visuais até as dezenas de shows nos vários encontros OcupaEstelita, feitos do lado de fora dos armazéns, e durante a própria ocupação do terreno, em 2014. [...] Estas foram as armas de uma verdadeira guerra cultural, no espaço virtual e nas ruas, contra uma cultura de cidade que certamente não é exclusiva do Recife, mas que aqui se acentua pela herança colonial: uma cultura que nasce da convergência de uma nova onda de mercantilização da cidade com a cultura nascida na casa grande, de negação da rua, do espaço compartilhado e da mistura: a cultura de uma não-cidade, em que a elite se isola da plebe por trás dos muros dos condomínios e dos shoppings ou por trás dos vidros de suas SUVs. Essa cultura sustenta uma estrutura de poder colonial, plutocrata, que desde os tempos das capitânicas concentra o destino de toda a cidade nas mãos da mesma meia dúzia de pessoas de sempre e que transforma governo atrás de governo em apenas um preposto de seus interesses.

10 Leonardo Cisneiros, integrante do Direitos Urbanos e ativista da causa #OcupaEstelita, em entrevista

11 CISNEIROS, Leonardo. #OcupaEstelita: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. In: Revista Socialismo e Liberdade, nº 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

No caso do #OcupeEstelita, além dos shows, exposições, oficinas e apresentações artísticas que já ocorriam no contexto das ocupações, houve, a partir de 2015, um conjunto de iniciativas que permitiram organizar novos eventos e atos festivos, destacando-se o “Revelita” e “Carnalita”. Avançando na perspectiva do “festejar, associada ao “ocupar” e “resistir”, estas iniciativas propuseram, em certa medida, uma nova linguagem do contestar político, estruturado a partir do desejo de mudança que se põe em movimento ao dançar, atuar, gritar e festejar.

Nesses atos, os espaços públicos foram ocupados com cultura e política, articulando músicos, atores, dançarinos, circenses, artesãos e toda a forma de expressão e produção artística independente. Tratou-se de um momento, como uma ação estético-política, de combater a cultura de restrição, privatista, individualista e comercial que permeia as grandes cidades, oferecendo, portanto, uma nova-antiga lógica de convivência e usufruto do espaço. Nele, o público, uma espécie de transeunte-ocupante, circula entre as inúmeras atividades que ocorrem concomitantemente.

O primeiro evento, nesses moldes, foi o “Reveillita” (Figura 1), realizado em 31 de dezembro de 2015, com o propósito de realizar uma festa de réveillon com luta pela cidade:

O Cais será mais uma vez ocupado.

Ocupado por milhares de corações que lutam por um Recife mais inclusivo e democrático. A maior mensagem que o Reveillita deixará para a cidade é de luta, de resistência.

Vamos encher o Cais José Estelita de pessoas, música, dança, grafite, yoga, pintura, comércio popular... vamos enchê-lo de vida!

Que os primeiros raios de sol de 2016 iluminem os nossos sonhos, e que todos os nossos sonhos caibam no nosso Cais.¹²

¹² Disponível em:

<<https://www.facebook.com/DireitosUrbanos/photos/a.475452062496389.100475.361724513869145/1036198729755050/?type=3&theater>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

FIGURA 1 - DIVULGAÇÃO DO EVENTO REVEILLITA



Fonte: Direitos Urbanos

O outro ato festivo, “Carnalita” (Figuras 2 e 3), ocorrido em 31 de janeiro de 2016, foi segundo Renato Barros, um dos integrantes do MOE¹³, um ato cultural festivo de ocupação do Cais José Estelita através da arte e da cultura”. Para outra integrante e organizadora, Camila Fernandes, “isso não é apenas uma festa como qualquer outra, é um ato-festa, então tem uma intenção política clara que é a de ocupar a área do Cais e o nosso lema, inclusive, é ocupar, resistir e festejar”. Segundo, ainda, Renato a importância do Carnalita é que desde 2009 já está no Plano Municipal de Cultura que aquela área do Cais José Estelita ela tem de ser usada como um aparelho permanente de cultura. Isso é completamente ignorado pela Prefeitura e pelos órgãos públicos: tem de ser um parque, tem de ser teatro, tem de ser espaço do povo e para o povo, não só para uma elite que é privilegiada desde que nasceu”. O evento foi estruturado em quatro polos: Erês, voltado para o público infantil; DJs; Black Power; Sasquaravana.

13 Movimento Ocupe Estelita.

FIGURA 2 - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO CARNALITA.



Fonte: Comissão organizadora do Carnalita¹⁴

FIGURA 3 - EVENTO CARNALITA REALIZADO EM 31 DE JANEIRO DE 2016.



Fonte: Eduardo Sarmento

¹⁴ Disponível em <<https://www.facebook.com/171083736583099/photos/a.171659399858866.1073741828.171083736583099/18304797820008/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

Sobre os recursos para viabilização dos eventos, segundo os organizadores, eram todos produtos de doações, como afirma Camila Fernandes, uma das organizadoras do “Carnalita”: “ a gente não conta com nenhum patrocínio de instituições, nem públicas nem de iniciativa privada”. Para tanto, valiam-se de campanhas de arrecadação, como é possível acompanhar:

A produção do Carnalita está trabalhando para mais uma belíssima ocupação do nosso Cais. Assim como o Reveillita, o evento é independente, colaborativo, autofinanciado e sem fins lucrativos. Até o momento estamos com uma despesa estimada em cerca de 4 mil reais, pretendemos cobrir parte do valor na venda das camisetas com a arte em homenagem à luta pelo cais. Outras formas de autofinanciamento estão sendo pensadas para evitar prejuízo e, portanto, podemos ajudar de várias formas. A PRINCIPAL delas é doando qualquer valor à vaquinha da produção. Participe, colabore, realize! Vamos construir juntos essa nossa festa!¹⁵



Pessoas lindas! Estamos trabalhando intensamente para que o nosso Cais José Estelita seja ocupado com muita arte, cultura e alegria neste ato político-artístico-cultural-festivo. Porém para o evento acontecer temos que alugar vários itens como gerador, banheiros químicos, toldos, etc. Para isso contamos com sua doação. Doe qualquer quantia na nossa vaquinha, todo valor é muito importante e contribui para que o Carnalita se torne realidade.¹⁶

15 Comissão organizadora do Carnalita em campanha de arrecadação realizada em janeiro de 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/171083736583099/photos/a.171659399858866.1073741828.171083736583099/172861199738686/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

16 Comissão organizadora do Carnalita em campanha de arrecadação realizada em janeiro de 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1024300204298613&set=gm.495316153962520&type=3&theater>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.



Além disso, como estratégia, eram comercializados produtos temáticos (Figura 4), como forma de obtenção de recursos:

FIGURA 4 - CAMISAS DO EVENTO "CARNALITA"



Fonte: Camila Fernandes

Em relação aos públicos aderentes aos atos festivos, destacam-se os estudantes, artistas e profissionais de diferentes áreas¹⁷, predominantemente jovens, como é possível perceber na imagem abaixo (Figura 5), facilitando a abertura de novas audiências para o movimento.

FIGURA 5 - PERFIL DO PÚBLICO PARTICIPANTE DO EVENTO CARNALITA, REALIZADO EM 31 DE JANEIRO DE



Fonte: Eduardo Sarmiento

Pelo que pude observar ao estabelecer alguns diálogos no contexto dos eventos, as vinculações às causas do #OcupeEstelita eram bastante desiguais: haviam pessoas que estavam pela primeira vez, atraídas pela programação artística, mas, igualmente, curiosas em conhecer os argumentos; figuravam também indivíduos que já acompanhavam, de forma ativa, o MOE desde as primeiras atividades, detendo um relativo conhecimentos sobre os argumentos e informações; ocorriam, por fim, presenças de outros integrantes de movimentos sociais de diferentes procedências e causas. Na realização do acontecimento, cada um desses perfis podia participar, seja por meio de ideias, produtos ou serviços.

Outra questão que posso ressaltar, é a perspectiva dos eventos na construção de uma imagem para o movimento, estigmatizado, inclusive, em inúmeras ocasiões pela imprensa local. A presença de artistas, conhecidos e renomados, permitiu, em certa medida, promover a atração de um público diverso, mas, igualmente, associação de trajetórias e causas.

Por outro lado, na medida em que, nos seus acontecimentos, eram demonstrados

¹⁷ Difícil qualificar todos, mas notei a presença de vários servidores públicos, professores, arquitetos, urbanistas.

capacidade, mobilização e organização, obtinham-se relacionamentos positivados, além das identificações com os propósitos e reivindicações. Sobre esse último aspecto, os eventos, pelo que pude acompanhar, inclusive presencialmente, assumiram um papel relevante de aproximar as pessoas, entre elas e com os próprios objetivos.

Ademais, os shows e atos festivos terminavam se tornando notícia (Figuras 6 e 7), em virtude da presença e cobertura da imprensa. Nesse sentido, vale lembrar, como explica Henriques (2007), que a mídia é:

Um recurso essencial para validar os próprios movimentos como atores importantes na cena política, mostrar força ante os outros atores mais poderosos (como o governo) e desafiar a visão corrente do establishment sobre os mais diversos problemas. [...] mostra-se importante como veículo de suporte à mobilização, para consolidar a participação dos membros e apoiadores ativos - definindo para eles próprios em que medida podem ser seriamente levados em conta como agentes capazes de realizar mudanças (HENRIQUES, 2007, p. 99-100)¹⁸.

Sobre essa dimensão, inclusive, minha avaliação é que as repercussões terminaram tendo um impacto para além do espaço-tempo dos eventos em si, ganhando, pouco a pouco, visibilidade nas pautas e agendas dos veículos (local e nacional).

FIGURA 6 - PORTAL G1 - PERNAMBUCO



Fonte: Portal de notícias G1¹⁹

18 HENRIQUES, M. S. (Org.) Comunicação e estratégias de mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

19 <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/otto-atrai-multidao-para-o-movimento-ocupe-estelita-no-recife.html>

FIGURA 7 - PORTAL UOL / REVISTA ROLLING STONE



Fonte: Revista RollingStone | Portal de notícias UOL²⁰

Por fim, compreendo que as festas, no sentido de eventos e acontecimentos coletivos, produziram uma sinergia que permitiu a criação de vínculos sociais entre os ativistas e manifestantes, produzindo, assim, resultantes afetivas que, a meu ver, fortaleceram os laços de identificação. Trataram-se de momentos insubstituíveis de comunhão afetiva real, de contato face a face, de troca de energias, de celebração, mas, sobretudo, de ações pragmáticas que permitiram amplificar o alcance social das causas defendidas pelo #OcupeEstelita.

O principal “produto cultural” do OcupeEstelita foi a própria ocupação e transformação o próprio Cais, tanto nos eventos festivos-políticos de um dia só, quanto na ocupação contínua que criou a Vila Estelita. Os armazéns, que os órgãos oficiais de preservação do patrimônio não quiseram reconhecer como de valor histórico em 2012, foram continuamente reapropriados e ressignificados a cada “ocupa”, ao longo desses cinco anos. Transformaram-se em um mural reescrito em várias camadas pelas mais diferentes lutas que convergem na luta pelo direito à cidade, desde a luta feminista até a luta anti-proibicionista e até mesmo a luta contra o agronegócio. E, desta forma, a própria luta pela preservação do Cais o transformou em um patrimônio cultural a ser preservado. Desse ponto de vista, a cultura assumiu um papel ainda mais decisivo. A forma mais radical de participação e de criar o comum é a transformação direta da cidade, é ocupar a rua e ressignificá-la. A cultura foi meio e fim deste processo²¹.

²⁰ <http://rollingstone.uol.com.br/noticia/criolo-apresenta-musica-inedita-durante-manifestacao-no-recife-ouca/>

²¹ CISNEIROS, Leonardo. #OcupeEstelita: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. In: Revista Socialismo e Liberdade, nº 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

Apesar da importância do uso das formas tecnológicas de comunicação, a exemplo das redes sociais, observo que as festas foram a expressão de presença física, da participação real, criadora de uma força política e social, capaz de influir nos processos sociais e nas lutas pela cidadania. Portanto, elas produziram resultados positivos, tornando-se importantes ações no contexto da cidadania, seja para reivindicar, pressionar, comunicar ou, “simplesmente”, celebrar.

Minha leitura é que foi exatamente essa forma de mobilização, baseada também na festa, que pessoas, de inúmeras procedências, foram às ruas. Ela também contribuiu para que os movimentos sociais urbanos produzissem novos significados e novas formas de ação sociocultural, com reconhecimento público. Vale, nesse sentido, observar, seguindo Nadir Lara Junior *et al.* (2017), que essa outra estética política desses coletivos tem:

O poder de registrar e dar visibilidade no espaço público àqueles que são considerados ‘sem parte’, pois o mundo comum reserva diferentes lugares para os diferentes interlocutores que, muitas vezes, têm visões incompatíveis entre si e alguns deles permanecem do lado de fora, sem acesso à constituição do comum partilhado. Através desta, é possível que esses existam e sejam por um momento ‘parte’, finalmente sendo reconhecidos como legítimos interlocutores capazes de compor e constituir esse comum. (LARA JUNIOR *et al.*, 2017)²²

Corpos no espaço público: uma experiência coletivo-criativa na cidade

Os corpos presentes no acampamento ensinavam que a ocupação física é uma forma de atuação política mediante a qual se publiciza o espaço, tornando-o coletivo através da presença de pessoas e faz com que elas se apropriem do que nunca deixou de ser delas. O que eram apenas armazéns abandonados passava a ser cidade porque pessoas circulavam e corpos ocupavam aquele vasto espaço, o tornando público. (ANDRADE, Érico; CIRNE, Liana; LEMOS, Frida, 2014, p. 143-144)²³

A citação acima nos lança para um campo de observação quase sempre imperceptível. Revela, sobretudo, a necessidade de empreender um olhar que perscrute a dimensão

22 LARA JUNIOR, Nadir (org.). Ato estético-político: uma interpretação psicanalítica. 1a ed. Curitiba: Appris, 2017.

23 22 ANDRADE, Érico; CIRNE, Liana; LEMOS, Frida. Nem solitárias, nem amargas - O caso do #OcupeEstelita. In: MORAES, Alana *et al.* (orgs.). Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

de espacialização do corpo na cidade, ou seja, a extensão concreta e sensorial existente nas estratégias de apropriação dos espaços urbanos. De fato, faz-se necessário perceber e descortinar todo o agenciamento corporal que resulta num cruzamento e numa mistura composta por singularidades individuais e coletivas, por novas formas de expressão.

No caso da ocupação dos Cais José Estelita, exemplo em análise, havia, sem dúvida, um corpo em movimento, numa espacialidade primordial, que proporcionava um conjunto de atividades performativas, mas, igualmente, o corpo político, que denunciava os abusos e as violências, que encontrava no “corpo a corpo”, sem mediações, uma forma de ativismo. O corpo negro, branco, feminino, masculino, trans, *cis*, tímido ou violento, festivo ou contraído, dentro ou fora dos padrões, tornaram-se, a um só tempo, instâncias de prazer, de resistência, de transgressão, carregando nas batalhas travadas, uma dimensão da memória.

Aos poucos, pude perceber que “territorializar é se apropriar também corporalmente do espaço, é, no fundo, criar/produzir espaço” (SERPA, 2013, p. 25-26)²⁴. Nesse sentido, partir da premissa que o corpo, transformado em signo, trazia um amplo repertório de gestos simbólicos que carecia, no contexto dos movimentos sociais urbanos, de interpretação.

FIGURA 8 - USO DO CORPO NO EVENTO OCUPE -5, REALIZADO EM MAIO DE 2017.



Fonte: Eduardo Sarmento

²⁴ SERPA, Ângelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. In: Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, set./dez. 2013.

Para além de uma manifestação de subjetividade estética, observava o uso dos corpos, por vezes com “marcas” na pele, conforme imagem acima (Figura 8), que buscava fugir do comum, de marcar sua diferença, de dotar de uma força criadora no sentido político. Portanto, cabe destacar, mesmo que de forma rápida, a posição e a função do “corpo como texto” (BAITELLO JR, 2005)²⁵ de alguns ativistas e manifestantes, como ele é veiculado e sua relevância na identificação coletiva.

Nesse contexto, inicio olhando para o corpo como um instrumento de comunicação. Havia uma imagem a ser construída, um texto não-verbal que representava um ideal, formadora, por vezes, de um corpo-mídia, forjado para significar e ganhar significados nos espaços midiáticos. Junto à discussão sobre os rumos da área e da cidade, ocorria a abertura para um espaço formativo e sensível, comunicativo e político, como nos aponta Chico Ludemir, fotógrafo e artista visual:

Essa vivência incorpora coisas que a gente nem consegue entender: urbanismo chama a discussão de direito à cidade, mas por trás tem também uma discussão sobre direito humano à comunicação, arte na política. Aí vemos como tudo isso permeia o poder do capital, o crescimento da qualidade de vida na cidade, o que isso quer dizer sobre feminismo, racismo, homofobia. Na nossa microsociedade, a gente não tolera certas coisas.²⁶

Em 2014, Chico criou a instalação “De mãos dadas” (Figura 9 e 10), embaixo do viaduto Capitão Temudo durante a ocupação do Estelita, com o objetivo de expressar a força da subjetividade sobre o concreto. Tratou-se de uma iniciativa em que o artista, durante a ocupação, fotografou as mãos dos ocupantes e usou o material para cobrir paredes do Recife, “simbolizando as mãos que estão construindo essa cidade, corpo e parede, é a cidade como extensão do corpo, nossa mão como azulejo, como concreto, feita de nossa pele - e de fato ela é”²⁷:

25 BAITELLO JR., Norval. A era da iconofagia. São Paulo: Hacker, 2005.

26 Em “Ocupe Estelita guarda o sonho de uma cidade feita por todos”, artigo de Pedro Ribeiro Nogueira, publicado no Portal Aprendiz. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/07/11/ocupe-estelita-guarda-o-sonho-de-uma-cidade-feita-por-todos/>> Acesso em: 20 de gosto de 2017.

27 Em “Ocupe Estelita guarda o sonho de uma cidade feita por todos”, artigo de Pedro Ribeiro Nogueira, publicado no

FIGURA 9 - INSTALAÇÃO “DE MÃOS DADAS”, DE CHICO LUDEMIR.



Fonte: Chico Ludemir

Segundo o artista visual, “a criação da instalação foi assim porque é como vejo o movimento: horizontal, dissonante, afetivo, forte. As mãos também são boas porque não personificam, não são como os rostos e olhos”.²⁸

FIGURA 10 - DIVULGAÇÃO DA INSTALAÇÃO “DE MÃOS DADAS”.



Fonte: DALE - Diretório Artístico de Liberdade Estética.²⁹

Portal Aprendiz. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/07/11/ocupe-estelita-guarda-o-sonho-de-uma-cidade-feita-por-todos/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

28 Em “Quando a arte reflete o ativismo político”, de Diego Guedes, artigo publicado no Jornal do Comércio em 28 de junho de 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2014/06/28/quando-a-arte-reflete-o-ativismo-politico-133394.php>> Acesso em: 22 de agosto de 2017.

29 Disponível em <<https://www.facebook.com/coletivodale/photos/a.558921364155953.1073741828.557074407673982/672579742790114/?type=3&theater>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

Essa instalação, inclusive, ganhou uma itinerância e foi montada em outras ocasiões, a exemplo da Audiência pública sobre o PNR³⁰, ocorrida na FAFIRE³¹, da III Conferência Estadual de Economia Solidária, CAC/UFPE, Fundaj, Restaurante Papaya Verde:

Hoje montamos a instalação De Mãos Dadas na III Conferência Estadual de Economia Solidária e espalhamos nossas mãos para mais um lugar. Estar presente neste momento foi uma forma de ocupar outro espaço e falar para outras pessoas.

Fiquei muito feliz em ver a receptividade dos participantes, que se mostraram interessados, curiosos e, acima de tudo, solidários ao Ocupe Estelita. Foi bonito ver novas pessoas oferecendo suas mãos.

Tirei fotos novas como símbolo não só de uma instalação que continua sendo feita, mas também de um movimento que só cresce. (Chico Ludemir, em 03 de julho de 2014)³².

Essa visualidade do corpo-imagem é, ao mesmo tempo, um ato de expressão que pressupõe a aquisição de certos valores e a filiação a certos modelos de conduta e um espetáculo, suscitando um sentimento de admiração e se tornam responsáveis por produzir reconhecimento. Nesse sentido, funcionam como instrumentos de aceitação e pertencimento (Figura 11).

FIGURA 11 - MANIFESTANTES NO EVENTO OCUPE +5.



Fonte: Eduardo Sarmento

30 Projeto Novo Recife.

31 Faculdade Frassinetti do Recife.

32 Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=697903996912075&set=gm.620013781429538&type=3>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

Esse corpo-imagem produzia, inclusive, em diversas ocasiões, mensagens que eram acompanhadas por certas polêmicas, a exemplo do ensaio fotográfico realizado pelo grupo “Além”, um “coletivo de arte político-poética”³³, que realizou, em 2014, o projeto “Vivência do Nu” no contexto do acampamento do #OcupeEstelita. O resultado é um ensaio fotográfico em um dos vagões abandonados no Pátio Ferroviário (Figura 12) - que mistura a militância do nu com a que luta por uma cidade melhor. Segundo o coletivo,

Estar nu em uma vivência coletiva, enquanto um processo de naturalização e livre criação, nos faz perceber a nudez de forma dessexualizada, de simplesmente ser o que se é, sem máscaras. É uma forma de terapia, pois pode proporcionar um aumento da auto-estima e uma desconstrução dos bloqueios relacionados ao próprio corpo. É um excelente exercício de aceitação de si e de libertação. (Coletivo Além, 2014)³⁴.

FIGURA 12 - REGISTRO DO PROJETO “VIVÊNCIA DO NU” NO CAIS JOSÉ ESTELITA EM 2014.



Fonte: Coletivo Além

33 Além de ensaios de nudez, o coletivo de arte político-poética realiza palestras, exposições e outras atividades com o objetivo de estimular reflexões em prol da transformação de comportamentos e do respeito às diferenças.

34 Disponível em: <<http://vivencianu.alem.art.br/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

Configurando uma espécie de vivência-ensaio, o projeto buscava relacionar a frieza do abandono, o macio e o enferrujado, com a ideia de liberdade, traduzida na experiência da nudez:

O corpo é a maneira possível de experimentar o mundo. É através da sola dos pés que tocam o asfalto, do ar grosso que entra pelas narinas em meio ao trânsito, dos sabores das frutas maduras vendidas no sinal, da luz que irrompe a retina no meio-dia quente de Recife. Há tempos sabemos não ser mais na assepsia da alma que nos encontramos com a potência da vida, mas sim em toda a complexidade que envolve ser, e não apenas ser, um corpo. Estão aí as neurociências cognitivas tentando provar que inclusive a mente é corpórea. Aqui estamos, nus, certos de que não há nada mais essencial que exercitar a presença, a liberdade e a potência dos nossos corpos. Espinoza pergunta: “o que pode o corpo?” Contágio, covibração, invenção. A ideia do genital inato de Artaud vem dizer que não somos reféns absolutos de uma essência, de um modo de ser, mas que podemos reinventar-nos, dar-nos nascimento novamente, e novamente, e quantas vezes julgarmos necessário reinaugurarmos nossos atos no mundo. E se os nossos corpos também são construídos das toneladas de cimento, tijolos e barras de ferro que compõem nossas cidades? O corpo não apenas habita a cidade, mas também é a cidade, em um imbricamento sem fronteiras, em um jogo de extensões. E se levarmos em consideração a vida amortecida que vivemos na aridez de algumas metrópoles, sequestradas pela política de interesses particulares, estar de corpo presente já é em si um ato que inaugura uma nova forma de ser nesse duplo corpo urbano. Não há cidade sem corpos³⁵.

Um corpo, desse modo, que encontrava nas artes formas de existência e resistência, uma maneira de expressar protesto ou manifestar um desejo coletivo, uma ferramenta de ação e intervenção política.

No caso do MOE, somaram-se, em diversas ocasiões, as produções artísticas colaborativas, carregadas por forte carga crítica e de teor político e que utilizam para suas ações, estratégias artísticas, simbólicas e estéticas, o corpo como suporte de denúncia. Noutros momentos, procuravam traduzir uma mensagem de uma cidade horizontal, voltada à troca, à sociabilidade, como podemos acompanhar nas imagens abaixo (Figuras 13-16).

Vale ressaltar, entretanto, que, conforme lembra André Mesquita (2012) arte ativista não significa apenas arte política, ela traz uma dimensão necessária voltada ao compromisso de engajamento direto:

³⁵ Movimento Ocupe Estelita em “Ocupe a liberdade: os corpos nuns do Estelita”. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/article/Ocupe-a-Liberdade-Os-corpos-nus-do-Est-3#.U5kp8LjUoY.facebook>>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

Considere que arte ativista não significa apenas arte política, mas um compromisso de engajamento direto com as forças de uma produção não mediada pelos mecanismos oficiais de representação. Esta não mediação também compreende a construção de circuitos coletivos de troca e compartilhamento, abertos à participação social e que, inevitavelmente, entram em confronto com os diferentes vetores das forças repressivas do capitalismo global e de seu sistema de relações entre governos e corporações, a reorganização social das grandes cidades, o monopólio da mídia e do entretenimento por grupos poderosos, redes de influência, complexo industrial militar, ordens religiosas, instituições culturais, educacionais etc. (MESQUITA, 2012, p.17)³⁶.

FIGURA 13 - INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS UTILIZANDO-SE DOS CORPOS, NO CONTEXTO DO EVENTO OCUPE +5.



Fonte: Eduardo Sarmento

FIGURA 14 - PRÁTICA DE YOGA NO ACAMPAMENTO DO #OCUPEESTELITA, EM 2014.



Fonte: Eduardo Sarmento

36 MESQUITA, André. *Insurgências Poéticas: Arte Ativista e ação coletiva*. São Paulo: Annablume Editora, 2012.

FIGURA 15 - APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TEATRO MAGILUTH EM 2015.



Fonte: Eduardo Sarmento

FIGURA 16 - INTERVENÇÕES ARTÍSTICO-CORPÓREAS NO CONTEXTO CAIS JOSÉ ESTELITA.



Fonte: MOE

A ação político-artística, sob este olhar, estava presente no ato do fazer, não como o cumprimento de uma ordem, ou protocolo, mas, como o mecanismo vivo, orgânico, para descobertas pessoais, de construção de conhecimento e transformação social. Era perceptível, igualmente, o uso dos corpos no trabalho coletivo, no compartilhamento das responsabilidades, sendo um traço indispensável (Figura 17).

FIGURA 17 - MANIFESTANTES REALIZANDO UM TRABALHO COLETIVO NA OCUPAÇÃO.



Fonte: Eduardo Sarmento

Mas, há, também, o corpo do embate, do enfrentamento, que resistência à violência, seja ela física e simbólica. Um dos momentos mais emblemáticos foi a reintegração de posse do terreno ocupado pelos manifestantes, realizado pela Polícia Militar (batalhão de choque) e Polícia Civil (CORE, a Coordenadoria de Recursos Especiais) em 17 de junho de 2014. Na ocasião, os ocupantes foram surpreendidos com uma ação truculenta que contou com bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha (Figura 18).

FIGURA 18 - REGISTRO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELOS OCUPANTES NO MOMENTO REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO TERRENO DO CAIS JOSÉ ESTELITA, REALIZADA EM JUNHO DE 2014.



Fonte: Chico Ludemir

Portanto, penso que os corpos, em diversos momentos e contextos do MOE, especialmente nos acampamentos, passeatas e atos festivos, tiveram um papel fundamental nos processos de aquisição de identidade e de socialização, instaurando novas/outras mediações, novas/outras práticas discursivas baseadas numa ordem corpórea.

Trouxe, sobretudo, um repertório de ação política que conferiu ao ativismo um aspecto orgânico, reagindo e resistindo às pressões do ambiente no qual está imerso, como qualquer organismo, permitindo que a resistência ocorresse através dos corpos:

Eu acho que, primeiro, uma grande parte da coisa da resistência pelo corpo é porque, de fato, em muitos momentos o nosso corpo foi a marcação da gente naquele lugar. A nossa presença lá física marcou, e aí eu coloco a gente movimento, e foi, inclusive, esse corpo que foi agredido. E era a agressão a esse corpo que teve sempre uma ameaça em todo o período da ocupação. Começou com a agressão à Sérgio, a agressão física. [...] O corpo surge como argumento, como uma questão, porque é o que nós somos e porque estávamos muito presentes, porque havia uma inteireza no sentido de muita certeza, de estar muito envolvido, eu penso que a gente quando está inteiro, a gente está muito no corpo³⁷.

Questionando que “cidades nossos corpos precisam”, o MOE, por exemplo, indicava um caminho de ocupação com corpos um “terreno de mais de um quilômetro”, numa tentativa de evidenciar uma cidade que prezasse pela “construção coletiva e pela liberdade de pensa-la, repensa-la e reinaugura-la sempre:

Ocupa-se. E ocupa-se com corpos um terreno de mais de um quilômetro. Sonhos e desejos tomam corpo e alcançam o justo tamanho do terreno. Aos poucos o espaço desnudo do Cais José Estelita vai tomando a forma das gentes que o habitam. Que cidade nossos corpos precisam, para não se tomarem adoecidos? Que veias e vias precisamos abrir para que possamos sair de nossas capsulas? Que espaços orgânicos, vivos, precisamos construir para podermos contaminar uns aos outros, no melhor sentido da palavra contágio? É preciso entregar-se aos espaços para habitá-los. O corpo humano, em sua grande variedade de formas, é o que deve guiar a construção dessa moradia comum. Nossos corpos querem uma cidade que preze pela construção coletiva e pela liberdade de pensa-la, repensa-la e reinaugura-la sempre³⁸.

37 Integrante do MOE em entrevista. A mesma não quis ser identificada.

38 Movimento Ocupe Estelita em “Ocupe a liberdade: os corpos nuns do Estelita”. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/article/Ocupe-a-Liberdade-Os-corpos-nus-do-Est-3#.U5kp8LjUoY.facebook>> Acesso em: 12 de agosto de 2017.

Enfim, um corpo como repositório de muitas informações e significações sobrepostas, mas que, com suas marcas, (re)codificam e (re)significam o imaginário coletivo. Um corpo como suporte da arte-mudança, desencadeadora de reações e transformações, de expressão de símbolos e comunicação de ideias, permitindo modalidades sensíveis de intervenção política, além de opções pacíficas de retaliação e resistência. O Ocupe Estelita como um movimento de corpo presente, como nos faz perceber Chico Ludemir:

Relevo esse elemento do corpo porque eu acho que o Ocupe Estelita é um movimento de corpo presente. É um movimento que, para além dos papeis, das burocracias e do discurso, foi e é um movimento que ganhou força pela própria presença no espaço físico. E a discussão dos corpos ela é pulsante, tanto é que não foram raras as discussões em relação a gênero, à sexualidade, à raça, enfim, que perpassaram toda a ocupação³⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo da ocupação do Cais José Estelita – lugar repleto de significados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades “ociosas”, especulativas -, me permitiu acessar um rico e multimodal exercício de contrapoder.

No enfrentamento a uma economia de acumulação de riquezas, segregadora, diversas pessoas foram às redes e às ruas reivindicar o “direito à cidade”, como sendo “seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos”. Esse direito coletivo, tanto como palavra de ordem quanto ideal político”. (HARVEY, 2014, p. 65).

Penso que um dos principais “êxitos” foi evidenciar para a sociedade em geral as diferentes formas de apropriação da cidade do Recife e seus espaços públicos, denunciando as concepções que miravam o urbano como realidade externa às relações sociais que, inclusive, deveria ser apreendido pelo conhecimento técnico moderno, sujeito, portanto, a diagnósticos e soluções mitigadoras e compensatórias.

³⁹ Chico Ludemir em fala registrada no **Programa Ocupe Estelita - Filmes de Ação**, promovido pelo Festival Janela Internacional de Cinema, no dia 07 de novembro de 2015.

Por outro lado, ter chamado atenção para o fato de que a realidade da vida urbana é constituída não somente pelo seu visível, mas muito mais pelo invisível domínio dos seus sentidos, pelo simbólico e cultural, por si só, já torna extremamente relevante a causa do MOE e DU, especialmente quando, no espaço do debate, chamam atenção para o fato de que as transformações urbanas reconfiguram “o sentido de experiência de lugar”.

Acionando afetos, desejos e emoções: festa, arte e corpos, podemos reconhecer, a partir dos atos insurgentes e criativos, a construção de uma perspectiva alternativa ao modelo desenvolvimentista que, por sua vez, perspectivou a cidade sob o olhar do patrimônio, de sua imaterialidade, transformada em “paisagem cultural”, repleta de vida, de memória e histórias. Fez, assim, emergir uma cidade da relação, da troca, da interação, do encontro com o outro e da consciência de si.



REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. Tradução Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011. 213 pp.

ANDRADE, Érico; CIRNE, Liana; LEMOS, Frida. “Nem solitárias, nem amargas - O caso do #OcupeEstelita”. In: MORAES, Alana et al. (orgs.). **Junho: potência das ruas e das redes**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

BAITELO JR., Norval. **A era da iconofagia**. São Paulo: Hacker, 2005.

CISNEIROS, Leonardo. #OcupeEstelita: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. In: **Revista Socialismo e Liberdade**, nº 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, M. S. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARA JUNIOR, Nadir (org.). **Ato estético-político: uma interpretação psicanalítica.** 1a ed. Curitiba: Appris, 2017.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Eduardo Rocha. A cidade caminhada... o espaço narrado. In: **Redobra**, UFBA, n. 11, p. 202-211, 2013. Disponível: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_21.pdf>. Acessado em: 12 de maio de 2017.

MESQUITA, André. **Insurgências Poéticas: Arte Ativista e ação coletiva.** São Paulo: Annablume Editora, 2012.

MORAIS, Elaine Cristina Gomes de. **Espectáculo, argumentação e organização: reflexões sobre eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento”. In: **Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens.** Brasília: Editora UnB, 2000. P. 131-169.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SERPA, Ângelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, set./dez. 2013.





Diagnósticos Participativos, Desenvolvimento e Diversidade Cultural: desafios conceituais e metodológicos

José Márcio Barros¹

Introdução

Este texto reflete sobre os desafios conceituais e metodológicos para a realização de diagnósticos participativos no contexto da promoção do desenvolvimento local e da proteção da diversidade cultural. O objetivo é contribuir para uma compreensão crítica e não apenas instrumental de sua utilização, considerando os usos institucionais recorrentes e os desafios de processos efetivamente emancipatórios.

O participativo como dispositivo

Diagnóstico Participativo (DP) pode ser definido como um modo de se conhecer a realidade por meio da investigação participada e do engajamento dos agentes envolvidos, na proposição de ações concretas. Tudo isso, de forma equitativa, partilhada e comprometida entre os participantes individuais, coletivos e institucionais do processo.

Ferreira e Almeida (2016) chamam a atenção para a dupla dimensão dos DPs: constituem simultaneamente um conjunto de informações produzidas para a tomada de decisões e são realizados como um processo de formação de todos os envolvidos. Na visão das autoras portuguesas, a importância crescente desta prática está associada a imperativos

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Mestre em Antropologia pela UNICAMP. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Artes da UEMG e no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: josemarciobarros2013@gmail.com

de legitimação próprias das sociedades democráticas contemporâneas: as bases interativas de validação e legitimação e a participação ativa dos sujeitos, garantindo transparência e equidade.

Com importância renovada e atualizada, o desenvolvimento de estratégias participativas de compreensão e intervenção na realidade de um grupo social, comunidade e/ou sociedade possui, entretanto, uma ampla, complexa e paradoxal trajetória conceitual e operacional. Essa anterioridade histórica de mais de cinco décadas e sua complexidade, indicam prontamente a necessidade de um adensamento conceitual e metodológico de modo a tornar a utilização do Diagnóstico Participativo por instituições voltadas à promoção e proteção da diversidade cultural, uma ação efetivamente criteriosa, inovadora e comprometida com os pressupostos e princípios de participação e emancipação social.

Cerqueira (CLACSO, s/d p. 7) afirma que na América Latina o adjetivo participativo tanto qualifica práticas ativistas de luta pela democracia participativa, quanto revela sua apropriação e uso por setores das elites hegemônicas. De um lado, a práxis de comunidades eclesiais de base, sindicatos, movimentos sociais urbanos, associações de bairros, etc., no desempenho do importante papel político na transição dos regimes autoritários para a democracia. De outro, a ação de organizações e instituições estatais e não-estatais, que ao se apropriarem do discurso da participação social, buscam a construção da legitimidade de suas ações políticas e sociais, por meio do controle e cooptação de setores da sociedade civil. Tais concepções e práticas foram e permanecem sendo moldadas no processo histórico das lutas sociais pelos direitos e pela cidadania. Por um lado a expressão das lutas sociais operadas por atores individuais e coletivos em processos de resistência, com o objetivo de criar, ampliar e consolidar modelos democráticos de convivência e decisões. Por outro lado, modelos de exercício do poder, operados pelo Estado e outros atores institucionais, de modo a construir hegemonias ancoradas não no uso da força e da violência, mas no desenvolvimento de estratégias de dependência, assistencialismo, cooptação e manipulação.

Por isso a necessidade de realização de um exercício hermenêutico sobre a

utilização do adjetivo participativo associado ao substantivo diagnóstico, especialmente quando reproduz uma perspectiva essencialista e generalizante, que dissocia a questão da participação de seus contextos históricos, de seus sujeitos e de suas estruturas narrativas e discursivas. Falar de processos de construção participativa de visões da realidade, demanda sempre a explicitação das motivações, dos objetivos e dos operadores sociais envolvidos. Questões como: porquê? para que? de que forma? com quem? assumem o papel de explicitadores dos vínculos políticos, institucionais e ideológicos que emolduram as chamadas práticas participativas e que contribuem para a explicitação daquilo que as alimenta e produz sentido. Na perspectiva da proteção e promoção da diversidade cultural, não há como pensar em diagnósticos participativos reduzindo-os a ferramentas de desenvolvimento local, se desconsideramos a construção política do lugar de cada ator no processo de sua cogestão. O risco é o de reduzir a densidade do adjetivo participativo à realização de coleta e processamento de informações sobre os sujeitos e não com os próprios sujeitos. A ruptura com a perspectiva e a prática mais usual que toma os diagnósticos participativos como ferramentas se apresenta como necessária, de modo a reconceitua-los como dispositivos de tradução. Ferramentas são utensílios, dispositivos são mecanismos.

A gênese do conceito de dispositivo pode ser encontrada na obra de Michel Foucault:

Para ele, o dispositivo, consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como: o poder em relação a qualquer formação social; a relação entre fenômeno social e o sujeito; e a relação entre discurso e a prática, as idéias e as ações, atitudes e comportamentos (cf. POSTER, 2000, p. 80-81). Para o filósofo francês, o dispositivo é um mecanismo de poder com múltiplas dimensões em jogo. (KLEIN, 2007, p.7).

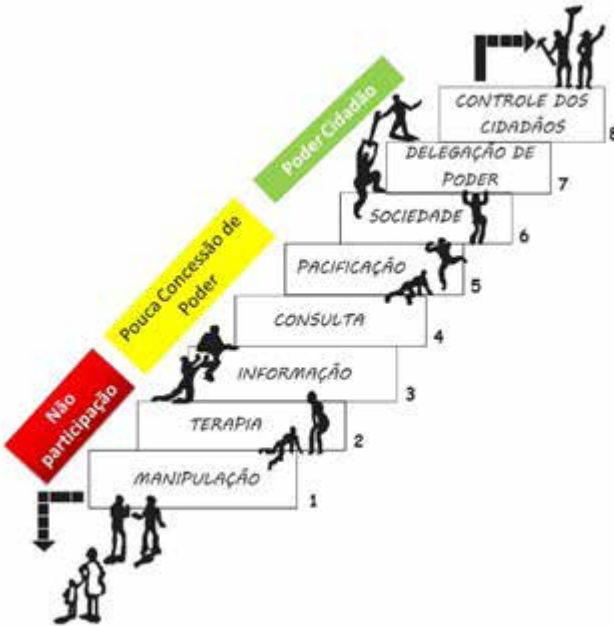
Por mais que as práticas participativas dependam do desenvolvimento de ferramentas que favoreçam e facilitem o envolvimento dos diferentes sujeitos sociais, seu sentido excede o campo das técnicas, abarcando o modelo político, cognitivo, conceitual e operacional da instituição interpretar e agir com a realidade e não sobre a realidade.

O adjetivo participativo aponta sempre para processos que não são universais, nem permanentes e muito menos estritamente operacionais. O participativo pressupõe sempre a disponibilidade para a partilha equitativa de decisões, de sentidos e dos usos de informações entre os diferentes, na maioria das vezes, marcados pela desigualdade. Por equidade, aqui se entende os processos que reconhecem e tratam as diferenças por meio da igualdade. Daí o alinhamento e a grande potência de se colocar o dispositivo dos DPs como modeladores de um novo paradigma para a articulação entre desenvolvimento e diversidade cultural. Diagnósticos Participativos acionam recursos operacionais, mas se caracterizam essencialmente por instituírem novos sistemas de interações, mediações e relações da política institucional com as realidades sociais e seus múltiplos sujeitos. Emergem assim algumas questões prévias que demandam respostas e compromissos:

- a que transformações políticas e institucionais a realização de diagnósticos participativos como dispositivos se refere?
- qual é a concepção de diagnósticos da realidade com a qual a instituição opera?
- com que perspectiva de convergência e partilha de poder, a instituição trabalha?
- que centralidade as práticas de escuta, reconhecimento, mediação e ação com (e não apenas para) os diferentes sujeitos, ocupa na instituição?
- como garantir que o Diagnóstico Participativo, seja de fato um processo participativo e que não se reduza a um modelo aplicável de forma indistinta e externa a diferentes contextos institucionais e territoriais?

Três autores bastante conhecidos, podem nos ajudar na construção das respostas a essas questões. Os três contribuíram para a compreensão mais aprofundada das possibilidades e dos desafios do trabalho com e por meio da participação.

A americana Sherry Arnstein autora de um instigante artigo intitulado “Uma escada da participação cidadã”, publicado originalmente em 1969, e até hoje muito atual, apresenta uma proposta analítica que se utiliza da analogia com uma escada com oito degraus, onde em todos os degraus se imagina haver participação cidadã. Porém, o instigante de sua proposta é correlacionar os fins e usos da participação (coluna da esquerda) com a efetividade do processo de participação. Como mostra a figura a seguir, existem usos os mais diversos e até mesmo antagônicos da participação, que podem inclusive caracterizar uma não participação.



Fonte: WWF

Arnestein interpreta desta forma sua tipologia de níveis de participação cidadã:

Os primeiros degraus da escada são 1. Manipulação e 2. Terapia. Esses dois degraus descrevem níveis de “não-participação” que têm sido utilizados por alguns no lugar da genuína participação. Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes. Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos sem-nada ouvir e serem ouvidos: 3. Informação e 4. Consulta. Quando estes níveis são definidos pelos poderosos como o grau máximo de participação possível, existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mas nestes níveis, eles não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder. Quando a participação está restrita a esses níveis, não há continuidade, não há “músculos”, ou seja, não há garantia de mudança do status quo. O degrau 5. Pacificação consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. Subindo a escada estão níveis de poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os cidadãos podem participar de uma 6. Parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, 7. Delegação de poder e 8. Controle cidadão, o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial. (ARNESTEIN,1969).

Já o intelectual paraguaio Juan E. Diaz Bordenave, falecido em 2012, autor de dezenas de trabalhos importantes para o campo da educação e da comunicação, construiu uma instigante tipologia de formas de participação social que, a despeito de ter sido proposta há mais de 30 anos atrás, mantém um vigor analítico muito grande:

Desde o começo da humanidade, os homens tiveram uma participação de fato, quer no seio da família nuclear e do clã, quer nas tarefas de subsistência, ou no culto religioso, na recreação e na defesa contra os inimigos. O primeiro tipo de participação é, então, a **participação de fato**.

Um segundo tipo seria o de **participação espontânea**, aquela que leva os homens a formarem grupos de vizinhos, de amigos, “panelinhas” e “gangs”, isto é, grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos claros e definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, receber e dar afeto, obter reconhecimento e prestígio. Além das formas de participação de fato e espontânea, sempre existiram modos de **participação imposta**, nos quais o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis.

Na **participação voluntária**, o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho, os sindicatos livres, as associações profissionais, as cooperativas, os partidos políticos, baseiam-se na participação voluntária.

Todavia, nem sempre a **participação voluntária** surge como iniciativa dos membros do grupo, às vezes trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos.

...
Finalmente, existe ainda uma **participação concedida**, onde a mesma viria a ser a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores. O chamado "planejamento participativo", quando implantado por alguns organismos oficiais, freqüentemente não é mais que um tipo de participação concedida, e as vezes faz parte de ideologia necessária para o exercício do projeto de direção - dominação de classe dominante. Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como o local de trabalho, a vizinhança, as paróquias, as cooperativas, as associações profissionais, etc., de modo a criar uma "ilusão de participação" política e social. (BORDENAVE, 1983, p. 29).

Outro autor que trouxe contribuições importantes para a reflexão sobre as interfaces dos processos de planejamento participativo e a educação, a comunicação e a política é o sociólogo brasileiro Pedro Demo. Em sua vasta obra, desenvolve a perspectiva de que a participação não deve ser pensada como dádiva ou uma realidade pré-existente, mas sim como resultado de um processo de conquista historicamente construído. A participação social neste recorte analítico não se configura como concessão, na medida em que se caracteriza como exercício de um direito (DEMO, 1999).

Diagnóstico participativo: metodologia ou processo de empoderamento?

A participação social ao ser definida como uma realidade complexa e polifônica, apresenta desafios à realização de Diagnósticos Participativos como dispositivos de processos de reconfiguração de paradigmas de planejamento e ação institucional em sintonia com a proteção e promoção da diversidade cultural. Sua realização assume uma perspectiva

de desenvolvimento de processos de leitura da realidade ancorados em posturas críticas, abertas a paradigmas não hegemônicos e comprometidos com objetivos emancipatórios. São modos ampliados e processuais de compreensão da realidade que promovam rupturas com modelos tradicionais, incapazes de realizar a tríade crítica-aberta-emancipatória.

Boaventura de Sousa Santos em seu ensaio “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, originalmente publicado em 2002, afirma que as experiências sociais realizadas mundo a fora são bem mais diversas, “do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante.” (SANTOS, 2002, p.2), o que estaria gerando um desperdício de experiências e a reiteração da falta de alternativas. Segundo o autor, para a superação deste estágio crônico é necessária a realização de uma desconstrução crítica do modelo de racionalidade ocidental que domina as formas de explicação da realidade de forma a produzir a superação da ocultação e descrédito por meio de três procedimentos teórico/metodológicos denominados de sociologia das ausências, sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Por sociologia das ausências, entende o autor a postura que

[...] visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. (SANTOS, 2002, p. 6).

Já a sociologia das emergências consistiria

[...] em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado. (SANTOS, 2002, p.11).

Neste sentido, enquanto a sociologia das emergências se configura como a atenção às alternativas no horizonte das possibilidades concretas, a sociologia das ausências seria o movimento de ampliação do reconhecimento do presente “juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica” (p. 12) A sociologia das ausências buscaria dar conta das experiências sociais enquanto a sociologia das emergências apontaria para as expectativas sociais.

Já a operação da tradução se caracterizaria por criar uma inteligibilidade recíproca entre as experiências disponíveis e possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Inteligibilidade que tanto se refere às tensões entre saberes hegemônicos e saberes não-hegemônicos, quanto em relação às práticas sociais, consideradas igualmente como práticas de saberes (SANTOS, 2002, p. 15; 17).

Fica nítida aqui a relação entre a proposição de Boaventura de Sousa Santos e o desenvolvimento de Diagnósticos Participativos, especialmente se considerarmos a dimensão da proteção e promoção da diversidade cultural.

O desafio é o de inscrever no seio das práticas de conhecimento sobre a realidade uma ruptura com os procedimentos limitados e conservadores de planejamento, instaurando verdadeiramente uma perspectiva dialógica e emancipatória:

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições. (SANTOS, 2012, p. 12).

Os Diagnósticos Participativos definidos como dispositivos de tradução, não se limitam a arranjos técnicos de coleta de dados quantitativos e de informações qualitativas, mesmo que, na prática, ele se faça por meio de ferramentas de pesquisa aliadas a dinâmicas

facilitadoras. Buscam na verdade criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo marcado pela multiplicidade e pela diversidade. É, assim, um trabalho de dimensões intelectuais, políticas e emocionais, ancorado na inconformidade com a dimensão sempre transcendente que a realidade apresenta em relação à carência e incompletude das práticas de conhecimento e ação sobre a realidade. (SANTOS, 2002, p.19)

Quando compreendido como dispositivo de tradução, e sob a inspiração dos autores aqui trabalhados, (Bordenave, Santos, Arnestein e Demo) a prática de Diagnósticos Participativos deveria:

- operar a tradução no interior dos confrontos e desigualdades epistemológicas entre a ciência moderna e os saberes cotidianos, e na chamada zona colonial: o confronto marcado pela disparidade de poder entre os sujeitos e as instituições;
- mediar a relação entre saberes e práticas de modo a produzir uma “convergência ou conjugação de sensações de experiências de carência, de inconformismo, e da motivação para as superar de uma forma específica.” (SANTOS, 2002, p.20)
- realizar-se como processo de forma respeitosa às diferenças de tempos, ritmos e oportunidades para cada operador do processo envolvido, de forma a se evitar o que Santos chama de canibalização, decorrente do sutil processo de, ao dialogar com as culturas que antes oprimia, se reinventar novas formas de imperialismo cultural, uma espécie de multiculturalismo reacionário;
- se desenvolver pela atuação direta dos sujeitos dos saberes e das práticas em situação de tradução e pelos intelectuais que colocam suas competências argumentativas a serviço da superação das ausências e da efetiva emergência de novas epistemologias;
- por fim, em seu trabalho de construção argumentativa, manter viva a “a

emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência.” (SANTOS, 2012, p.21) buscando superar três ordens de dificuldades:

- a primeira referente aos postulados, axiomas, regras, ideias, muitas vezes aceitas como evidentes, mas que necessitam de análise crítica;
- a segunda referente à interação de mundos linguísticos distintos que podem significar imposições e incomunicabilidades;
- a terceira, referente à gestão do silêncio e sua tradução, entendida como uma das tarefas mais exigentes do trabalho.

Reduzir a realização de Diagnósticos Participativos ao enfrentamento de questões produzidas por uma razão científica a priori, como as usualmente propostas nos manuais (Qual a situação-problema que quero conhecer? Que informações eu preciso para conhecer a situação-problema? Onde buscar as informações? Quais as formas de coleta? Como sistematizar e disseminar as informações? (CLACSO, S/D, p. 9) representa a reprodução de modelos verticais e insuficientes para a instauração de uma esfera pública de participação.

Aliar a realização de diagnósticos participativos a ações de desenvolvimento local com proteção e promoção da diversidade cultural, configura-se como uma oportunidade, mas também como uma urgência histórica para todos os envolvidos na produção dos processos de Diagnóstico Participativo. Como alinhar as micro e macroações institucionais ao efetivo engajamento na construção de uma justiça cognitiva ancorada numa imaginação epistemológica?

O objectivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática. O trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência. ...O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras. (SANTOS, 2002, p. 23).

O limite das boas intenções e das retóricas emancipatórias

A partir do enquadramento conceitual aqui apresentado, não seria injusto afirmar que muitas experiências institucionais com a realização de diagnósticos participativos não se efetivam como um dispositivo participativo de tradução. Representam avanços importantes mas incompletos. Conhecer a realidade onde se atua, com a utilização de dados primários e secundários, aliados ao trabalho de campo com perspectiva qualitativa, é bem mais adequado a pautas de desenvolvimento e diversidade cultural, do que os mecanismos decisórios “de gabinete”, na maioria das vezes burocráticos e autoritários.

A rigor, DPs devem surgir e instaurar espacialidades e temporalidades dialógicas e participativas em todas as suas etapas de desenvolvimento. O adjetivo participativo deve qualificar as ações desde a construção de sua demanda/necessidade, passando pela construção das oportunidades/viabilidade, pela escolha de seu escopo, metodologia e desenvolvimento, até chegar na apropriação analítica e nos usos de seus resultados.

A despeito das narrativas emancipatórias festejarem o uso de ferramentas cooperativas e participativas não se verifica efetivamente a instauração de uma esfera pública participativa, horizontalizada e disruptiva em relação à racionalidade, narrativa e padrão argumentativo daquilo que Boaventura chama de ciência da modernidade. Os processos de investigação definidos a priori aprisionam os diferentes atores individuais e coletivos dos territórios onde se realizam os diagnósticos ora ao lugar de informantes nativos ora de descapacitados sociais. Raramente são trazidos ao lugar de centralidade e protagonismo das iniciativas.

Além disso, parece fazer parte das instituições tradicionais, a recusa em sair do campo de suas próprias certeza, configurando, mesmo que travestida e festejada como avanço, aquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de experiência ancorada na opacidade das certezas cristalizadas.

A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. (SANTOS, 2002, p. 6)

Outros indícios da retórica institucional participativa podem ser elencadas:

- o estilo de escrita é marcadamente linear e referente ao universo epistemológico dos operadores da instituição responsável;
- é recorrente a utilização de argumentações e narrativas autorreferentes e ideológicas que em nada revelam a permeabilidade da instituição ao contexto e ao processo de investigação afirmada como participativa;
- o uso de metodologias ancoradas na encenação da participação mediada pelo diálogo, é largamente afirmada, mas encobre muitas vezes as desigualdades de poder. O uso de práticas lúdicas se apresentam como biombos das relações de poder e esvaziam o espaço reflexivo, a autonomia de escolhas, as possibilidades de efetiva apropriação.

Processos participativos não se desenvolvem por meio de linearidades lógicas previamente definidas. Mais que etapas sucessivas e evolutivas para se gerar um produto, DPs são processos realizados e potencializados na circularidade horizontal de escolhas. Se a experimentação da potência do lúdico, das ferramentas ancoradas no diálogo podem ser experimentadas, a emoção de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência, como diz Santos, não se concretiza sem uma radicalidade política, epistêmica e emocional.

Os usos compulsivos de notas adesivas (*Post it*), a disposição cênica em paredes nos espaços ocupados para o desenvolvimento dos diagnósticos participativos, o registro excessivo e, por vezes, abusivo de imagens de sujeitos e processos, caracterizaram um

ativismo impressionantemente cenicamente, mas em nada transformador. Sem uma experiência imersiva ancorada no afeto, na afetação, na escuta e no diálogo paciente, atento e transformador, os participantes de diagnósticos se parecem mais experimentadores de ferramentas que experienciadores de alternativas de processos emancipatórios.

Negar espaço ao que de mais potente a participação oferece - a diversidade, a dimensão simbólica e processual das descobertas, pode abortar a potência transformadora dos diagnósticos participativos como dispositivos, limitando-se a configurar bolhas de capacitação marcadas por obesidade informacional e dirigismo sutil.

□recompor as fraturas que o paradigma cientificista nos impôs nos séculos passados. Tais como: os seres humanos separados da natureza; a mente separada do corpo; a razão separada da emoção, a natureza separada da cultura, a análise e o planejamento separados da intuição e da capacidade de apreender com o contexto. Os efeitos devastadores deste modelo são evidentes: as diversas crises que o mundo enfrenta - ecológica, econômica, social - os denunciam. É preciso reconhecer que a imposição de modelos de produção de conhecimento, realizada pelo paradigma positivista, desautoriza outros saberes. Outras modalidades de ler e interpretar o mundo, calando sujeitos, povos e culturas inconformadas com os ditames monológicos da ideologia científica. (GIANNELLA, 2014, p. 112).

A articulação aqui proposta entre diagnósticos participativos, desenvolvimento e diversidade cultural sugere adoção de metodologias integrativas, entendidas aqui em sua extensão e profundidade, capazes de contribuir para a emergência de novos sujeitos e suas práticas transformadoras.



REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. "**A Ladder of Citizen Participation**," JAIP, Vol. 35, No. 4, Julho 1969, pág. 216-224.

BARROS, José Marcio. Duas ou três questões sobre o olhar, **Caderno do Professor** (Belo Horizonte), 2000, pág. 42-46.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**, São Paulo, Brasiliense, 1983, Coleção Primeiros Passos.

BRASIL. **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental**, mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativos no socioambiente Série Documentos Técnicos - 15, 2007.

CLACSO Brasil. **Guia Do Diagnóstico Participativo**. Disponível em <<http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>>.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA Virgínia & ALMEIDA, Helena Neves. **Kit de ferramentas para diagnósticos participativos**, CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em <http://lge.ces.uc.pt/pdf/LGE_Kit_ferramentas_digital.pdf>

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIANNELLA, Valeria. Metodologias integrativas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 112-114.

KLEIN, Otávio José. **A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos**. Estudos em Comunicação no1, 215-231 Abril de 2007.

POSTER, Mark. **A segunda era dos média**. Oeiras - Portugal: Celta. 2000.

SANTOS, B. S. **Para uma sociologia das ausências e das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280.

SIMÕES, Gabriel Lima & SIMÕES, Janaína Machado. **Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>>

Esta publicação foi produzida pelo Observatório da Diversidade Cultural (ODC)
em agosto de 2020.

O texto foi composto em Oswald Light, de Vernon Adams
(vern@newtypography.co.uk).

Para obter mais informações sobre outros títulos do ODC, visite o site:
www.observatoriodadiversidade.org.br

